



Ana Raquel Bidarra Bento

Licenciada em Ciências de Engenharia do Ambiente

**Rede de turismo sustentável na região
de Trás-os-Montes e Alto Douro**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia
do Ambiente, Perfil de Engenharia de Sistemas Ambientais

Orientador: Professor Doutor João Joanaz de Melo

Júri:

Presidente e Arguente: Prof.^a Doutora Lia Maldonado Teles Vasconcelos

Vogais: Prof.^a Doutora Maria da Graça Madeira Martinho

Prof. Doutor João Miguel Dias Joanaz de Melo



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Outubro 2015

Rede para o Turismo Sustentável na região Trás-os-Montes e Alto Douro

© Copyright em nome de Ana Raquel Bidarra Bento, da FCT/UNL e da UNL.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, ao Professor João Joanaz de Melo pela dedicação, pelos esclarecimentos e pela disponibilidade para me ajudar e orientar.

À equipa do GEOTA, em especial, à Ana Brazão que me recebeu e ajudou na visita à região em estudo e me acompanhou em todas as reuniões realizadas.

Às entidades que responderam aos inquéritos e aquelas que aceitaram reunir-se comigo e com a Ana Brazão, as quais foram: Natércia Veiga, Conceição Silva, Luísa Pires, Ana Barata, Alexandrina Fernandes, Domingos Pires, Cristina Pires; Marta Lurdes Fernandes; António Maria, Nuno Gonçalves, Nuno Moreira e Carlos Pires.

À minha mãe e ao meu pai que são os meus pilares e a quem eu dedico todo este percurso, porque sem eles não teria sido possível. Obrigada pelo amor e apoio incondicional e por tudo que fazem por mim. Amo-vos incondicionalmente.

Aos meus avós, a quem muito devo e que sempre foram fonte de inspiração. Obrigada pelas palavras, pelo apoio, pelo amor incondicional. São as minhas estrelas guia.

À Vera, por me acompanhar nesta etapa, lado a lado, sempre disposta a ajudar, sempre com uma palavra de apoio e um maminho para os momentos menos bons. Amo-te muito.

À Andreia, minha mais nova, meu coração. Obrigada por acreditares sempre que seria capaz. Amo-te até ao infinito.

À loca, minha consciência, minha calma nos momentos de pânico. Obrigada. Amo-te.

Ao André, amigo e essencial companhia nos momentos bons e menos bons. Obrigada por acreditares sempre que seria capaz.

Às minhas meninas, que tornaram estes últimos anos mais fáceis, Marta, Joana, Sofia C. e Sophie. Obrigada por tudo, por todos os mimos, palavras e colo que me deram. Muito obrigada pelas crises de riso quando o dia não podia correr pior e quando a FCT parecia estar contra nós. Sophie, tu mais que ninguém, foste o meu apoio neste percurso. Adoro-te.

Resumo

O turismo tornou-se um dos maiores sectores da economia a nível mundial. Tem a capacidade de relacionar os aspetos económicos, sociais, culturais e ambientais de forma a agir como uma força motriz para o seu reforço mútuo. É uma atividade económica relevante em regiões de baixa densidade.

A problemática deste estudo está diretamente relacionada com o desenvolvimento local assente no turismo. A presente dissertação tem como principal objetivo contribuir para a criação, em Trás-os-Montes e Alto Douro, de um destino turístico capaz de trabalhar em rede.

A região em estudo é de baixa densidade, com uma população envelhecida e socialmente deprimida. Contudo, pelas suas características endógenas únicas e pelos seus valores naturais e culturais, tem potencialidade para apostar num desenvolvimento assente no turismo.

Com o objetivo de perceber o que estaria a condicionar o desenvolvimento da região, realizaram-se entrevistas e inquéritos a diferentes entidades: agentes políticos, agentes turísticos, associações de desenvolvimento local, agricultores e vitivinicultores.

Através dos resultados obtidos verificou-se que na generalidade há consenso entre as entidades. Os principais obstáculos identificados em relação ao desenvolvimento local foram: evolução demográfica, rendimento médio mensal, interação entre entidades e apoio do poder local. As características mais valorizadas da região foram: paisagem natural e humanizada, património cultural, agricultura e gastronomia. Apesar da não interação entre entidades, as mesmas reconhecem as vantagens que podem resultar do trabalho em rede para o desenvolvimento local.

Contudo, há temáticas em que é notória a divergência de opiniões, tais como: acesso a serviços de educação e saúde, a transformação do IP4 em A4 e a construção da barragem de Foz Tua.

Os resultados permitiram concluir que, apesar de haver consenso sobre a importância do turismo e do trabalho em rede, o maior obstáculo ao desenvolvimento é a falta de interação e coordenação entre as diferentes entidades.

Palavras-Chave: Turismo; Desenvolvimento; Rede de turismo; Trás-os-Montes; Alto Douro.

Abstract

The tourism has become one of the largest sectors of the economy worldwide. It has the ability to relate economic, social, cultural and environmental aspects in order to act as a driving force for their mutual reinforcement. It is an important economic activity in low density regions.

The problema of this study is directly related to local development based on tourism. This work aims to contribute to the creation, in Trás-os-Montes and Alto Douro, a tourist destination able to network.

The study area is low density, with an aging population and social depressed. However, for its unique endogenous features and its natural and cultural values, has the potential to bet on a development based on tourism.

In order to realize what would be the condition the development of the region, there were interviews and surveys of different entities: political agents, tour operators, local development associations, farmers and winemakers.

From the results obtained it was found that in general there is agreement between entities. The main obstacles identified in relation to local development were: demographic change, average monthly income, interaction between entities and suport of local government. The most valued characteristics of the region were: natural and humanized landscape, cultural heritage, agriculture and cousine. Although no interaction between entities, these recognize the advantages to be gained from networking for local development.

However, there are issues where there is a notorious difference of opinion, such as access to education and health services, the transformation of the IP4 in A4 and the construction of the Foz Tua dam.

The results showed that, although there is consensus on the importance of tourism and networking, the biggest obstacle to development is the lack of interaction and coordination between the various entities.

Keywords: Tourism; Development; Tourism network; Trás-os-Montes; Alto Douro.

Índice de Conteúdo

1. Introdução.....	1
1.1. Enquadramento e justificação do estudo.....	1
1.2. Objetivos da dissertação.....	2
1.3. Estrutura da dissertação.....	2
2. Revisão de literatura.....	5
2.1. Desenvolvimento.....	5
2.1.1. Europa e desenvolvimento rural.....	5
2.1.2. Portugal e desenvolvimento rural.....	7
2.1.3. Desenvolvimento sustentável, local e endógeno.....	11
2.2. Turismo.....	15
2.2.1. Enquadramento mundial e nacional.....	15
2.2.2. Turismo de natureza e cultural.....	18
2.2.3. Turismo rural.....	20
2.2.4. Turismo sustentável.....	21
2.2.5. Rede de turismo.....	22
3. Metodologia de investigação.....	24
3.1. Abordagem geral.....	24
3.2. Análise documental.....	25
3.3. Entrevistas exploratórias.....	25
3.4. Inquéritos.....	27
3.4.1. Caracterização dos grupos-alvo.....	27
3.4.2. Composição dos inquéritos.....	27
3.5. Tratamento e interpretação dos resultados.....	32
3.5.1. Análise estatística.....	32
3.5.2. Análise SWOT.....	33
4. Caso de estudo.....	35
4.1. Região em estudo.....	35
4.2. Turismo.....	36
4.3. Indicadores de desenvolvimento.....	38

4.3.1.	Social.....	38
4.3.2.	Saúde, educação e cultura.....	42
4.3.3.	Económico.....	44
4.4.	Grandes projetos	48
4.4.1.	Aposta em aproveitamentos hidroelétricos	48
4.4.2.	Autoestradas.....	52
4.4.3.	Desativação da linha férrea do Tua	53
5.	Apresentação e discussão de resultados.....	54
5.1.	Questões emergentes de análise.....	54
5.1.1.	Questões emergentes da análise das câmaras municipais e juntas de freguesia..	54
5.1.2.	Questões emergentes da análise dos agentes turísticos	55
5.1.3.	Questões emergentes da análise dos agricultores e vitivicultores	57
5.1.4.	Questões emergentes de análise das associações de desenvolvimento.....	59
5.2.	Análise das respostas aos inquéritos	61
5.2.1.	Caracterização da amostra	61
5.2.2.	Problemas de desenvolvimento.....	63
5.2.3.	Importância de infraestruturas e património para o desenvolvimento.....	68
5.2.4.	Funcionalidade de uma rede de turismo.....	72
5.2.5.	Efeitos de uma rede de turismo.....	74
5.2.6.	Importância dos atrativos turísticos	77
5.2.7.	Apoios	85
5.2.8.	Interação entre entidades.....	87
5.2.9.	Plano PENT	88
5.2.10.	Desenvolvimento	89
5.3.	Sugestão de desenvolvimento	94
5.4.	Análise SWOT	95
6.	Conclusões.....	97
6.1.	Síntese	97
6.2.	Limitações	98
6.3.	Desenvolvimentos futuros.....	98

Bibliografia.....	99
Anexos	105
Anexo I – <i>E-mail</i> : Marcação de entrevistas	107
Anexo II – Guião das entrevistas	109
Anexo III – Inquérito a câmaras municipais e Juntas de freguesia	111
Anexo IV – Inquérito a agentes turísticos	123
Anexo V – Inquérito aos agricultores e vitivicultores	135
Anexo VI – Inquérito a Associações de desenvolvimento local.....	143
Anexo VII – Variação populacional	153
Anexo VIII - Taxa de desemprego.....	156
Anexo IX - Ganho médio mensal	158
Anexo X – Tabelas de Pearson: Câmaras municipais e juntas de freguesia.....	160
Anexo XI – Tabelas de Pearson: Agentes turísticos.....	162
Anexo XII – Tabelas de Pearson: Agricultores e vitivicultores.....	164
Anexo XIII – Tabelas de Pearson: Associações de desenvolvimento local	166
Anexo XIV – Tabelas descritivas das respostas aos inquéritos	169

Índice de Figuras

Figura 2.1 - Regiões rurais da União Europeia pelo método da CE (European Commission, 2013).	6
Figura 2.2 - Regiões rurais em Portugal pelo método da OCDE (ProDer, 2012).	8
Figura 2.3 - População residente em Portugal (INE, 2015a).	9
Figura 2.4 - Dimensões-chave do desenvolvimento económico (Stevens, 2005).	12
Figura 2.5 – Evolução das chegadas de turistas internacionais em 1980 e 2012 (UNWTO, 2014a).	16
Figura 3 .1 - Metodologia adoptada na realização da presente dissertação.....	24
Figura 4.1 - Enquadramento territorial da região em estudo (INE, 2015b).....	35
Figura 4.2 – Variação do número de hóspedes a região entre 2009 e 2013 (base 2009=100) (PORDATA, 2015e).	37
Figura 4.3 - Variação do número de dormidas a região entre 2009 e 2013 (base 2009=100) (PORDATA, 2015e).	37
Figura 4.4 – População residente de 2011 a 2014 (PORDATA, 2015a).	38
Figura 4.5 – Gráfico da distribuição etária e de género (PORDATA, 2015a).	39
Figura 4.6 - Variação populacional na região em estudo em comparação com Portugal (INE, 2014c).	41
Figura 4.7 - Variação populacional na região em estudo, nos concelhos com e sem albufeira, e em Portugal (INE, 2014c).	42
Figura 4.8 - Número de hospitais existentes na região em estudo, ano 2013 (INE, 2014c).	43
Figura 4.9 - Número de estabelecimentos de ensino existentes na região em estudo, ano 2012 (INE, 2014c).....	43
Figura 4.10 - Número de serviços culturais existentes na região em estudo, ano 2011 (INE, 2014c).	44
Figura 4.11 - Comparação PIB per capita da região em estudo com a situação nacional (INE, 2015b).	45
Figura 4.12 - Taxa de desemprego na região em estudo e em Portugal entre 1981 e 2011 (PORDATA, 2015c).....	46
Figura 4.13 - Taxa de desemprego na região em estudo, nos concelhos com e sem albufeira, em comparação com Portugal entre 1981 e 2011 (PORDATA, 2015c).	46
Figura 4.14 - Ganho mensal médio na região em estudo em comparação com Portugal (PORDATA, 2015d).	47
Figura 4.15 - Ganho mensal médio na região em estudo, com e sem albufeira, em comparação com Portugal (PORDATA, 2015d).	48
Figura 4.16 - Construção da barragem de Foz Tua.....	50
Figura 5.1 - Distribuição das respostas de todas as entidades por município.....	62
Figura 5.2 – Distribuição dos agentes turísticos por tipologia de actividade.	63

Figura 5.3 – Nível de satisfação referente à evolução demográfica na região.	64
Figura 5.4 - Nível de satisfação referente ao rendimento médio mensal na região.	64
Figura 5.5 - Nível de satisfação referente à taxa de desemprego na região.	65
Figura 5.6 - Nível de satisfação referente à idade da população na região.	65
Figura 5.7 - Nível de satisfação referente aos acessos a serviços de saúde na região.	66
Figura 5.8 - Nível de satisfação referente aos acessos a serviços de educação na região.	66
Figura 5.9 - Nível de satisfação referente aos acessos a serviços culturais na região.	67
Figura 5.10 - Nível de satisfação referente a outros serviços públicos (p.e. CTT) na região.	67
Figura 5.11 – Importância atribuída à da construção do IC5 por todas as entidades.	68
Figura 5.12 - Importância atribuída à da transformação do IP4 em A4 (com portagem) por todas as entidades.	69
Figura 5.13 - Importância atribuída à construção da barragem de Foz Tua por todas as entidades.	69
Figura 5.14 - Importância atribuída à recuperação da linha do Tua por todas as entidades.	70
Figura 5.15 - Importância atribuída à existência de paisagem natural por todas as entidades. .	70
Figura 5.16 - Importância atribuída à existência de paisagem humanizada por todas as entidades.	71
Figura 5.17 - Importância atribuída à existência de património cultural por todas as entidades.	71
Figura 5.18 – Preferência atribuída à liderança de uma rede de turismo.	72
Figura 5.19 – Disponibilidade em integrar uma rede de turismo de todas as entidades.	73
Figura 5.20 – Importância atribuída à participação de agricultores e vitivinicultores na rede de turismo.	74
Figura 5.21 – Efeito esperado por todas as entidades da rede de turismo referente à criação de emprego local.	75
Figura 5.22 - Efeito esperado por todas as entidades da rede de turismo referente à diminuição do despovoamento.	75
Figura 5.23 - Efeito esperado por todas as entidades da rede de turismo referente ao contributo para a melhoria do rendimento médio das famílias.	76
Figura 5.24 - Efeito esperado por todas as entidades da rede de turismo referente ao número de visitantes.	76
Figura 5.25 - Efeito esperado por todas as entidades da rede de turismo referente à divulgação dos produtos da região.	77
Figura 5.26 – Importância atribuída à capacidade de acolhimento convencional por todas as entidades.	78
Figura 5.27 - Importância atribuída à capacidade de acolhimento alternativo por todas as entidades.	78
Figura 5.28 - Importância atribuída à gastronomia por todas as entidades.	79
Figura 5.29 - Importância atribuída ao enoturismo por todas as entidades.	79
Figura 5.30 - Importância atribuída às atracções únicas por todas as entidades.	80

Figura 5.31 - Importância atribuída à paisagem humanizada por todas as entidades.	80
Figura 5.32 - Importância atribuída à paisagem natural por todas as entidades.	81
Figura 5.33 - Importância atribuída à observação de fauna e flora selvagem e património geológico por todas as entidades.	81
Figura 5.34 - Importância atribuída ao desporto de águas bravas por todas as entidades.	82
Figura 5.35 - Importância atribuída a outros desportos de natureza por todas as entidades.	82
Figura 5.36 - Importância atribuída às praias fluviais por todas as entidades.	83
Figura 5.37 - Importância atribuída ao desporto motorizado por todas as entidades.	83
Figura 5.38 - Importância atribuída a eventos culturais urbanos por todas as entidades.	84
Figura 5.39 - Importância atribuída às infra-estruturas culturais por todas as entidades.	84
Figura 5.40 - Importância atribuída à existência de atracções diversificadas na região por todas as entidades.	85
Figura 5.41 – Apoio recebido pelas associações de desenvolvimento local, agricultores e vitivinicultores e agentes turísticos por parte das autarquias.	85
Figura 5.42 - Apoio recebido pelas associações de desenvolvimento local, agricultores e vitivinicultores e agentes turísticos por parte do Turismo de Portugal.	86
Figura 5.43 - Apoio recebido agricultores e vitivinicultores por parte da DGADR.	86
Figura 5.44 – Interação entre as entidades e agentes turísticos.	87
Figura 5.45 - Interação entre as entidades e associações de desenvolvimento locais ou nacionais.	87
Figura 5.46 - Interação entre as entidades e agricultores e vitivinicultores.	88
Figura 5.47 – Conhecimento do PENT por parte das associações de desenvolvimento local e os agentes turísticos.	88
Figura 5.48 – Consulta do PENT por parte das associações de desenvolvimento local e agentes turísticos.	89
Figura 5.49 – Existência de um plano de desenvolvimento para a freguesia / município.	89
Figura 5.50 – Forma em que está equacionado o turismo de natureza e cultural no plano de desenvolvimento para a freguesia / município.	90
Figura 5.51 – Obstáculos ao desenvolvimento local identificados por freguesia / município.	90
Figura 5.52 – Potencialidade interna para o desenvolvimento local por freguesia / município.	91
Figura 5.53 – Motivos pelos quais as freguesias não têm potencialidade interna para o desenvolvimento local.	91
Figura 5.54 – Necessidade de cooperação com outras entidades para o desenvolvimento local de freguesias / municípios.	91
Figura 5.55 – Seleção de entidades para cooperar para o desenvolvimento local em freguesias / municípios.	92
Figura 5.56 – Opção estratégica de desenvolvimento de freguesias / municípios.	92
Figura 5.57 – Atividades promovidas por freguesias / municípios para dinamizar o turismo de natureza.	93

Figura 5.58 - Sugestões de todas as entidades ao desenvolvimento local na região em estudo.	94
---	----

Anexos

Figura II.1 - Guião das entrevistas esquematizado.	109
Figura VII.1 - Variação populacional na região em estudo, nos concelhos com e sem albufeira, e em Portugal (INE, 2014c).	153
Figura VII.2 - Variação populacional na sub-região Alto Tâmega, nos concelhos com e sem albufeira, e em Portugal (INE, 2014c).	154
Figura VII.3 - Variação populacional na sub-região Tâmega e Sousa, nos concelhos com e sem albufeira, e em Portugal (INE, 2014c).	154
Figura VII.4 - Variação populacional na sub-região Douro, nos concelhos com e sem albufeira, e em Portugal (INE, 2014c).	155
Figura VII.5 - Variação populacional na sub-região Terras Trás-os-Montes, nos concelhos com e sem albufeira, e em Portugal (INE, 2014c).	155
Figura VIII.1 - Taxa de desemprego na sub-região Alto Tâmega, nos concelhos com e sem albufeiras, e em Portugal (PORDATA, 2015c).	156
Figura VIII.2 - Taxa de desemprego na sub-região Tâmega e Sousa, nos concelhos com e sem albufeiras, e em Portugal (PORDATA, 2015c).	156
Figura VIII.3 - Taxa de desemprego na sub-região Douro, nos concelhos com e sem albufeiras, e em Portugal (PORDATA, 2015c).	157
Figura VIII.4 - Taxa de desemprego na sub-região Terras Trás-os-Montes, nos concelhos com e sem albufeiras, e em Portugal (PORDATA, 2015c).	157
Figura IX.1 - Ganho médio mensal na sub-região Alto Tâmega, nos concelhos com e sem albufeiras, em comparação com Portugal (PORDATA, 2015c).	158
Figura IX.2 - Ganho médio mensal na sub-região Tâmega e Sousa, nos concelhos com e sem albufeiras, em comparação com Portugal (PORDATA, 2015c).	158
Figura IX.3 - Ganho médio mensal na sub-região Douro, nos concelhos com e sem albufeiras, em comparação com Portugal (PORDATA, 2015c).	159
Figura IX.4 - Ganho médio mensal na sub-região Terras Trás-os-Montes, nos concelhos com e sem albufeiras, em comparação com Portugal (PORDATA, 2015c).	159

Índice de Tabelas

Tabela 2.1 – Crescimento do turismo em 2014 comparado com 2013, em Portugal (INE, 2015a).	18
Tabela 3.1 - Caracterização das entidades entrevistadas.....	26
Tabela 3.2 – Organização dos inquéritos.....	28
Tabela 3.3 – Organização das questões do bloco 1.....	28
Tabela 3.4 - Organização das questões do bloco 2.	29
Tabela 3.5 - Organização das questões do bloco 3.	29
Tabela 3.6 - Organização das questões do bloco 4.	30
Tabela 3.7 - Organização das questões do bloco 5 para as câmaras, juntas de freguesia, agentes turísticos e associações de desenvolvimento local.	30
Tabela 3.8 - Organização das questões do bloco 5 para os vitivinicultores e agricultores.	31
Tabela 3.9 - Organização das questões do bloco 6 para as associações de desenvolvimento local e agentes turísticos.	31
Tabela 3.10 - Organização das questões do bloco 6 para as câmaras municipais e juntas de freguesia.....	32
Tabela 4.1 – Número de municípios e freguesias na região em estudo (PORDATA, 2013).....	35
Tabela 4.2 - Número de residentes por sub-região (INE, 2014b).	38
Tabela 4.3 - Índices de dependência (PORDATA, 2015a).	40
Tabela 4.4 - Índice de envelhecimento (PORDATA, 2015a).....	40
Tabela 5.1 – Número de inquéritos enviados e respostas obtidas.....	61
Tabela 5.2 – Tabela com a análise SWOT, Forças e Fraquezas.....	95
Tabela 5.3 - Tabela com a análise SWOT, Fraquezas e Oportunidades.	96

Anexos

Tabela X.1 - Tabela de Person, participação e divulgação.....	160
Tabela X.2 - Tabela de Pearson, potencialidade e necessidade.	160
Tabela X.3 - Tabela de Person, município e barragem.	160
Tabela X.4 - Tabela de Pearson, município e paisagens naturais.	161
Tabela X.5 - Tabela de Pearson, município e desportos de águas bravas.	161
Tabela XI.1 - Tabela de Pearson, participação e divulgação.....	162
Tabela XI.2 - Tabela de Pearson, barragem de Foz Tua e Linha do Tua.	162
Tabela XI.3 - Tabela de Pearson, divulgação dos produtos da região e aumento do número de visitantes.....	162
Tabela XI.4 - Tabela de Pearson, aumento do número de visitantes e capacidade de acolhimento convencional.....	163

Tabela XI.5 - Tabela de Pearson, aumento do número de visitantes e capacidade de acolhimento alternativo.....	163
Tabela XI.6 - Tabela de Pearson, paisagem natural e aumento do número de visitantes.	163
Tabela XII.1 - Tabela de Pearson, participação e divulgação.....	164
Tabela XII.2 - Tabela de Pearson, barragem de Foz Tua e Linha do Tua.....	164
Tabela XII.3 - Tabela de Pearson, divulgação dos produtos da região e aumento do número visitantes.....	164
Tabela XII.4 - Tabela de Pearson, apoio recebido e interação.	165
Tabela XIII.1 - Tabela de Pearson, participação e divulgação.....	166
Tabela XIII.2 - Tabela de Pearson, barragem de Foz Tua e Linha do Tua.....	166
Tabela XIII.3 - Tabela de Pearson, divulgação dos produtos da região e aumento do número de visitantes.....	167
Tabela XIII.4 - Tabela de Pearson, aumento do número de visitantes e acolhimento convencional.	167
Tabela XIII.5 - Tabela de Pearson, paisagem natural e aumento do número de visitantes.	167
Tabela XIII.6 - Tabela de Pearson, apoio e interação com outras associações de desenvolvimento local.....	168
Tabela XIV.1 - Distribuição do número de respostas por entidade referente aos problemas de desenvolvimento.....	169
Tabela XIV.2 - Distribuição do número de respostas por entidade referente à importância de infraestruturas e património para o desenvolvimento e aos efeitos da rede de turismo.	170
Tabela XIV.3 - Distribuição do número de respostas por entidade referente à importância dos atrativos turísticos.	171
Tabela XIV.4 - Distribuição do número de respostas por entidade referente aos apoios recebidos e à interação entre entidades.	172

Abreviaturas

AHF	Aproveitamento Hidroelétrico de Fridão
AHFT	Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua
CCDRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CE	Comissão Europeia
CNAUAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento
DGADR	Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DIA	Declaração de Impacte Ambiental
EDP	Energias de Portugal
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FSE	Fundo Social Europeu
GEE	Gases com Efeito de Estufa
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
LEADER	Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
NUTS	Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milénio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial de Turismo

ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Política Agrícola Comum
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural
PDTV	Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNBEPH	Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico
PPC	Paridade de Poder de Compra
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
RNA	Rede Nacional de Autoestradas
RRN	Rede Rural Natura
SET	Sistema Electroprodutor do Tâmega
SPSS	<i>Statistical Package for Social Science</i>
SWOT	<i>Strengths; Weaknesses; Opportunities; Threats</i>
TER	Turismo em Espaço Rural
TMDA	Tráfego Médio Diário Anual
UE	União Europeia
UNECE	Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WTTC	<i>World Travel & Tourism Council</i>

1. Introdução

1.1. Enquadramento e justificação do estudo

O turismo de natureza e cultural tem-se revelado uma atividade económica com alguma relevância em regiões de baixa densidade, como é o caso de grande parte do interior de Portugal. Trata-se de zonas com uma combinação de paisagens selvagem e paisagens humanizadas ancestrais que, devido à ocupação humana pouco intensa conservam valores naturais e culturais únicos.

O turismo é uma atividade económica em muito dependente de ambientes naturais, riqueza cultural e das comunidades de acolhimento. A região estudada é uma região rural com características naturais e culturais únicas, uma riqueza endógena capaz de atrair o mais diversificado público. É uma região com capacidade para se desenvolver através de um turismo de baixa densidade. Caracteriza-se por paisagens naturais e humanizadas que não deixam indiferente quem a visita. Outra característica da região é a sua gastronomia bem como a qualidade dos vinhos que nela são produzidos. Trás-os-Montes e Alto Douro é uma região de extrema riqueza, com a liderança certa e com as ideias certas é uma região com capacidade para se desenvolver através do turismo devido às suas qualidades endógenas. Apesar das qualidades que caracterizam a região, trata-se de uma região ameaçada devido ao facto de cada vez ter menos jovens, é uma área muito envelhecida e esse facto pode colocar em risco o seu desenvolvimento.

Em alguns casos, o turismo de natureza e cultural pode ser prejudicado por outras atividades económicas. Esta situação poderá verificar-se na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, por força do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH), em torno do qual surgiram inúmeras controvérsias. No centro destas estão as vantagens e desvantagens de diferentes estratégias de desenvolvimento regional, nas quais privilegiam os valores locais ou a construção de barragens. Esta situação poder-se-á verificar também por força da Rede Nacional de Autoestradas (RNA), em Portugal Continental, é constituída por 32 autoestradas numa extensão total de 2 610 km e nem sempre foram estudadas e dimensionadas com base nas suas necessidades.

De uma forma genérica, esta dissertação pretende avaliar o potencial de uma rede de turismo sustentável na região Trás-os-Montes e Alto Douro, focando o ponto de vista económico e a dinâmica de empregabilidade da zona. Este estudo é encarado como um processo de pesquisa,

sobre o modo como, no terreno, os diversos agentes políticos, turísticos, agricultores, vitivinicultores e associações de desenvolvimento local perspetivam o impacto desse tipo de turismo para o desenvolvimento da região. Serão igualmente equacionadas convergências e conflitos com outras atividades económicas, o PNBEPH, a construção do IC5 e a transformação do IP4 em A4.

1.2. Objetivos da dissertação

O objetivo deste trabalho consiste no estudo da região Trás-os-Montes e Alto Douro de forma a conhecer a realidade da região com a possibilidade da criação de uma rede de turismo sustentável. Pretende-se compreender: a perceção dos agentes turísticos, autoridades locais, associações de desenvolvimento, agricultores e vitivinicultores sobre o desenvolvimento local; o impacto do turismo na região; o impacto sobre o desenvolvimento com a introdução de novas infraestruturas (barragem de Foz Tua; IC5 e A4); o impacto sobre o desenvolvimento nos concelhos com e sem albufeira; se uma rede de turismo (sustentável) na região pode ser um motor de desenvolvimento local.

1.3. Estrutura da dissertação

A presente dissertação encontra-se organizada em seis capítulos:

1. Introdução: Neste capítulo é feita uma breve introdução à problemática em estudo.
2. Revisão de literatura: Este capítulo incide sobre os fundamentos teóricos relacionados com a temática em estudo, nomeadamente, nos fundamentos relacionados com o desenvolvimento rural em Portugal e na Europa, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, enquadramento mundial e nacional do turismo, dinâmica empregadora do turismo, turismo de natureza e cultural, turismo rodoviário, turismo rural, turismo sustentável e rede de turismo.
3. Metodologia: Este capítulo incide sobre a metodologia utilizada na realização e cumprimento dos objetivos definidos para o estudo. São apresentadas as fases de um modo geral, bem com uma especificação das fases estabelecidas para a realização de entrevistas, inquéritos e análise de dados.

4. Caso de estudo: Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro e Terras Trás-os-Montes: Este capítulo introduz toda a informação e conceitos relacionados com o caso de estudo, nomeadamente, descrição e características da região, tais como: caracterização do contexto, social, económico e projetos de grandes dimensões na região.
5. Apresentação e discussão de resultados: Apresentação dos resultados obtidos nas respostas aos inquéritos direcionados aos presidentes de câmaras municipais, presidentes de juntas de freguesia, associações de desenvolvimento, agentes turísticos, agricultores e vinicultores.
6. Conclusões e estudos futuros: Neste capítulo destacam-se as principais conclusões do estudo realizado, assim como limitações detetadas ao longo do mesmo e as sugestões para estudos e desenvolvimentos futuros.

2. Revisão de literatura

2.1. Desenvolvimento

2.1.1. Europa e desenvolvimento rural

Desenvolvimento rural abrange a dimensão económica, social e ambiental. Há um enorme interesse entre os decisores políticos em conhecer a magnitude e a tendência para o bem-estar de regiões rurais, bem como existe também o desejo em aprender sobre a importância dos fatores que favorecem o desenvolvimento e a convergência de regiões rurais (Michalek & Zarnekow, 2011).

A política de desenvolvimento rural da Comissão Europeia (CE) é um dos pilares da Política Agrícola Comum (PAC). Ajuda as zonas rurais a enfrentar desafios e contribui para o seu desenvolvimento sustentável. Embora a importância das áreas rurais em muitos países, não existe uma definição única internacionalmente aceite como conceito, devido a: diferentes perceções do que é (e não é) rural e dos elementos que caracterizam “ruralidade” (natural, económico, etc.); a necessidade inerente de ter uma definição feita sob medida de acordo com o “objeto” analisado ou a política em questão; a dificuldade para coletar dados relevantes ao nível das unidades básicas geográficas (unidade administrativa, enredo, etc.) (European Commission, 2013).

A PAC teve início em 1962 e constitui uma parceria entre a agricultura e a sociedade, entre a Europa e os agricultores europeus. Os seus principais objetivos são: melhorar a produtividade agrícola, para que os consumidores disponham de um abastecimento estável de alimentos a preços acessíveis e garantir um nível de vida razoável aos agricultores da EU. A agricultura e a produção de alimentos são essenciais para a nossa economia e sociedade. Os 28 Estados-Membros da EU têm 12 milhões de agricultores e 4 milhões de postos de trabalho no sector alimentar. Os sectores agrícola e alimentar fornecem 7% de emprego e geram 6% do Produto Interno Bruto (PIB) da EU. Os agricultores são atores económicos muito importantes nas zonas rurais, possuem conhecimento fundamental e instintivo das práticas agrícolas que passam de geração em geração. Cerca de metade da população da EU vive em zonas rurais. Sem a agricultura, pouco restaria para manter vivas e coesas muitas comunidades. Se a agricultura desaparecesse, as terras seriam abandonadas em muitas zonas (European Commission, 2014a).

O desenvolvimento rural é uma área política fundamental para a Comissão Europeia (CE). Com efeito, as regiões predominantemente rurais dos Estados-Membros representam 52% do

território e 23% da população. Regiões rurais representam mais de 80% do território da Estónia, Irlanda, Grécia, Portugal e Finlândia. Em 2010, a CE chegou a acordo sobre a nova tipologia das regiões predominantemente rurais, intermédias e predominantemente urbanas com base numa variação da metodologia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) utilizada anteriormente. O objetivo da nova metodologia é fornecer uma base consistente para a descrição de regiões predominantemente rurais, intermédias e predominantemente urbanas em todas as comunicações da comissão, relatórios e publicações. A Figura 2.1 mostra, em forma de mapa, e segundo a metodologia da CE as diferenças regionais existentes na Europa. A metodologia utilizada tem como base a densidade populacional (hab/km²) em aglomerados urbanos, isto é, onde a densidade populacional mínima não pode ser inferior a 300hab/km² e a população não pode ser inferior a 5 000 habitantes. Todas as unidades fora das unidades urbanas são consideradas rurais. A nova metodologia classifica as unidades territoriais estatísticas (NUT) III em Predominantemente Urbanas se a parte da população que reside em unidades rurais é inferior a 20%, Intermédias se parte da população que reside em unidades rurais está entre 20-50% e Predominantemente Rural se parte da população que reside em unidades rurais é superior a 50% (European Commission, 2013).

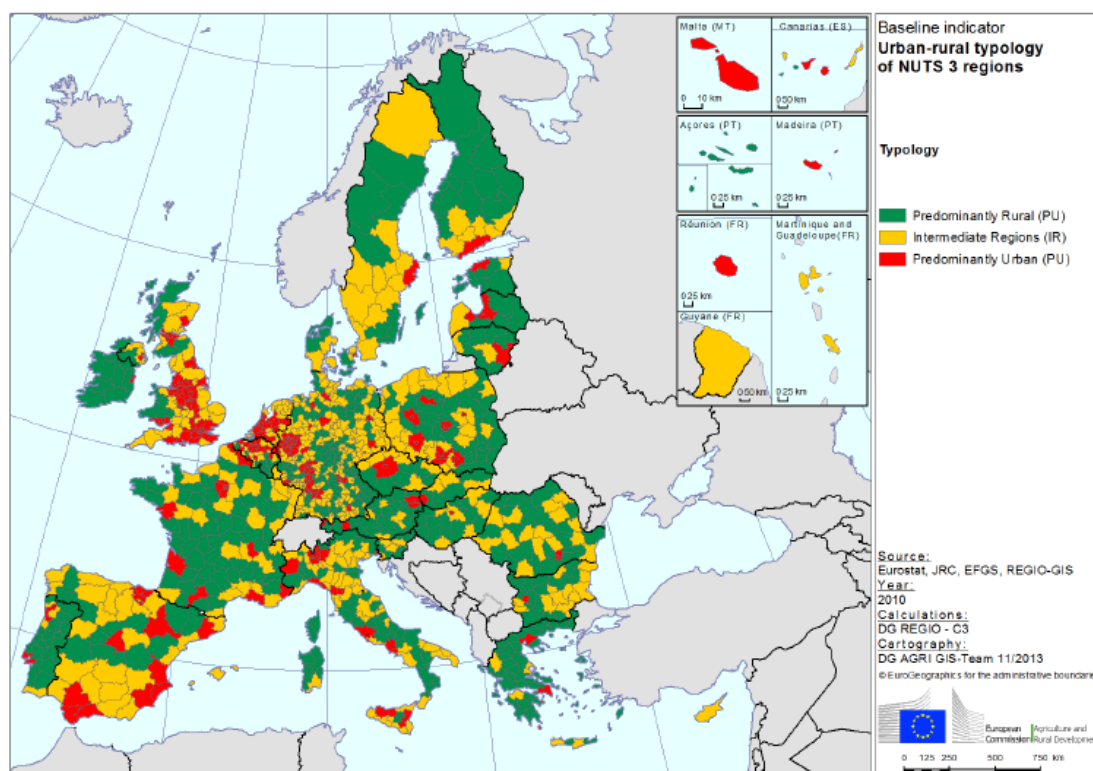


Figura 2.1 - Regiões rurais da União Europeia pelo método da CE (European Commission, 2013).

Com a conclusão do relatório relativo às orientações estratégicas comunitárias para o Desenvolvimento Rural 2007-2013, foi possível concluir que mais de 56% da população nos 27 Estados-Membros da UE vivem em áreas rurais e que cobrem 91% do território e, por esse motivo, o desenvolvimento rural é uma política de elevada importância. Agricultura e silvicultura são cruciais para o uso da terra e da gestão de recursos naturais em zonas rurais da UE, e como plataforma para a diversificação económica em comunidades rurais. O reforço da política de desenvolvimento rural da UE é, portanto, uma prioridade (European Commission, 2008).

De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1698/2005 a CE tem vindo a aplicar uma política de coesão económica e social integrada, através de uma utilização complementar dos três fundos estruturais: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), orientado para as infraestruturas e desenvolvimento económico; Fundo Social Europeu (FSE), para as políticas de valorização de recursos humanos; Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), para a modernização agrícola, a organização dos mercados agrícolas e a promoção das atividades rurais.

De acordo com o mesmo Regulamento, o apoio ao desenvolvimento rural deve, durante o período 2014-2020, concentrar-se nas três áreas seguintes, designadas “eixos temáticos”: 1) aumento da competitividade do sector agrícola e silvícola; 2) melhoria do ambiente e da paisagem rural; 3) promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação da economia rural. De modo a garantir uma aplicação justa desta política, os Estados-Membros e as regiões devem repartir o financiamento destinado ao desenvolvimento rural entre estes três eixos temáticos. O mesmo regulamento refere também que uma parte do financiamento deve ainda apoiar projetos baseados na experiência adquirida com a iniciativa comunitária Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER). Esta iniciativa advoga grupos de ação local que elaborem planos de desenvolvimento para as respetivas zonas de interação (Luís, 2002). De acordo com Edmunds (1999), citado por Luís (2002), num encontro organizado pelo *World Travel and Tourism Council*, em 1998, o LEADER foi descrito como um excelente exemplo da abordagem “*bottom up*” (ascendente), apoiando projetos de turismo, entre outros.

2.1.2. Portugal e desenvolvimento rural

Nos últimos anos de crise económica, o sector agroalimentar, deu um contributo significativo para o crescimento económico em Portugal. Programas de desenvolvimento rural têm ajudado a modernizar o sector agroalimentar, aumentar as exportações e criar novos empregos. Portugal apesar de, atualmente, enfrentar grandes desafios tem forças consideráveis para construir com os seus produtos de qualidade, o seu “*know-how*” (conhecimento), a diversidade das suas

paisagens rurais, os seus recursos e a população jovem mais interessada no sector agrícola (European Commission, 2014b).

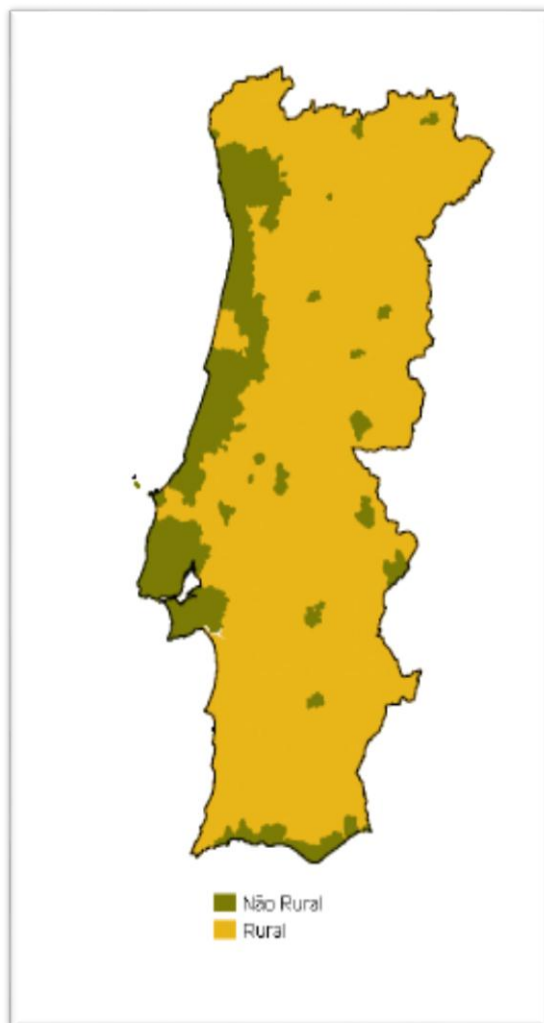


Figura 2.2 - Regiões rurais em Portugal pelo método da OCDE (ProDer, 2012).

As zonas rurais portuguesas apresentam um conjunto de fragilidades. A principal ameaça à sua sobrevivência está ligada ao despovoamento e envelhecimento. Um aspeto de elevada importância é a ligação da população rural à atividade agrícola. Em 2009, 7,5% da população residente em todo o território nacional desenvolvia trabalho nas explorações agrícolas pertencentes a familiares. Em 2010, o PIB *per capita* rural correspondeu a 65% da média da UE-27, abaixo do PIB *per capita* nacional (77% da média EU-27) (PDR2020, 2014).

Em Portugal Continental, cerca de 45% da população vive em zonas rurais, que ocupam 86% do território (ProDer, 2011). A Figura 2.2 mostra graficamente a distribuição das zonas rurais pelo país, de acordo com a metodologia da OCDE. A metodologia da OCDE classifica as unidades territoriais estatísticas (NUT) III em Predominantemente Urbanas quando menos de 15% da população reside em freguesias com densidade demográfica inferior a

150hab/km². Intermédias quando entre 15 e 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica inferior a 150hab/km². Predominantemente Rurais, quando mais de 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica menor a 150hab/km² (OCDE, 2011).

No território nacional as zonas rurais apresentam uma reduzida densidade populacional, Figura 2.3, menos de metade da média do Continente e da EU. O território rural compreende 2 857 freguesias de um total de 4 037 no Continente (ProDer, 2012). Para a fixação de população, nomeadamente jovens e com formação, torna-se essencial uma melhoria das condições de vida nas zonas rurais (PDR2020, 2014).

Em Portugal existem diversos programas para fomentar o desenvolvimento rural sendo o mais significativo o Programa de Desenvolvimento Rural – PDR 2020, que tem como princípio

determinante a concentração dos apoios no sector e na produção de bens transacionáveis dirigida a agentes diretamente envolvidos na criação de valor a partir das atividades agroflorestais assente na gestão eficiente dos recursos. Assim, e tendo em conta os três objetivos da PAC, o PDR 2020 pretende o crescimento sustentável do sector agrícola em todo o território nacional e tem como objetivos estratégicos: crescimento do valor acrescentado do sector agroflorestal; promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos; criação de condições para dinamização económica e social em espaço rural (PDR2020, 2014).

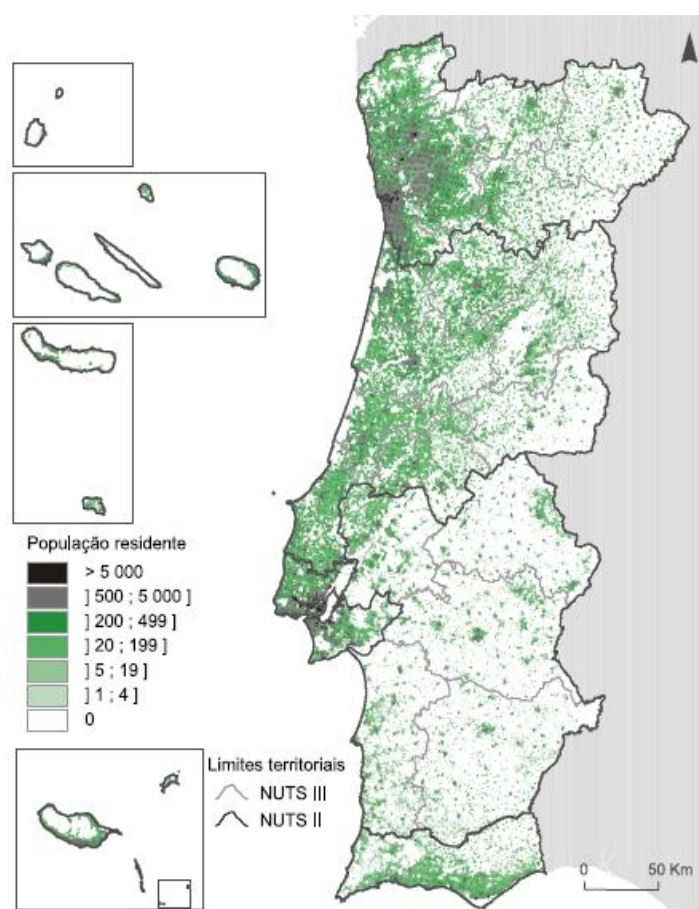


Figura 2.3 - População residente em Portugal (INE, 2015a).

Em Março de 2009, foi criada em Portugal pelo Decreto-Lei nº. 66/2009, de 20 de Março, a Rede Rural Nacional (RRN). Constituiu-se como rede aberta às organizações envolvidas no desenvolvimento rural à escala nacional, regional e local abrangendo a totalidade do território. Integra atualmente 368 organizações de natureza pública e privada com atividade em vários domínios do desenvolvimento rural. A RRN tem por objetivo melhorar a qualidade e o

envolvimento das partes interessadas na implementação do PDR, informar os potenciais beneficiários sobre oportunidades de financiamento e promover a inovação. Tem um papel determinante na partilha e disseminação de boas práticas e resultados do acompanhamento (PDR2020, 2014).

Desde 2007, a PAC investiu mais de oito mil milhões de euros no sector agrícola e nas zonas rurais portuguesas para estabilizar o rendimento dos agricultores, modernizar e aumentar a sustentabilidade das exportações agrícolas e garantir o abastecimento de produtos alimentares seguros, acessíveis e de qualidade para os seus cidadãos. Para o período de 2014-2020, foram atribuídos a Portugal cerca de quatro milhões de euros para medidas a favor das zonas rurais. Este montante será gasto de acordo com as prioridades definidas e estabelecidas no PDR 2014-2020. Os três novos programas, para o período de 2014-2020 (Portugal Continental; Açores e Madeira) incidem em três objetivos principais: 1) melhorar a competitividade do sector agrícola; 2) preservar os ecossistemas e uma utilização eficiente dos recursos naturais e 3) criar condições para a revitalização económica e social das zonas rurais. Os novos planos visam reduzir o défice da balança comercial agrícola portuguesa, nomeadamente através do aumento da produção e das exportações. A proposta de redistribuição da dotação financeira pelos três planos – que deve ser complementada por fundos nacionais – é de 3,6 mil milhões de euros para Portugal Continental, 295 milhões de euros para os Açores e 179 milhões de euros para a Madeira (Comissão Europeia, 2014).

A agricultura e as florestas desempenham um papel fundamental na preservação do ambiente e da paisagem rural, ocupando uma parte significativa do território nacional. A atividade agrícola e florestal foi, durante muito tempo, a principal atividade das zonas rurais, ocupando grande parte da mão-de-obra e sendo a principal fonte de rendimento da população. As mudanças ocorridas nas últimas décadas alteraram significativamente esta realidade, conduzindo à diminuição e acentuado envelhecimento da população rural, à terciarização da sua população ativa e uma grande dependência das famílias residentes. Neste contexto, a evolução das zonas rurais mais interiores ou de montanha do Norte e Centro, do Alentejo e do Algarve, foi particularmente gravosa (ProDer, 2012).

O desenvolvimento rural deve ser sustentável e harmonioso, todas as vertentes devem ser consideradas e articuladas: não há desenvolvimento rural sem desenvolvimento económico e social, bem como sem economia empresarial competitiva, atue esta no sector ou fora dele (ProDer, 2011). As zonas rurais são espaços que podem proporcionar qualidade de vida, o que pode ser utilizado para atrair população de fora, em particular jovem e qualificada. Em Portugal é particularmente importante atuar face à tendência crescente de despovoamento das zonas rurais associadas ao envelhecimento da população rural, criar respostas às necessidades de restauração, preservação e valorização dos recursos naturais, paisagem e património local (PDR2020, 2014).

2.1.3. Desenvolvimento sustentável, local e endógeno

Sustentável

Em 1968, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) organizou a primeira conferência intergovernamental com o objetivo de conciliar ambiente e desenvolvimento. A Conferência foi um passo significativo que resultou, em 1972, na Conferência sobre o Ambiente Humano, a primeira conferência das Nações Unidas sobre o ambiente (UNESCO, 2015).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland, usou a expressão “desenvolvimento sustentável” pela primeira vez no seu relatório “Nosso Futuro Sustentável”. Desenvolvimento sustentável ficou definido como: “Desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (UNESCO, 2015).

Em 1992, foi realizada, no Rio de Janeiro, a Cimeira da Terra (Rio 92), onde, entre outros, participaram 172 governos, 2 400 Organizações não-governamentais (ONG) e 10 000 jornalistas. Este acontecimento teve como resultado a Agenda 21, onde estão definidos os principais pontos do conceito de desenvolvimento sustentável, foi um programa conjunto para a implementação do desenvolvimento sustentável no século XXI, desde então tem sido utilizado como base para medir o progresso. Um conjunto de países, regiões e cidades adotaram a sua própria “Agenda 21” (UNESCO, 2015).

No decorrer do ano de 2000, em Nova Iorque, os Chefes de Estado mundiais reuniram-se em assembleia solene na Sede das Nações Unidas para a Cimeira do Milénio e foi adotada a Declaração do Milénio (*Millenium Declaration*), a qual reafirma o apoio da comunidade internacional de um “desenvolvimento verdadeiramente sustentável” e define “respeito pela natureza” como um valor fundamental. A declaração conduziu à elaboração, em 2001, dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) que representa um compromisso ambicioso para reduzir a pobreza. Uma das metas dos ODM exige esforços para “garantir a sustentabilidade ambiental” e, especificamente, “para integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais” (UNESCO, 2015).

No sentido de confirmar o compromisso com o desenvolvimento sustentável e enfatizar o contributo primordial das políticas nacionais e das estratégias de desenvolvimento para alcançar, a UE adotou, no Conselho Europeu de Gotemburgo, em 2001, uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável (“Uma Europa Sustentável para um mundo melhor: Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável”), em complemento da Estratégia de Lisboa,

adotada em 2000. Esta Estratégia foi revista no Conselho Europeu de 9 de Junho de 2006 (APA, 2008).

Na Cimeira Mundial de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002, houve um aumento significativo de participantes bem como o compromisso para com o desenvolvimento sustentável se voltou a afirmar em todos os níveis, local ao global. A cimeira afirmou a sua determinação coletiva para promover os pilares de desenvolvimento sustentável (desenvolvimento económico, desenvolvimento social e proteção do ambiente) como interdependentes que se reforçam mutuamente (UNESCO, 2015).

De acordo com o Relatório da OCDE, *Statistics Brief*, 2005, as relações de influência que podem ocorrer entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável são:

1. Efeitos da atividade económica no ambiente (e.g., utilização de recursos, descargas de poluentes, resíduos);
2. Os serviços ambientais para a economia (e.g., recursos naturais, contribuição para a eficiência económica e para o emprego);
3. Os serviços ambientais para a sociedade (e.g., acessos aos recursos e amenidades, contribuições para a saúde, condições de vida e laborais);
4. Efeitos de variáveis sociais no ambiente (e.g., alterações demográficas, padrões de consumo, educação e informação ambiental, enquadramentos institucionais e legais);
5. Efeitos de variáveis sociais na economia (e.g., força laboral, educação e formação, níveis de consumo, enquadramentos institucionais e legais);
6. Efeitos da atividade económica na sociedade (e.g., níveis de rendas, património, emprego).

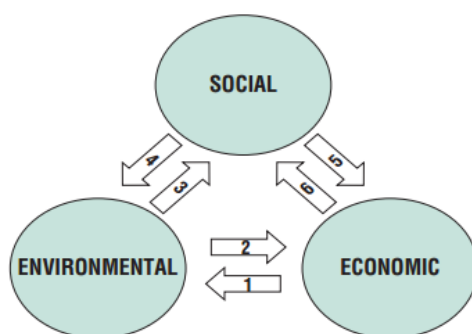


Figura 2.4 - Dimensões-chave do desenvolvimento económico (Stevens, 2005).

Globalmente os países construíram as suas políticas nacionais de desenvolvimento sustentável que são expressas por meio de indicadores. A Organização das Nações Unidas (ONU), a OCDE e a Eurostat são as principais entidades que monitorizam o desenvolvimento sustentável. A

Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) juntamente com a OCDE e a Eurostat, em 2008, realizaram uma análise com o objetivo de identificar pontos em comum entre os países sobre questões gerais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, onde identificaram um conjunto de indicadores para classificar o desenvolvimento sustentável de cada país (Cornescu & Adam, 2014).

Garantir um crescimento económico contínuo, imparcial, socialmente e ambientalmente seguro, em simultâneo com o esforço de controlar as alterações climáticas, provou ser uma tarefa intransponível para os governos a nível global. A atual crise económica bem como eventos relacionados provaram que as exigências de desenvolvimento sustentável falhou em grande parte, e deste modo os países caminharão em direção a uma recessão económica mais profunda, a uma desigualdade social, à degradação ambiental e às preocupantes alterações climáticas, a menos que uma solução seja encontrada (Cristina, 2014).

Portugal adotou a “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015” (ENDS), a qual se insere numa iniciativa global, iniciada com a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (CNAUAD), também conhecida por Cimeira da Terra. Com efeito, a Agenda 21, adotada na CNAUAD, incentivou os Estados a adotarem estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, como forma de aplicar e desenvolver as decisões da Conferência, corporizadas na Agenda 21 e nos designados acordos do Rio (em particular as convenções internacionais para as alterações climáticas e para a diversidade biológica) (APA, 2008).

Local

Desenvolvimento local foi idealizado como elemento de apoio essencial para o desenvolvimento nacional e de coesão social, está intrinsecamente associado a um conceito multidimensional de mudança, que reúne as dimensões: económica, social, cultural e ambiental (Kisman & Tasar, 2014).

O objetivo do desenvolvimento local é construir a capacidade de um território definido, muitas vezes um município ou uma região, para melhorar a sua economia e qualidade de vida dos seus habitantes. Esta definição surge de um consenso entre as instituições globais, tais como o Banco Alimentar, as Nações Unidas e a OCDE. O desenvolvimento local é uma contribuição importante para o desempenho económico nacional e tornou-se mais crítico com o aumento da concorrência global, a mobilidade da população, os avanços tecnológicos, as diferenças espaciais e consequentes desequilíbrios. Um desenvolvimento local eficaz pode reduzir as disparidades entre locais pobres e ricos, aumentar o investimento global no sector privado e aumentar a coerência e confiança de uma estratégia económica local (Clark *et al.*, 2010).

Segundo Barquero (1995), um dos traços característicos da reestruturação produtiva na Europa reside no impulso conquistado pelo desenvolvimento local. Os governos locais adquirem um papel crucial na definição e execução da política de desenvolvimento local, intervindo ativamente na reestruturação do sistema produtivo. Um dos objetivos estratégicos das políticas de desenvolvimento local é constituído pelo fomento da capacidade empresarial e organizacional de carácter local e, eventualmente pela introdução de “*know-how*” empresarial procedente de outras áreas. É necessário introduzir novas ferramentas de comportamento na sociedade local, cativar a população a iniciar atividades destinadas a solucionar problemas existentes. O sucesso da estratégia de desenvolvimento local está condicionado com a disponibilidade de recursos (humanos, empresariais e financeiros), da capacidade de criar condições que facilitem o aparecimento de novas empresas e da atuação conjunta de agentes públicos e privados.

Um sistema de desenvolvimento local tende a ser relativamente complexo, uma vez que exige uma coordenação entre diferentes tipos de organizações ou entidades interessadas. Esta potencial restrição é simultaneamente a força mais significativa do sistema de desenvolvimento local. Muitas vezes compete ao governo local construir um sistema capaz de unir todas as suas componentes (organizações do sector público e privado, população, empresas, instituições e agências de desenvolvimento), ou seja, tirar o maior partido de todos os recursos disponíveis, como conhecimento e experiência (Clark *et al.*, 2010).

Endógeno

De acordo com Haverkor *et al.* (2003), citado por Millar (2014), “O desenvolvimento endógeno implica o desenvolvimento de dentro na natureza que é essencialmente físico e sociocultural. Baseia-se principalmente, embora não exclusivamente, sobre os recursos locais disponíveis: a ecologia, trabalho e o conhecimento de uma área, cultura e liderança, com a abertura de integrar o conhecimento e práticas de fora”. Contudo, não é apenas o conhecimento local (competências, cultura) que define o significado de endógeno, outro fator importante deste conceito é a participação pública dos atores locais bem como do sector privado nos projetos e na execução de atividades que promovam o desenvolvimento (Ray, 2000).

Durante a década de 1980 e início de 1990 a opinião em relação às estratégias mais eficazes de desenvolvimento rural a ser promovido no sul da Europa foi segura em prol do desenvolvimento endógeno. A promoção do desenvolvimento económico endógeno e a perspectiva de que tal evolução pode ocorrer com sucesso, tem sido uma mensagem que atrai aqueles que pensam em novas iniciativas políticas que afetam as zonas rurais (Barke & Newton, 1999). A abordagem endógena para o desenvolvimento socioeconómico (centrado nos recursos das localidades) tem sido aceite como uma forma mais seletiva para desenvolver uma região. No desenvolvimento

socioeconómico rural e regeneração urbana, a ênfase é cada vez mais sobre a adoção de uma abordagem endógena (Ray, 1999).

O desenvolvimento endógeno consiste na determinação local de opções de desenvolvimento: o controlo local sobre o processo de desenvolvimento e a retenção dos benefícios dentro da área local. Este desenvolvimento é baseado nos valores, conceitos e práticas locais e tem como ponto de partida os seus recursos e oportunidades. Reforçar o desenvolvimento endógeno implica construir sobre os recursos locais e complementá-los com recursos externos adequados, maximizando o controlo local de modo a incentivar a dinâmica dos sistemas de conhecimento local e mantendo os benefícios dentro da área local, de forma a assegurar a equidade na partilha e localização de recursos (Millar, 2014).

Para o sucesso das atividades de turismo em determinados territórios, torna-se importante contar com os recursos locais. Este pensamento vem do paradigma de desenvolvimento endógeno, que sustenta a ideia de que o desenvolvimento económico não tem de ser necessariamente polarizado e concentrado nas grandes cidades e pode ocorrer em regiões que têm capacidade para utilizar com êxito os seus recursos endógenos e o potencial do território (Vareiro & Ribeiro, 2007). O desenvolvimento endógeno implica um processo de mobilização social local e exige uma estrutura organizacional que reúne os interesses da comunidade para alcançar os objetivos acordados, um processo de acordo local consiste num planeamento estratégico e em uma repartição acordada de recursos com o propósito específico de desenvolver a capacidade local em termos de habilidades e competências. Este desenvolvimento pode ser visto como uma forma de progresso em caso de controlo local sobre o processo de desenvolvimento, onde as opções de desenvolvimentos dignos de suporte são determinadas localmente e onde os benefícios desse desenvolvimento são mantidos dentro da área local (Barke & Newton, 1999).

2.2. Turismo

2.2.1. Enquadramento mundial e nacional

Ao longo dos últimos 50 anos, o turismo tornou-se um dos maiores sectores da economia a nível mundial, sendo responsável por cerca de 9% do PIB mundial e mais de 200 milhões de postos de trabalho. Nas últimas seis décadas, o turismo teve um crescimento contínuo. É agora um dos maiores e mais rápidos crescimentos no sector económico a nível mundial. Surgiram novos destinos turísticos ao lado dos tradicionais da Europa e América do Norte. De 1980 a 2013, as chegadas de turistas internacionais triplicou em todo o mundo, Figura 2.5, em média, um crescimento de 4,2% por ano (UNWTO, 2014a).

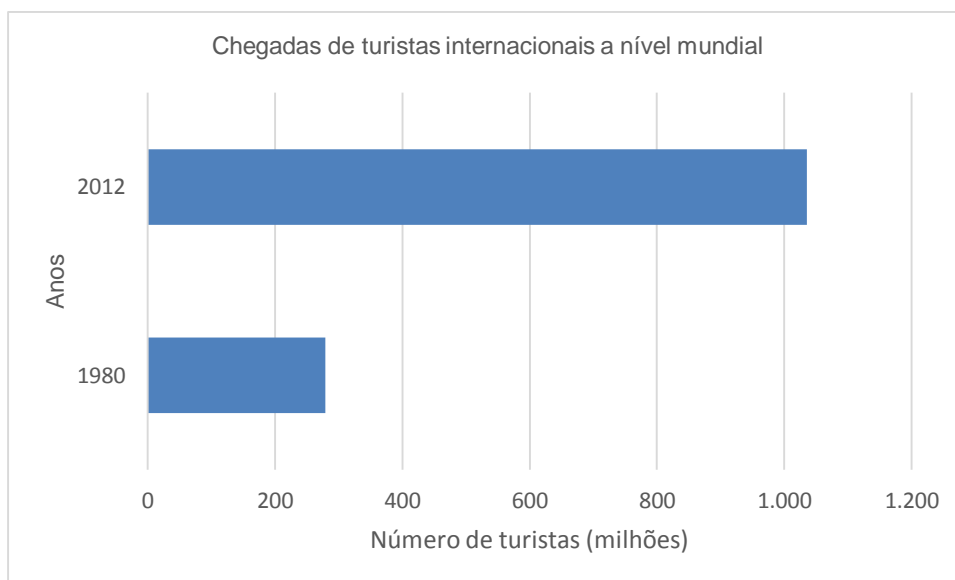


Figura 2.5 – Evolução das chegadas de turistas internacionais em 1980 e 2012 (UNWTO, 2014a).

O turismo é um sector que cria muitos postos de trabalho em todo o mundo. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial do Turismo (OMT), o sector do turismo a nível global foi responsável por mais de 235 milhões de empregos em 2010, representando 8% do emprego direto e indireto global, ou um em cada doze postos de trabalho. Prevê-se que até 2019 o sector do turismo seja responsável por 296 milhões de postos de trabalho. Através da criação de emprego, o turismo pode beneficiar grupos desfavorecidos, estimular o empreendedorismo e as Pequenas e Médias Empresas (PME), e assim contribuir significativamente para a redução da pobreza (UNWTO, 2013).

Em 2003 a OMT tornou-se oficialmente uma agência especializada das Nações Unidas, responsável pela promoção do turismo, sustentável e universalmente acessível. A OMT foi fundada sobre a crença fundamental de que o turismo sustentável contribui para o desenvolvimento económico, para a compreensão da prosperidade internacional em todo o mundo. A OMT é a agência das Nações Unidas responsável pela promoção do turismo e tem como prioridades: a) integração do turismo na agenda global; b) melhorar a competitividade do turismo; c) promover o desenvolvimento sustentável do turismo; d) dinamizar a contribuição do turismo para o desenvolvimento e para a redução de pobreza; e) promover conhecimento, educação e capacidade de construir; f) construção de parcerias (UNWTO, 2014b).

Uma característica fundamental do sector do turismo é a sua capacidade para relacionar os aspectos económicos, sociais, culturais e ambientais da sustentabilidade de modo a agir como uma força motriz para o seu reforço mútuo. Esta característica ocorre devido ao facto de o turismo ser uma actividade económica altamente dependente de ambientes intactos, riqueza cultural e

das comunidades de acolhimento. O turismo é uma actividade multifacetada, que envolve muitas partes interessadas, que estão potencialmente envolvidas no sector ou são afectadas por ele, directa ou indirectamente (UNWTO, 2013).

O governo tem um papel vital a desempenhar nas ações de liderança e coordenação e é responsável pelo fornecimento de grande parte da infra-estrutura e de recursos dos quais depende o sector. As ONG têm um papel muito importante a desempenhar na consolidação das relações e da coordenação das partes interessadas. Contudo é necessária legislação para proteger o sector e para garantir o seu desenvolvimento. A liderança neste sector não deve ser do dominio do governo. O sector privado deve ser envolvido centralmente no planeamento e gestão do turismo. Em muitos países existe uma tendência crescente para que a gestão de turismo local seja baseada na colaboração e parcerias entre as partes interessadas do sector público e privado. A importância de envolver as comunidades locais no planeamento e desenvolvimento do turismo nas suas áreas de actuação é amplamente reconhecida. É ao nível do destino turístico local que muitos serviços vitais para o turismo são entregues e em que muitos impactes sócio-económicos e ambientais (positivos e negativos) exigem um planeamento de gestão local (UNWTO, 2013).

Portugal tem como pontos fortes: um património histórico, cultural, arquitectónico e de relacionamento com áreas emergentes da economia mundial, bem como na esfera da cultura e das artes, criadores e artistas de referência a nível mundial, criando assim condições sólidas para o desenvolvimento de actividades turísticas e para o intercâmbio com espaços emergentes na economia mundial. Portugal tem condições climáticas e paisagens favoráveis à atracção de pessoas e actividades ao desenvolvimento turístico (APA, 2008).

Em Portugal, no ano de 2014, os dados provisórios da OMT apontam para um aumento das chegadas de turistas internacionais de 4,4%, o que corresponde a 1 134,7 milhões de turistas. De acordo com os dados do Banco de Portugal relativos à rubrica “Viagens e Turismo” da Balança de Pagamentos em 2014, as receitas e as despesas em viagens e turismo aumentaram comparadas com 2013. Esse aumento traduziu-se num saldo superior ao do ano anterior, como é possível observar na Tabela 2.1 (INE, 2015a).

Tabela 2.1 – Crescimento do turismo em 2014 comparado com 2013, em Portugal (INE, 2015a).

Ano 2014	Percentagem (%)	Milhões de euros (M€)
Receitas	+ 12,4	10 394
Despesas em viagens e turismo	+ 6,4%	3 318
Saldo	+ 8,3%	7

Em território nacional o turismo, em 2014, foi responsável por 337 mil postos de trabalho diretos (7,4% do emprego total) e o mesmo deverá crescer 4,1% em 2015, o que representa 350,5 mil postos de trabalho diretos (7,6% do emprego total) (WTTC, 2015).

O turismo é um consumidor intensivo do território e exige o planeamento do seu desenvolvimento numa óptica que evidencie de forma clara os objectivos sociais e económicos que se pretende alcançar bem como os espaços que devem ser explorados e os que devem ser protegidos (Hristov & Petrova, 2013).

Para o sector do turismo ter sucesso como uma ferramenta de desenvolvimento deve ser competitivo. Acima de tudo os produtos e experiências que um país oferece devem ser relevantes para os mercados internacionais e, ao mesmo tempo, reconhecer as oportunidades de crescimento nos mercados regionais e locais. Os países e os seus produtos devem ser apresentados e promovidos eficazmente, através de planos de *marketing* bem direccionados e implementados em conjunto pelos governos e pelo sector privado (UNWTO, 2013).

2.2.2. Turismo de natureza e cultural

Em todos os níveis de administração, é importante que os responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo conheçam as habilidades necessárias para desempenhar as suas tarefas, inclusive no desenvolvimento e implementação de estratégias e ações para melhorar a sustentabilidade do turismo e a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Este comportamento deve incluir uma compreensão do contexto de turismo sustentável, incluindo os

seus diferentes objetivos, instrumentos disponíveis para tornar o sector do turismo mais sustentável, bem como uma boa coordenação entre o governo, sector privado e sociedade civil. A consciência e o conhecimento deve abranger os impactes económicos, sociais e ambientais do turismo e as suas oportunidades, de modo a apoiar a redução da pobreza e a conservação do património natural e cultural. O sector do turismo de um país com as suas riquezas naturais e culturais são indissociáveis. Paisagens, biodiversidade, locais históricos e culturais únicos são a razão principal pela qual os turistas viajam (UNWTO, 2013).

Enquanto o turismo global tem apresentado um crescimento anual de 4%, o turismo de natureza tem apresentado um crescimento anual entre 10 a 30%. Devido ao facto de uma crescente sensibilização com assuntos relacionados com o ambiente, o turismo de natureza tem recebido cada vez mais atenção da parte dos turistas. A ideia do turismo de natureza é proporcionar maior lucro directo para os residentes locais assim como ganhos económicos e preservar os ambientes naturais. Turismo de natureza é descrito como todas as formas de turismo que "... usam os recursos naturais na sua forma selvagem e subdesenvolvida, incluindo espécies, habitats, paisagem, cenário, cursos de água doce. Turismo de natureza é o turismo de viagens com a finalidade de apreciar áreas naturais pouco desenvolvidas ou observar animais selvagens e património cultural". O futuro do turismo de natureza é fortemente dependente de recursos naturais e requer acesso a ambientes naturais de alta qualidade (Yildirim *et al.*, 2008).

O turismo cultural apresenta a herança cultural de um dado local, que vai desde atrações ambientais aos recursos históricos, artísticos, arqueológicos (Kavoura & Katsoni, 2013). Cultura e turismo foram duas das indústrias com maior crescimento no século XX, a combinação destes dois sectores para o turismo cultural tornou-se uma das opções de desenvolvimento mais desejada para muitos países e regiões (Richards, 2010).

O turismo cultural tem contribuído para: aumentar a competitividade; criar oportunidades de emprego; reduzir a migração rural; gerar renda para investimentos de preservação, e nutrir um sentimento de orgulho e auto-estima entre as comunidades de acolhimento. Turismo e cultura podem trabalhar juntos com a finalidade de desenvolver uma estrutura para o turismo cultural sustentável, que contribuí para o desenvolvimento sócio-económico das comunidades de acolhimento, promove o intercâmbio inter-cultural, e gera recursos para conservação do património (UNWTO, 2015a).

Na Conferência Mundial sobre Turismo e Cultura organizada pela OMT e UNESCO (2015), foi realçada a importância do turismo cultural. Samdech Moha Sena Padei Techo Hun Sen, primeiro ministro do Reino do Camboja, salientou que "Precisamos de políticas transversais para promover o desenvolvimento sustentável do turismo cultural". Na mesma conferência, o secretário geral da OMT, Taleb Rifai, salienta que "O património cultural conta a história da Humanidade, ou seja, a nossa. Cuidadosamente gerido, o turismo pode proteger esse

património, gerar novas oportunidades para as comunidades locais, e promover a tolerância e o respeito entre povos e nações” (UNWTO, 2015b).

2.2.3. Turismo rural

Os aspetos que tradicionalmente caracterizavam o mundo rural têm sofrido alterações, assim, hoje em dia “a sua função principal não tem de ser necessariamente a produção de alimentos e a atividade predominante pode não ser agrícola”. A sua dimensão não agrícola é cada vez mais valorizada em função de três aspetos: conservação e proteção da natureza, patrimónios históricos e culturais e mercantilização das paisagens (Luís, 2002). O turismo rural encontra-se em relação direta com as novas visões sobre a diversificação da economia rural e a valorização dos recursos endógenos, associados à ideia de que o espaço rural é mais do que um simples fornecedor de alimento (Cristóvão, 2000).

O turismo rural parece ser um potencial apreciável no quadro atual em que emergem novas preferências. Ele insere-se no designado turismo dos três “L” - *Lore, Landscape and Leisure* (tradições, paisagens, lazer) – que tende a fazer frente ao massificado turismo dos três “S” – *Sun, Sea and Sand* (sol, mar e praia) (Luís, 2002). As novas procuras do rural referem-se às atividades de turismo, entretenimento, lazer, contacto com a natureza, residências secundárias, entre outros, ligadas à valorização dos recursos e patrimónios locais, também designados de amenidades rurais, e a sua crescente inserção nos circuitos mercantis. O espaço rural assume-se crescentemente como um espaço de consumo, em contraponto à sua função tradicional de espaço de produção. Estas procuras têm determinado a abertura das zonas rurais a novos atores e agentes, muitos provenientes do exterior e nem sempre representantes do interesse do mundo rural, e têm-se mostrado importantes na diversificação das atividades da população rural, em particular ao nível da economia e emprego (Calvário, 2010).

Turismo rural é visto como um “modo natural” para o desenvolvimento das zonas rurais da Europa, em particular, zonas menos favorecidas, bem como uma atividade muito promissora que irá favorecer o crescimento das economias locais (Ribeiro & Marques, 2002). Este tipo de turismo depende de recursos naturais e culturais públicos e privados, de infraestruturas e instalações apropriadas, bem como o provisionamento de alojamento e alimentação. Caso não seja regulamentado de forma adequada, as ameaças podem aparecer na qualidade do ambiente físico, as estruturas sociais e culturais decorrentes da escala de desenvolvimento e do número de turistas. Como resultado, as questões de sustentabilidade estão a ter cada vez mais relevância no contexto do turismo rural (Cawley & Gillmor, 2008).

2.2.4. Turismo sustentável

A OMT definiu turismo sustentável como: “O turismo que tem plenamente em conta os seus actuais e futuros impactes económicos, sociais e ambientais, que aborda as necessidades dos visitantes, a indústria, o ambiente e as comunidades de acolhimento.” Um requisito fundamental para o turismo sustentável é o dever de todas as partes interessadas trabalharem eficazmente e em conjunto no planeamento e gestão do sector e na sua implementação em projectos e actividades. Isto deve ser baseado no desenvolvimento de estruturas de coordenação e de parcerias eficazes, tanto a nível nacional como local (UNWTO, 2013).

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20, é destacado o papel do turismo sustentável na transição para uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável bem como a erradicação da pobreza. O turismo pode dar um contributo significativo para as três dimensões do desenvolvimento sustentável e pode criar emprego e oportunidades de negócio. No mesmo documento é reconhecida a necessidade de apoiar iniciativas de turismo sustentável e capacitação relevante que promove a consciência ambiental, conservar e proteger o ambiente, o respeito pelos ecossistemas bem como pela diversidade cultural. A ONU faz um apelo para que haja um maior apoio para as actividades de turismo sustentável, com o objetivo de contribuir para a realização do desenvolvimento sustentável (ONU, 2012).

O potencial económico das actividades de turismo sustentável, em particular nos países em desenvolvimento, depende diretamente da capacidade dos países para preservar os seus ambientes naturais. As actividades turísticas sustentáveis e certificadas podem ser um motor para reduzir os impactes ambientais e sociais potencialmente negativos do turismo e em simultâneo potencializar o valor económico e a atratividade de um destino (UNEP, 2013).

A biodiversidade é um dos maiores ativos do turismo e é fundamental para o seu crescimento a longo prazo. Cada destino turístico está dependente dos seus recursos naturais e serviços dos seus ecossistemas. Desenvolvido e gerido de forma sustentável, o turismo é capaz de fornecer emprego para as populações locais e canalizar as receitas para a conservação local. Pode funcionar como veículo para promover a consciência da preservação ambiental (UNWTO, 2014b).

2.2.5. Rede de turismo

O conceito básico de rede foi dado por Mitchel, em 1996, que definiu como um tipo específico de relacionamento (vínculos) que liga um grupo de pessoas, objetos ou eventos. O aumento da concorrência a nível mundial está a pressionar as empresas a tornarem-se mais eficazes e eficientes. Por esse motivo, as empresas estão a ganhar consciência de que, em vez de competir globalmente, tem de haver uma ligação com outros agentes, com o objetivo de se tornarem mais eficientes no seu funcionamento, bem como incorporar recursos e reduzir custos. A importância das redes como facilitadoras no acesso ao conhecimento, recursos, mercado e tecnologias, é enorme, particularmente num sector globalizado como é o caso do turismo (Breda, 2010).

O sucesso do turismo como ferramenta de desenvolvimento depende da sensibilização para a contribuição e potencial do sector, a identificação de prioridades estratégicas, a clareza e pertinência das ações propostas, e o nível de compromisso com a sua implementação. Isto requer igualmente que as estruturas governamentais e os processos que suportam e gerem o turismo sejam sólidos e eficazes. A chave para isso é o trabalho em rede do sector privado com outras partes interessadas juntamente com o governo tanto a nível nacional como local (UNWTO, 2013).

Uma peculiaridade do turismo, a qual justifica uma abordagem de gestão em rede, é o facto de que o mesmo se desenvolve em áreas que são utilizadas não só pelos visitantes como também por outro tipo de público, nomeadamente os residentes. Deste modo é essencial a participação da comunidade local no processo de gestão e planeamento do turismo. Através de um sistema gerido em rede, os agentes locais têm mais oportunidades de participação efetiva no processo de gestão (Breda, 2010).

A boa liderança dos órgãos governamentais exige transparência e honestidade, capacidade técnica e dedicação, eficácia e eficiência, participação democrática com o objetivo de assegurar a sustentabilidade dos recursos. Também requer o envolvimento de uma ampla gama de intervenientes e uma comunicação eficaz das questões e ações para construir a consciência, interesse e apoio (UNWTO, 2013).

As redes são conjuntos de relações sociais formais e informais que moldam a ação colaborativa entre governo, indústria e sociedade civil. A teoria das redes visa melhorar a cooperação entre as estruturas organizacionais formais e informais que abrangem sectores públicos e privados e que forma a ação coletiva. As redes são caracterizadas por uma variedade de participantes que transcendem as fronteiras organizacionais, que envolvem compromisso entre os membros da rede, os quais têm um conjunto de objetivos comuns (Dredge, 2004). Uma vez que o sector do turismo é dominado por PME e tem uma natureza fragmentada, a formação de parcerias desta natureza pode contribuir para o aumento da competitividade destas organizações. Estas

parceiras podem ser estabelecidas entre organizações do Turismo do sector público, privado, com ou sem fins lucrativos, ao nível local, regional, nacional ou internacional (Carvalho *et al.*, 2010).

O papel das redes foi recentemente associado ao planeamento do turismo. Uma rede de turismo pode levar a uma situação “*win-win*” para a promoção de um destino, uma vez que todas as partes envolvidas trabalham em conjunto para a promoção de uma experiência turística completa e uniforme, pode também facilitar a promoção de um destino (Kavoura & Katsoni, 2013). A cooperação entre as partes interessadas nos destinos turísticos é um pré-requisito para o turismo sustentável e o seu desenvolvimento (Albrecht, 2013).

A integração de uma organização numa rede pode contribuir para: aumentar a sua produtividade e capacidade de inovar e competir globalmente; estimular a troca de conhecimentos entre os diversos parceiros; possibilitar a conciliação de interesses de entidades de natureza diversa ligadas ao Turismo e a proteção de recursos turísticos tangíveis e intangíveis de um destino, uma vez que os interesses da população podem ser auscultados pela parceria. A criação de redes locais permite ainda que os destinos se tornem ofertas suplementares aos *honey-pots* (pólos de crescimento turístico, com grande capacidade de atracção de turistas). Idealmente, estas redes locais estariam conectadas aos *honey-pots* através de áreas de trânsito eficientes, de uma boa rede de transportes, do esforço dos intermediários e organizações gestoras dos destinos (Carvalho, Batista, & Costa, 2010). A criação de uma rede de turismo pode oferecer uma estrutura funcional para a cooperação as partes interessadas e ser uma aliança estratégica para melhorar produtos / serviços oferecidos pelo destino turístico (Kavoura & Katsoni, 2013).

A liderança é um aspeto significativo para a implementação bem-sucedida de uma rede de turismo bem como a confiança entre os membros da rede. Outro aspeto importante é a cooperação pública e privada. As redes podem melhorar a relação entre as partes interessadas num dado destino turístico, e fazer com que a união fomente o desenvolvimento e a partilha de conhecimento, de modo a unir a natureza fragmentada no Turismo (Kavoura & Katsoni, 2013). No entanto, a falta de motivação pelo estabelecimento de parcerias e redes por parte do sector público, bem como o seu excesso de burocracia e rigidez, poderão constituir um entrave à inovação. Para que as redes possam ser uma mais-valia para o desenvolvimento turístico do destino, é necessário que os objetivos de gestão estabelecidos reflitam uma visão de longo prazo, assegurando a preservação dos recursos locais, a qualidade de vida dos residentes e a qualidade de estadia dos turistas, em suma, um desenvolvimento sustentável (Carvalho *et al.*, 2010).

3. Metodologia de investigação

3.1. Abordagem geral

Neste capítulo, depois da definição do plano geral da investigação, dos objetivos e questões que orientaram o estudo e da caracterização dos intervenientes, serão apresentadas as diferentes fases de desenvolvimento da presente dissertação. Deste modo a abordagem metodológica foi desenvolvida em quatro fases: Revisão de literatura; Entrevistas exploratórias; Elaboração de quatro questionários; Tratamento e interpretação dos resultados dos questionários e conclusão.

Sucintamente, a metodologia de estudo é esquematizada na Figura 3.1.

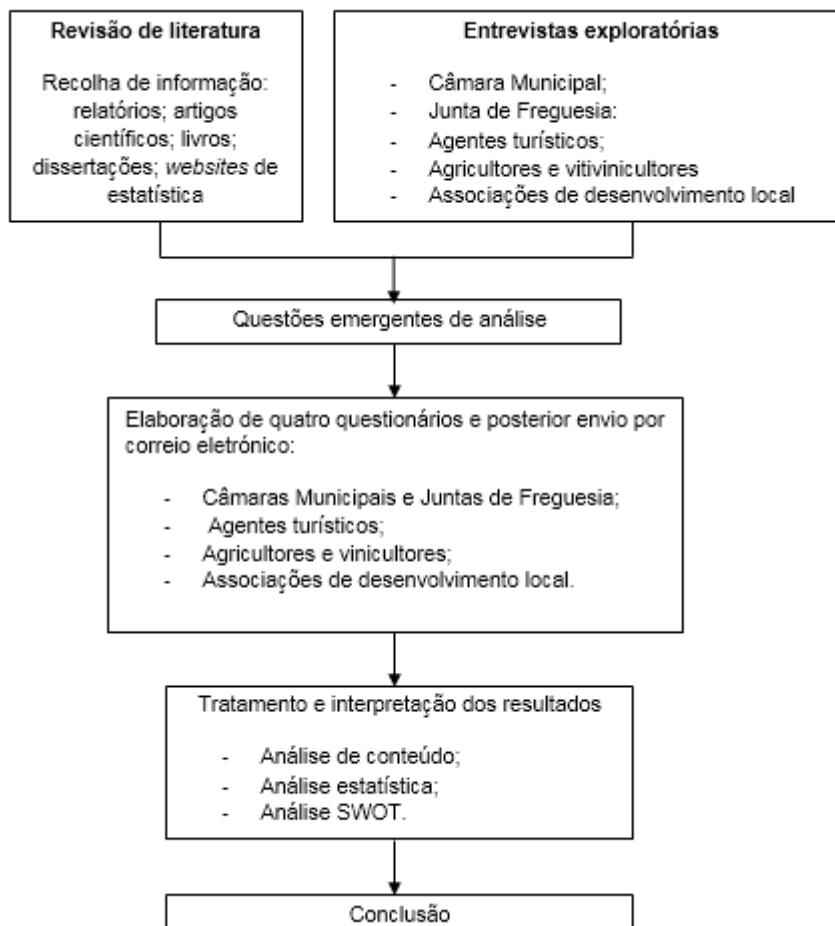


Figura 3.1 - Metodologia adoptada na realização da presente dissertação.

3.2. Análise documental

Uma das técnicas utilizadas na presente dissertação consistiu na análise documental, que consiste principalmente em três processos: Descrição e preparação (agregada ou não), dos dados necessários para testar as hipóteses; Análise das relações entre as variáveis; Comparação dos resultados observados com os esperados a partir da hipótese, com o objetivo de encontrar “dados abundantes e de confiança” (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Os dados estatísticos analisados foram adquiridos através da informação disponível no Instituto Nacional de Estatística (INE), na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRn), no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), na Organização Mundial do Turismo (OMT), no Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), na União Europeia (UE) e no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT).

Outra recolha de dados centrou-se na informação disponibilizada na página *web* da EDP e da IBERDROLA referente aos aproveitamentos hidroelétricos existentes e projetados na e para a região. Por último, foram consultados alguns materiais audiovisuais nomeadamente o documentário “Uma barragem mais três vales a menos” publicado a 22 de Julho de 2013 (Afonso & Silva, 2013) e o documentário “Pare, Escute e Olhe” produzido em 2009 (Trancoso, 2010).

3.3. Entrevistas exploratórias

Com o objetivo de conhecer a realidade da região, foi reconhecida a necessidade de realizar um conjunto de entrevistas exploratórias que tiveram como finalidade a recolha de opiniões das entidades diretamente relacionadas com o desenvolvimento da região em estudo. Estas entrevistas foram essenciais no sentido que permitiram recolher a opinião de partes interessadas da região e assim contribuir para a elaboração de questionários. Na marcação dessas entrevistas, via *e-mail*, foi mencionado a natureza da mesma e as suas finalidades, bem como foi salientado o carácter restrito do uso da informação prestada (Anexo I).

A escolha das entidades a reunir foi realizada de acordo com alguns critérios de seleção, tais como: demonstração de preocupações de cariz ambiental; componente de integração cultural e social na zona de incidência; preservação da natureza e sensibilização ambiental como parte integrante do projeto / negócio; relatórios de sustentabilidade bem como a implementação de certificações ambientais (ISO 14001: 2004 e EMAS).

No seu conjunto foram realizadas onze entrevistas, com as entidades presentes na Tabela 3.1.

Tabela 3.1 - Caracterização das entidades entrevistadas.

Tipologia	Entidade	Responsável	Município	Sub-região
Associações de desenvolvimento	Sabrosa Douro	Eng ^a Natércia Veiga	Sabrosa	Douro
	DouroAlliance	Eng ^a Conceição Silva	Vila Real, Peso da Régua, Lamego	Terras Trás-os-Montes
	CoraNE	Eng ^a Luísa Pires	Bragança	Terras Trás-os-Montes
Agentes turísticos	The Vintage House (Hotel 5 estrelas)	Eng ^a Ana Barata	Alijó	Douro
	A.Montesinho (Turismo Rural)	Eng ^a Alexandrina Fernandes	Bragança	Terras Trás-os-Montes
	NaturThoughts	Domingos Pires	Mirandela	Terras Trás-os-Montes
	LivingChaves (animação turística)	Professora Cristina Pires	Chaves	Alto Tâmega
	Casa da Eira Longa (Turismo Rural)	Maria Lurdes Fernandes	Boticas	Alto Tâmega
Agricultores e vitivicultores	Adega Cooperativa de Amarante	Eng. ^o António Maria	Amarante	Tâmega e Sousa
Autoridades locais	Câmara Municipal Torre de Moncorvo	Presidente Nuno Gonçalves e	Torre de Moncorvo	Douro

		Vice-Presidente Victor Moreira		
	Junta de Freguesia São Pedro Velho	Presidente Carlos Pires	Bragança	Terras Trás- os-Montes

As entrevistas foram realizadas de 13 a 16 Maio e de 3 a 4 de Setembro de 2015, cada uma teve aproximadamente a duração de 60 minutos. O guião de suporte (Anexo II) foi constituído apenas com questões de resposta aberta com o objetivo de obter um maior conjunto de informações para a elaboração de questionários e posterior envio a presidentes de câmaras municipais e juntas de freguesia, associações de desenvolvimento, agentes turísticos e agricultores e vinicultores.

3.4. Inquéritos

3.4.1. Caracterização dos grupos-alvo

Considerou-se como população-alvo deste estudo a totalidade de câmaras municipais, juntas de freguesia, agentes turísticos, associações de desenvolvimento local, agricultores e vitivinicultores da região Trás-os-Montes e Alto Douro. Para a realização dos inquéritos foram enviados por correio eletrónico, 45 a câmaras municipais, 697 a juntas de freguesia, 424 a agentes turísticos, 84 a agricultores e vinicultores e 41 a associações de desenvolvimento local.

3.4.2. Composição dos inquéritos

Inquérito é um processo de recolha de informação. Designa o processo global de recolha de dados, inquérito por questionário designa o processo de recolha de dados cuja análise posterior se pretende quantitativa e estatística (Silva *et al.*, 2006). Foram realizados quatro inquéritos, a quatro entidades distintas, a câmaras municipais e juntas de freguesia (Anexo III); a agentes turísticos (Anexo IV); a agricultores e vitivinicultores (Anexo V) e a associações de desenvolvimento local (Anexo VI).

Tabela 3.2 – Organização dos inquéritos.

Blocos de questões	Associações de desenvolvimento local	Agentes turísticos	Câmaras municipais e juntas de freguesia	Agricultores e vitivinicultores
1	Localização e atividades			
2	Problemas de desenvolvimento			
3	Importância de infraestruturas e património para o desenvolvimento			
4	Rede de turismo			
5	Importância dos atrativos turísticos			Apoios
6	Apoios		Desenvolvimento	-

Na estrutura dos inquéritos foi referido que as respostas seriam tratadas sob reserva de anonimato e se destinavam exclusivamente a serem utilizadas no âmbito da investigação, que apenas seriam incluídos resultados de tratamento estatístico e foram explicitadas as finalidades do estudo.

Tabela 3.3 – Organização das questões do bloco 1.

Bloco 1		Tipo de resposta
Comum	Localização	Caixas de verificação
Câmaras e juntas de freguesia	1b. Está a responder em nome de um município ou de uma junta de freguesia?	Resposta aberta
	1c. A que junta de freguesia pertence?	Resposta aberta
Agentes turísticos	1b. Denominação da empresa / estabelecimento	Resposta aberta
	1c. Tipologia da atividade	Caixas de verificação
	1d. Capacidade	Resposta aberta
	1e. Número de clientes em 2014	Resposta aberta
	1f. Número de colaboradores em 2014	Resposta aberta
	1g. Volume de vendas em 2014	Resposta aberta
Associações	1b. Denominação da associação	Resposta aberta

Tabela 3.4 - Organização das questões do bloco 2.

Bloco 2: Problemas de desenvolvimento		Tipo de resposta
2a	Evolução demográfica	Escala de 1 a 5
2b	Rendimento médio mensal	Escala de 1 a 5
2c	Taxa de desemprego	Escala de 1 a 5
2d	Idade da população	Escala de 1 a 5
2e	Acesso a serviços de saúde	Escala de 1 a 5
2f	Acesso a serviços de educação	Escala de 1 a 5
2g	Acesso a serviços culturais	Escala de 1 a 5
2h	Acesso a outros serviços públicos	Escala de 1 a 5
2i	Que sugestões faria para desenvolver a sua região?	Escala de 1 a 5

Tabela 3.5 - Organização das questões do bloco 3.

Bloco 3: Importância de infraestruturas e património para o desenvolvimento		Tipo de resposta
3a	Construção do IC5	Escala de 1 a 5
3b	Transformação do IP4 em A4 (com portagem)	Escala de 1 a 5
3c	Construção da barragem de Foz Tua	Escala de 1 a 5
3d	Eventual recuperação da Linha do Tua	Escala de 1 a 5
3e	Paisagem natural (p.e. rio e vale do Tua / Tâmega)	Escala de 1 a 5
3f	Paisagem humanizada (p.e. terraços de vinhas)	Escala de 1 a 5
3g	Património cultural (p.e. gravuras de Foz Côa)	Escala de 1 a 5

Tabela 3.6 - Organização das questões do bloco 4.

Bloco 4		
4.1. Funcionamento de uma rede de turismo		Tipo de resposta
4.1a	Tendo em conta no que consiste uma rede de turismo, quem a deveria liderar?	Escolha múltipla
4.2b	Estaria disponível a integrar uma rede de turismo regional, que potenciase a partilha de experiências entre profissionais e possibilitasse o estabelecimento de parcerias na área do turismo sustentável?	Caixas de verificação
4.2c	Como considera a participação de vitivinicultores e agricultores na criação de uma rede de turismo para a região?	Escala de 1 a 5
4.2. Efeitos de uma rede de turismo		Tipo de resposta
4.2a	Criação de emprego local	Escala de 1 a 5
4.2b	Diminuição do despovoamento	Escala de 1 a 5
4.2c	Contributo para a melhoria do rendimento médio das famílias	Escala de 1 a 5
4.2d	Divulgação dos produtos da região	Escala de 1 a 5
4.2e	Contributo para o aumento do número de visitantes	Escala de 1 a 5

Tabela 3.7 - Organização das questões do bloco 5 para as câmaras, juntas de freguesia, agentes turísticos e associações de desenvolvimento local.

Bloco 5: Importância dos atrativos turísticos		Tipo de resposta
5a	Capacidade de acolhimento convencional (hotelaria)	Escala de 1 a 5
5b	Capacidade de acolhimento alternativo (p.e. hostel, turismo rural e de aldeia)	Escala de 1 a 5
5c	Gastronomia	Escala de 1 a 5
5d	Enoturismo	Escala de 1 a 5
5e	Atrações únicas (p.e. linha do Tua, gravuras de Foz Côa)	Escala de 1 a 5
5f	Paisagem humanizada (p.e. vinhas do Douro e arquitetura tradicional)	Escala de 1 a 5
5g	Paisagem natural (p.e. rios e vales do Tua e Tâmega)	Escala de 1 a 5
5h	Observação de fauna e flora selvagem e património geológico	Escala de 1 a 5
5i	Desporto de águas bravas (p.e. canoagem, rafting, canyoning)	Escala de 1 a 5
5j	Outros desportos de natureza (p.e. BTT, caminhada)	Escala de 1 a 5
5k	Existência de praias fluviais	Escala de 1 a 5
5l	Desporto motorizado (p.e. todo o terreno, motonáutica)	Escala de 1 a 5
5m	Eventos culturais urbanos (p.e. festas, mercados, concertos)	Escala de 1 a 5
5n	Infraestruturas culturais (p.e. Museu de Foz Côa)	Escala de 1 a 5
5o	Existência de atrações diversificadas na região	Escala de 1 a 5

Tabela 3.8 - Organização das questões do bloco 5 para os vitivinicultores e agricultores.

Bloco 5: Apoios		Tipo de resposta
5a	Como classifica o apoio recebido por parte da autarquia, nos últimos anos?	Escala de 1 a 5
5b	Como classifica o apoio recebido por parte do Turismo de Portugal, nos últimos anos?	Escala de 1 a 5
5c	Como classifica a interação com agentes turísticos, nos últimos anos?	Escala de 1 a 5
5d	Como classifica a interação com associações de desenvolvimento locais ou nacionais, nos últimos anos?	Escala de 1 a 5
5e	Como classifica a interação com agricultores e vitivinicultores, nos últimos anos?	Escala de 1 a 5
5f	Como classifica o apoio recebido por parte da DGADR, nos últimos anos?	Escala de 1 a 5

Tabela 3.9 - Organização das questões do bloco 6 para as associações de desenvolvimento local e agentes turísticos.

Bloco 6: Apoios		Tipo de resposta
6a	Como classifica o apoio recebido por parte da autarquia, nos últimos anos?	Escala de 1 a 5
6b	Como classifica o apoio recebido por parte do Turismo de Portugal, nos últimos anos?	Escala de 1 a 5
6c	Como classifica a interação com agentes turísticos, nos últimos anos?	Escala de 1 a 5
6d	Como classifica a interação com associações de desenvolvimento locais ou nacionais, nos últimos anos?	Escala de 1 a 5
6e	Como classifica a interação com agricultores e vitivinicultores, nos últimos anos?	Escala de 1 a 5
6f	Tem conhecimento do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT)?	Escolha múltipla
6g	Se respondeu afirmativamente à questão anterior. Alguma vez o consultou?	Escolha múltipla

Tabela 3.10 - Organização das questões do bloco 6 para as câmaras municipais e juntas de freguesia.

Bloco 6: Desenvolvimento		Tipo de resposta
6a	Existe um plano de desenvolvimento para a freguesia / município?	Escolha múltipla
6b	Se a resposta foi afirmativa, de que forma está equacionado o turismo de natureza e cultural no plano de desenvolvimento para a freguesia / município?	Resposta aberta
6c	Quais os obstáculos ao desenvolvimento local da sua freguesia / município?	Caixas de verificação
6d	A sua freguesia / município tem potencialidade interna para o desenvolvimento local?	Escolha múltipla
6e	Caso tenha respondido negativamente na questão anterior. Porquê? (p.e. necessidade de apoio externo).	Resposta aberta
6f	Há a necessidade de cooperar com outras entidades para o desenvolvimento local?	Escolha múltipla
6g	Caso a resposta anterior tenha sido positiva. Que entidades?	Caixas de verificação
6h	Selecione um conjunto de duas afirmações que se enquadrem na opção estratégica de desenvolvimento da sua freguesia / município.	Caixas de verificação
6i	Que atividades tem vindo a promover no sentido da dinamização do turismo de natureza?	Caixas de verificação

3.5. Tratamento e interpretação dos resultados

3.5.1. Análise estatística

A estatística é um instrumento matemático necessário para recolher, organizar e interpretar dados (Pestana & Gageiro, 2014). A estatística pode ser definida como um conjunto de técnicas para a redução (ou resumo) de dados quantitativos (uma série de números), a um pequeno número de termos descritivos mais convenientes e facilmente transmissíveis (Silva *et al*, 2006).

Para analisar os dados obtidos nos inquéritos utilizou-se o programa SPSS para *Windows*, um *software* de análise estatística e de tratamento de dados, vocacionado para ciências sociais (Martinez & Ferreira, 2007). Utilizou-se a versão IBM SPSS *Statistcs* 23, a última disponível.

Numa primeira fase realizou-se a exploração dos dados obtidos, em termos de estatística descritiva, para proceder à comparação de resultados entre as diferentes entidades e, assim, ajudar na caracterização da área em estudo. Numa segunda fase, utilizou-se o método da

correlação, o coeficiente de correlação de Pearson (r), que consiste numa análise estatística utilizada para medir a força, a intensidade ou o grau de relação linear entre duas variáveis aleatórias. O sinal do coeficiente de correlação de Pearson expressa o sentido da correlação, e a sua intensidade é representada por um valor numérico que varia entre -1 e 1. Em situações extremas, duas variáveis podem apresentar uma correlação linear negativa perfeita ($r=-1$) ou positiva perfeita ($r=1$), ou ainda ausência de correlação linear ($r=0$) (Filho *et al*, 2010).

3.5.2. Análise SWOT

Análise SWOT é uma ferramenta útil em processos de planeamento estratégico de gestão ambiental, é amplamente reconhecida e constitui uma base importante para a aprendizagem sobre cada situação bem como para futuros procedimentos que podem ser necessários para aplicar uma estratégia (Nikolaou & Evangelinos, 2010). Foi criada com o objetivos de ser utilizada em fases preliminares de processos de tomada de decisão e como precursor para o planeamento de uma gestão estratégica, para defender de forma eficiente e promover os interesses e objetivos de uma comunidade (Sabin-loan *et al.*, 2014) (Srivastava *et al*, 2004).

O termo SWOT é uma sigla de origem inglesa, que significa *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). Esta análise pode ser efetuada por qualquer ideia, organização, pessoa, produto, programa ou projeto. Trata-se de uma análise que é utilizada para estudar ambientes internos e externos, com o intuito de alcançar uma abordagem sistemática e ser uma ferramenta de apoio para uma situação decisiva (Srivastava *et al*, 2004).

De um modo geral, a análise SWOT permite diagnosticar todos os fatores que influenciam o ambiente interno e externo, para classificar os fatores em internos (pontos fortes e fracos) e externos (oportunidades e ameaças) que se refiram a uma decisão e, assim, comparar as oportunidades e ameaças com os pontos fortes e fracos. Através desta análise é possível identificar os fatores positivos e negativos de modo a desenvolver e adotar uma estratégia resultante de um ajuste destes fatores. Corretamente utilizada, esta análise pode fornecer uma boa base para a formulação de uma estratégia bem-sucedida (Gao & Peng, 2010).

Contudo, a utilização desta ferramenta sozinha tem algumas limitações, tais como, não é possível determinar analiticamente a importância dos fatores analisados. Consequentemente a análise SWOT pode resultar numa lista imprecisa ou incompleta da avaliação qualitativa dos fatores internos e externos (Scolozzi *et al*, 2014).

4. Caso de estudo

4.1. Região em estudo

A problemática em questão na presente dissertação é o estudo do contributo de uma rede de turismo sustentável para o desenvolvimento regional. A região em estudo foi: Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro e Terras Trás-os-Montes. A região é composta por um total de 45 municípios, 697 freguesias e ocupam uma área de 14 698 km² (PORDATA, 2013). Estes municípios estão distribuídos, ao nível estatístico, por quatro NUT III (INE, 2015b).

Tabela 4.1 – Número de municípios e freguesias na região em estudo (PORDATA, 2013).

Sub-região	Número de municípios	Número de freguesias
Alto Tâmega	6	118
Tâmega e Sousa	11	117
Douro	19	217
Terras Trás-os-Montes	9	185



Figura 4.1 - Enquadramento territorial da região em estudo (INE, 2015b).

4.2. Turismo

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) refere a importância que o turismo tem para a região norte, a nível social e económico. No mesmo plano estão referidas as qualidades e os recursos turísticos da região capazes de atrair visitantes, os quais são: circuitos turísticos religiosos e culturais; turismo de saúde (recursos termais); estadias de curta duração em cidade; turismo de negócio; turismo de natureza; gastronomia e vinhos (Enoturismo). De acordo com o PENT, na região do Porto e Norte de Portugal é importante promover a riqueza e qualidade da gastronomia e vinhos como complemento de experiência turística (Turismo de Portugal, 2013).

Apesar de no PENT a região norte estar descrita apenas como “Porto e Norte”, para o desenvolvimento turístico do Douro encontra-se elaborado um instrumento específico – o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD), o qual está incluído no objetivo específico “Valorização Económica da Excelência Turística Regional” do Eixo Prioritário II do Programa Regional Norte 2007-2013 (CCDRn,2013).

O PDTVD refere o Douro como o “Pólo turístico prioritário do país” e “Pólo turístico de projeção internacional, fazendo do turismo uma alavanca para o desenvolvimento socioeconómico da região”. O mesmo plano destaca os recursos turísticos do Douro, os quais são: rio; vinho; paisagem; segurança; tranquilidade e bem-estar; natureza; História e património-arquitetónico; Património da Humanidade. O Douro tem como produtos turísticos prioritários o turismo cultural; turismo de natureza; gastronomia e vinhos, que correspondem ao estabelecido na Agenda Regional de Turismo e no PENT. No entanto a oferta de alojamento hoteleiro do Douro é pouco significativa, face às potencialidades turísticas que possui. Neste sentido, importa desenvolver um aumento da oferta de alojamentos na região, assente em padrões de qualidade e sustentabilidade. Outro obstáculo ao desenvolvimento turístico no Douro é a dificuldade de articulação e coordenação entre os vários agentes (CCDRn, 2008).

Para saber se a região tem sofrido um aumento ou diminuição do número de visitantes calculou-se a variação do número de hóspedes e do número de dormidas. Essa variação foi calculada com base no ano de 2009, ou seja, 2009 = 100. A equação utilizada foi: $\frac{(\text{ano cálculo})}{(\text{ano base})} * 100$. Assim, calculou-se a variação do número de hóspedes e de dormidas para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013.

O número de hóspedes, em média, aumenta nas sub-regiões Alto Tâmega e Douro e diminui nas sub-regiões Terras Trás-os-Montes e Alto Tâmega, Figura 4.2. O número de dormidas, no período de 2009 a 2011, aumenta em toda a região exceto em Tâmega e Sousa. De 2011 a 2013 a tendência mantém-se exceto em Terras Trás-os-Montes, Figura 4.3.

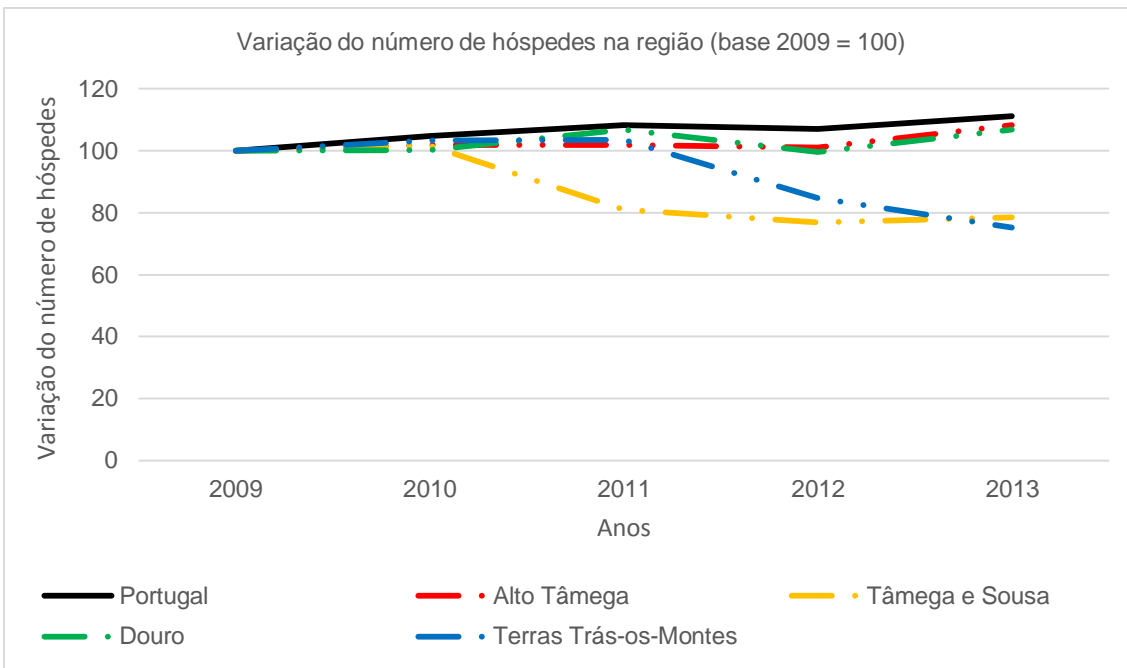


Figura 4.2 – Variação do número de hóspedes a região entre 2009 e 2013 (base 2009=100) (PORDATA, 2015e).

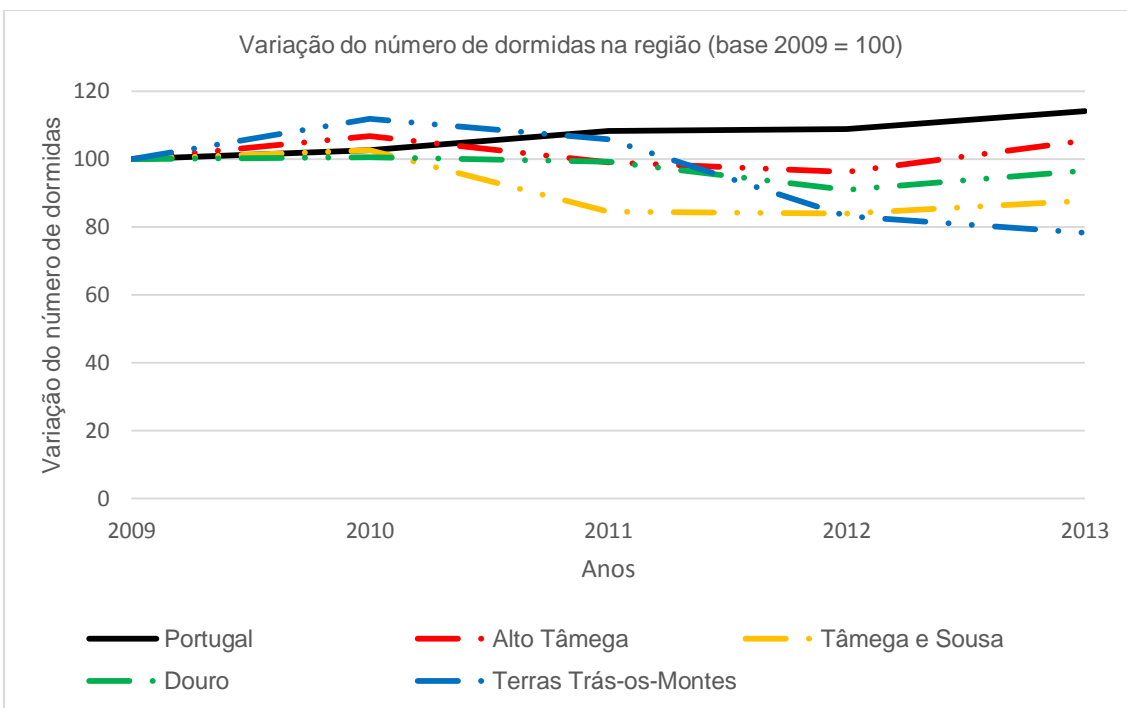


Figura 4.3 - Variação do número de dormidas a região entre 2009 e 2013 (base 2009=100) (PORDATA, 2015e).

4.3. Indicadores de desenvolvimento

4.3.1. Social

O estudo, produzido pelo INE, referente ao ano 2013, mostra que a região em estudo tem um total de 826 042 habitantes, distribuídos conforme se pode ver na Tabela 4.1. Em termos populacionais, a sub-região com mais peso é Tâmega e Sousa, que representa 51% da população total das quatro sub-regiões. Na sua totalidade apresentam uma densidade populacional de 57,6 habitantes por quilómetro quadrado, bastante inferior à média de Portugal que é de 111,3 (INE, 2014b)

Tabela 4.2 - Número de residentes por sub-região (INE, 2014b).

Sub-região	Total de indivíduos (Nº)
Alto Tâmega	92 643
Tâmega e Sousa	417 333
Douro	200 333
Terras Trás-os-Montes	115 755

A região tem sofrido ao longo do tempo uma tendência para a despovoamento. No período de 2001 a 2011 perdeu 4,1% da população. Entre 2011 a 2014 a região perdeu 2,4% da sua população, Figura 4.4 (PORDATA, 2015a).

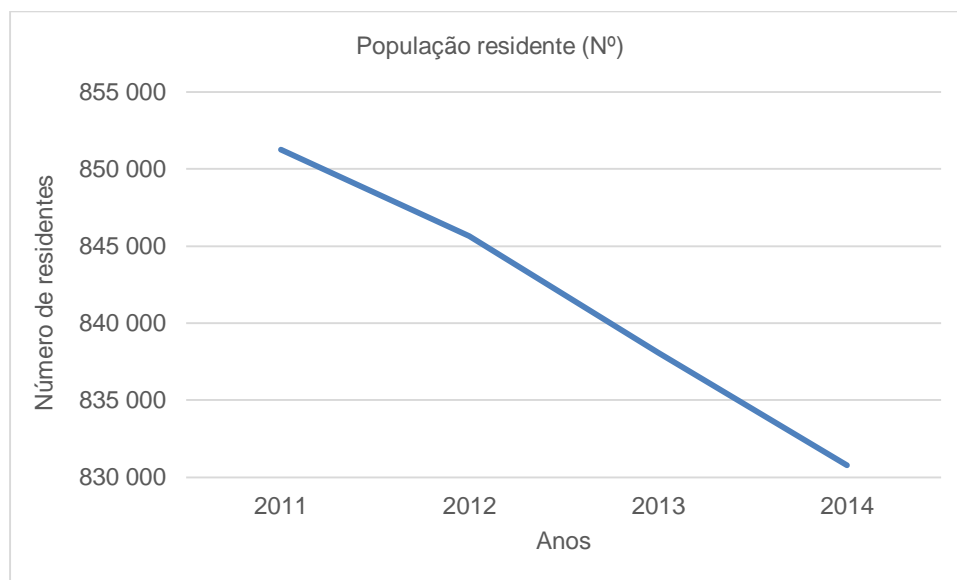


Figura 4.4 – População residente de 2011 a 2014 (PORDATA, 2015a).

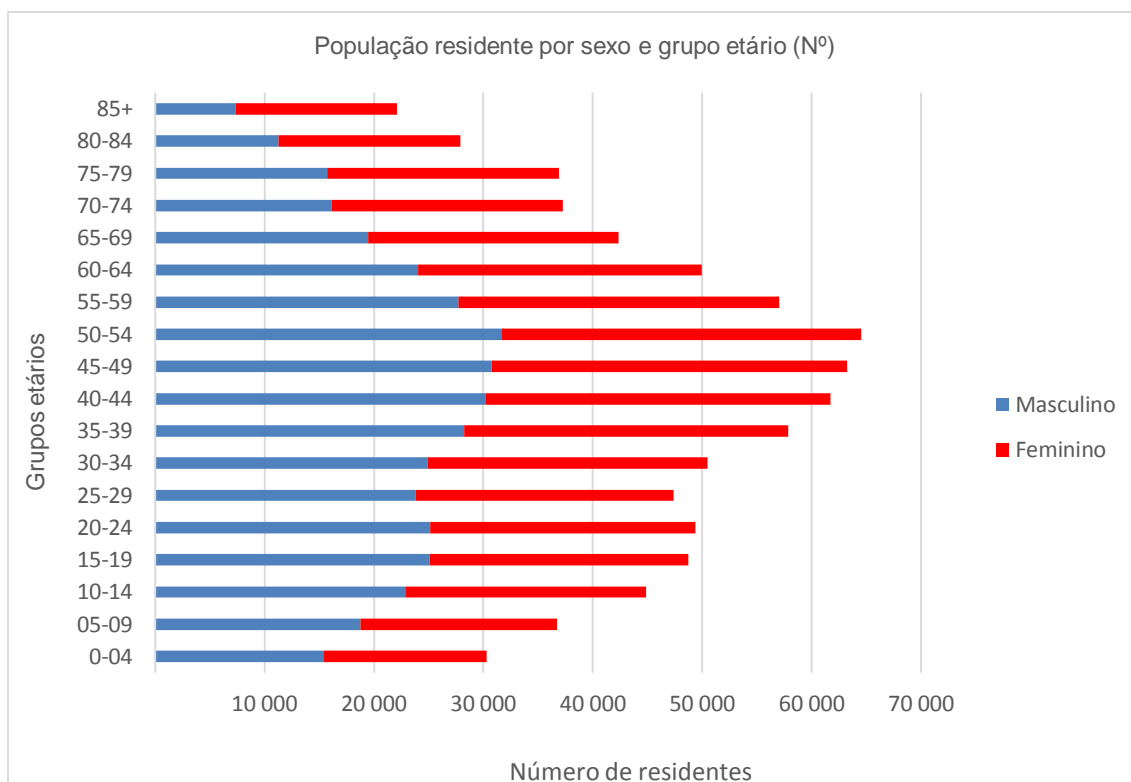


Figura 4.5 – Gráfico da distribuição etária e de género (PORDATA, 2015a).

A distribuição em termos de género da população na região em estudo, referente ao ano 2014, é semelhante, havendo quase 50% de homens e mulheres (PORDATA, 2015a). A Figura 4.5 representa graficamente a distribuição etária e de género da população em estudo.

O índice de dependência de idosos corresponde ao número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos por cada 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos). Um valor inferior a 100 significa que o número de pessoas idosas é inferior ao número de pessoas em idade ativa. O índice de dependência de jovens corresponde ao número de pessoas com idade inferior a 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa. Um valor inferior a 100 significa que o número de jovens é inferior ao número de pessoas em idade ativa (PORDATA, 2015b). Apesar de se verificar, Figura 4.4, que a população residente na sua maioria está na idade ativa, a verdade é que a região apresenta um índice de dependência total superior à média de Portugal, em 2014, com exceção da região Tâmega e Sousa como se pode verificar na Tabela 4.3. Relativamente aos baixos valores do índice de dependência jovem pode ser um indicador de que a renovação da população ativa está em perigo, podendo causar desequilíbrios insustentáveis na dinâmica populacional e económica nas regiões num futuro próximo (PORDATA, 2015a).

Tabela 4.3 - Índices de dependência (PORDATA, 2015a).

Região	Índices de dependência (%)	
	Idosos	Jovens
Portugal	31,2	22,1
Alto Tâmega	46,3	17,2
Tâmega e Sousa	22,1	22,1
Douro	36,2	19,2
Terras Trás-os-Montes	46,2	17,4

Outro indicador demográfico relevante é o do índice de envelhecimento. O índice de envelhecimento corresponde ao número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos por cada 100 pessoas com idade inferior a 15. Um valor inferior a 100 significa que o número de idosas é inferior ao número de jovens (PORDATA, 2015b). O índice de envelhecimento na região em estudo, para o ano 2014, é superior ao valor nacional, somente a sub-região Tâmega e Sousa apresenta um valor inferior (PORDATA, 2015a).

Tabela 4.4 - Índice de envelhecimento (PORDATA, 2015a).

Região	Índice de envelhecimento (%)
Portugal	138,6
Alto Tâmega	268,4
Tâmega e Sousa	95,5
Douro	188,3
Terras Trás-os-Montes	266

A variação populacional foi calculada com base na população residente no ano 1991, ou seja $1991 = 100$. A equação utilizada foi: $\frac{(ano\ cálculo)}{(ano\ base)} * 100$. Assim, calculou-se a variação populacional para os anos 2001, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. A tendência é a perda de população todos os anos na região em estudo, exceto na sub-região Tâmega e Sousa, Figura 4.6. No entanto, a perda de população é mais significativa, em média, nos concelhos com albufeira, Figura 4.7. Realizou-se uma análise mais pormenorizada, por cada sub-região, em todas a tendência é a mesma, perda de população, exceto em Tâmega e Sousa (Anexo VII).

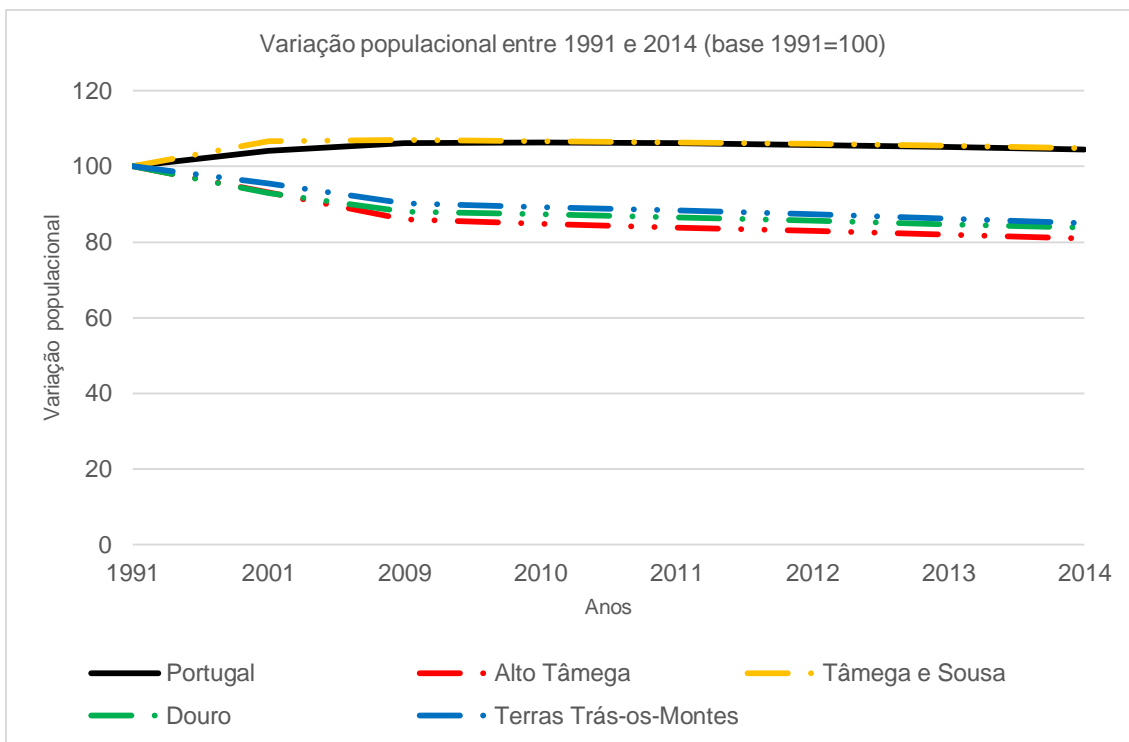


Figura 4.6 - Varição populacional na região em estudo em comparação com Portugal (INE, 2014c).

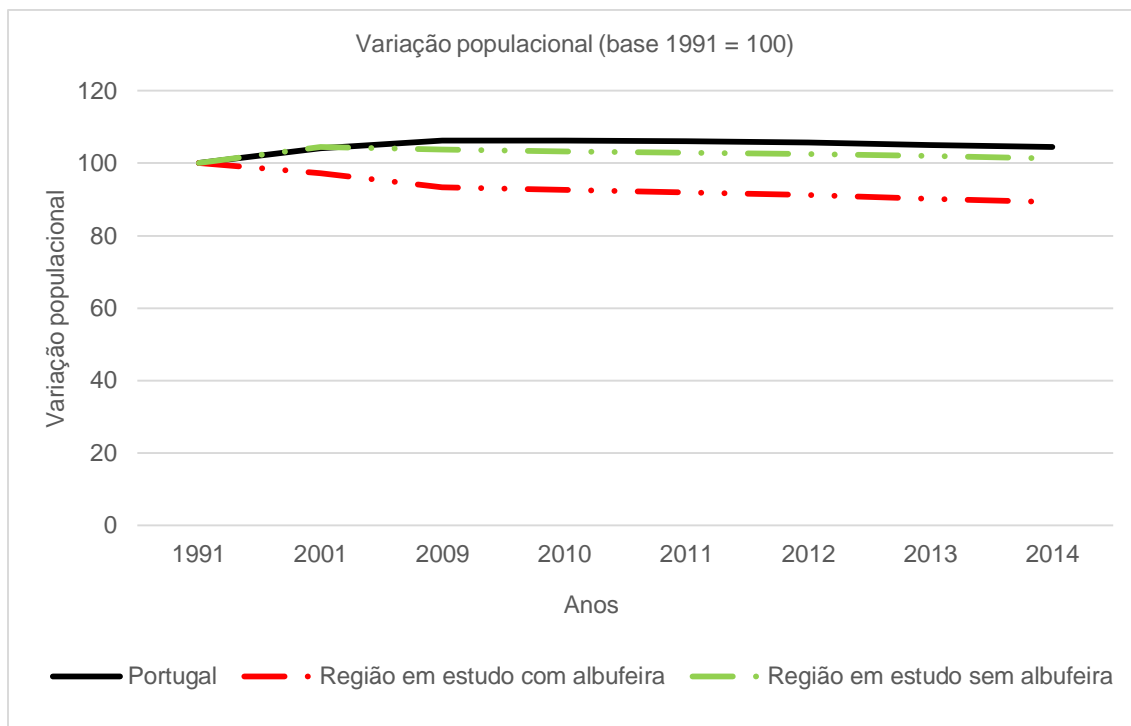


Figura 4.7 - Variação populacional na região em estudo, nos concelhos com e sem albufeira, e em Portugal (INE, 2014c).

4.3.2. Saúde, educação e cultura

Na região em estudo, 45 concelhos, existem doze hospitais (públicos e privados). A sub-região com menor número de hospitais é o Alto Tâmega, Figura 4.8. Em relação ao número de centros de saúde existentes na região, existe um por município, com ou sem albufeira (INE, 2014c).

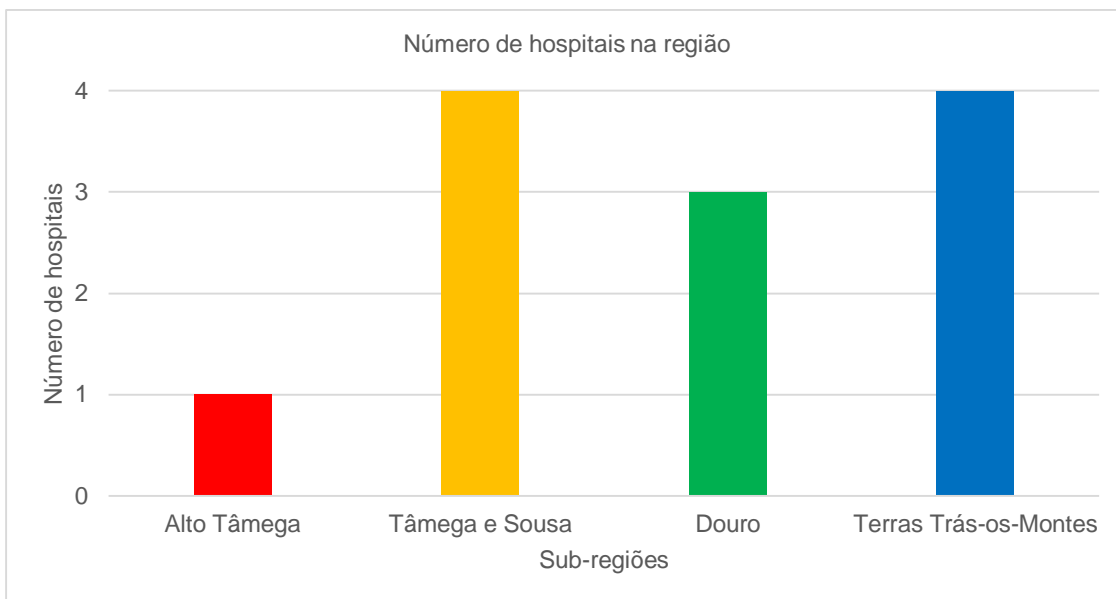


Figura 4.8 - Número de hospitais existentes na região em estudo, ano 2013 (INE, 2014c).

Em relação ao número de estabelecimentos de ensino não superior, desde a pré-escola até ao 9º ano de escolaridade, Tâmega e Sousa apresenta, aproximadamente, duas vezes mais estabelecimentos de ensino que as restantes sub-regiões, esse aspeto pode-se dever ao facto da sua proximidade ao Grande Porto, Figura 4.9.

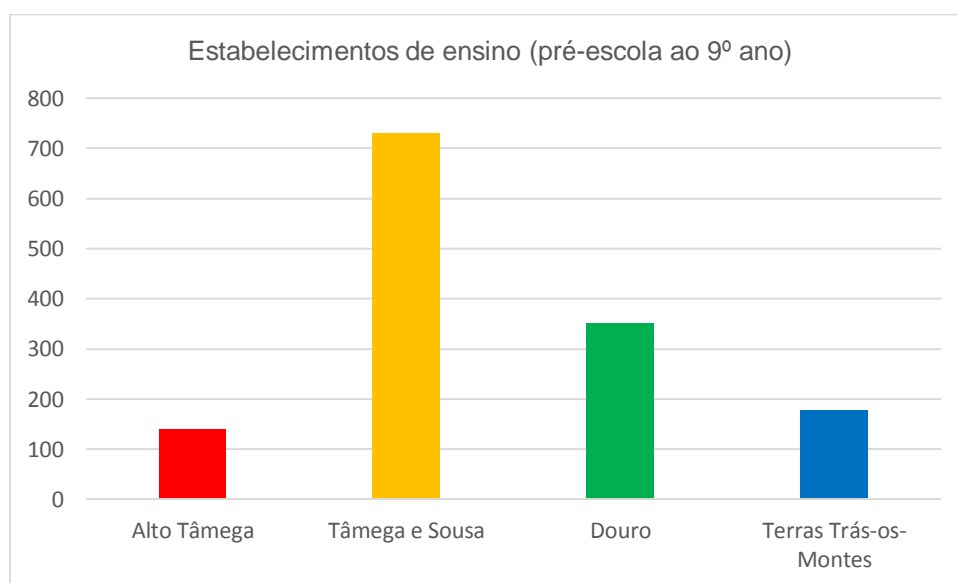


Figura 4.9 - Número de estabelecimentos de ensino existentes na região em estudo, ano 2012 (INE, 2014c).

Em relação aos serviços culturais (museus, bibliotecas, jardins zoológicos, botânicos e aquáticos), Terras Trás-os-Montes é a sub-região que apresenta maior número deste tipo de serviço, Figura 4.10. Contudo em todas a região esse serviço não é numeroso.

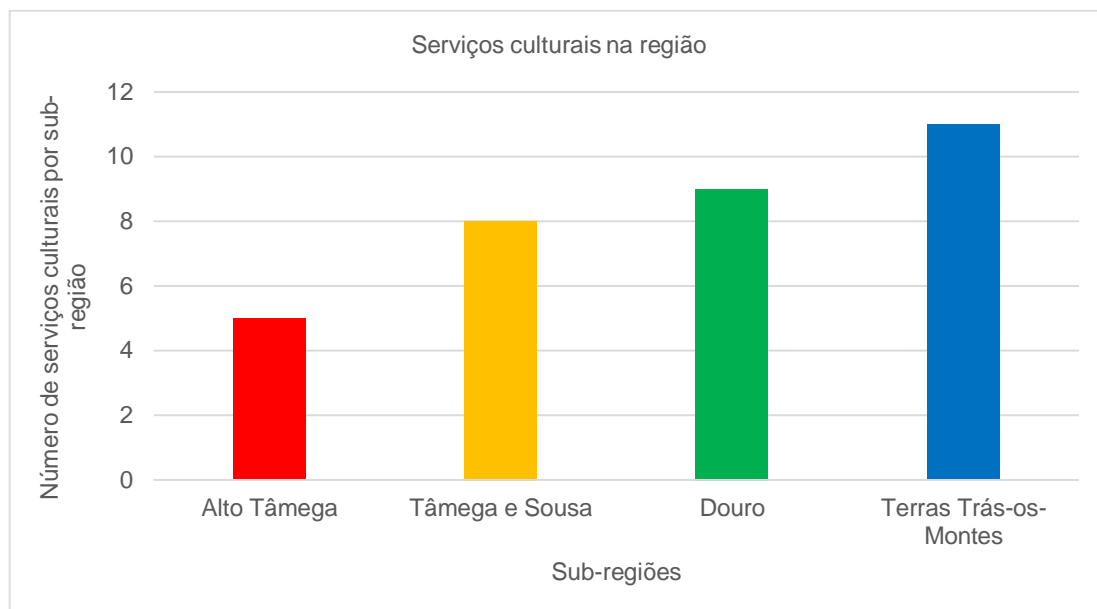


Figura 4.10 - Número de serviços culturais existentes na região em estudo, ano 2011 (INE, 2014c).

4.3.3. Económico

O Produto Interno Bruto (PIB) é uma medida do total da atividade económica, seja de uma região, de um país ou de um grupo de regiões, é utilizado frequentemente para analisar o desempenho e os ciclos económicos (como recessões, recuperações ou expansões). O PIB é calculado inicialmente nas moedas nacionais, sendo depois convertido pelas Paridades de Poder de Compra (PPC), que têm em consideração os diferentes níveis de preços entre Estados-Membros da UE, permitindo uma comparação significativa (EUROSTAT, 2015).

A região em estudo apresenta níveis de PIB *per capita* baixos em comparação com a média nacional. Apesar de a dinâmica ser para uma aproximação do PIB destas regiões com o nível nacional, como mostra a Figura 4.11, a disparidade é ainda bastante elevada (INE, 2015b).

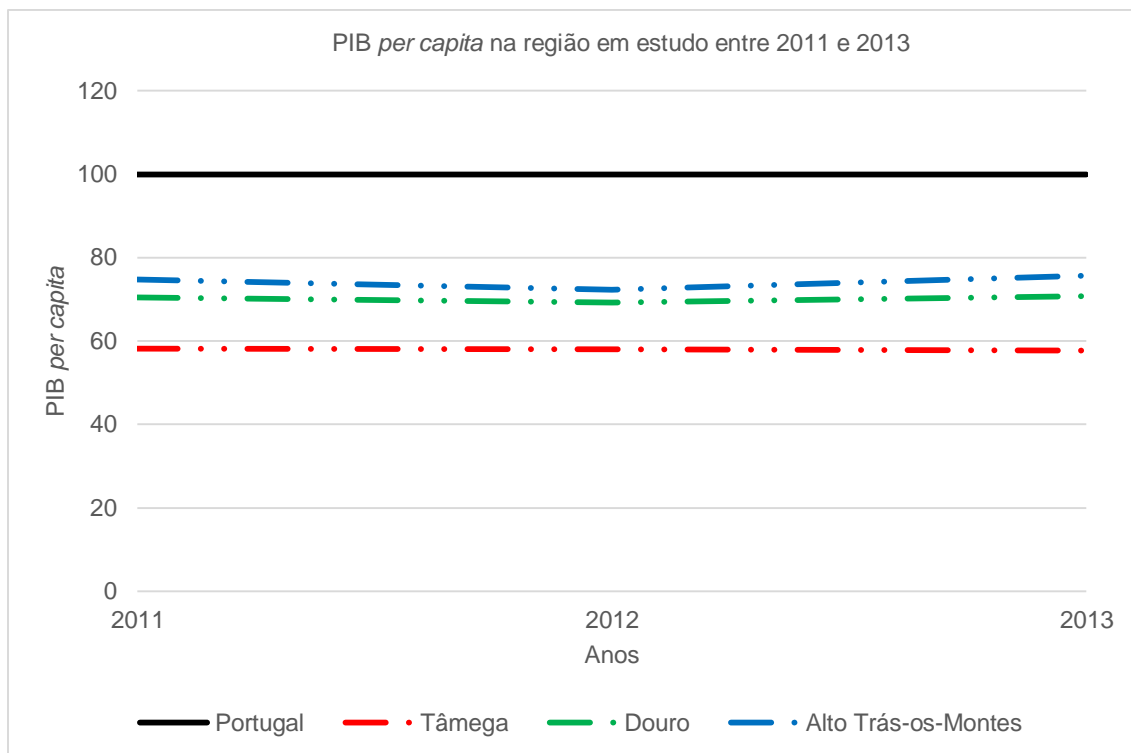


Figura 4.11 - Comparação PIB per capita da região em estudo com a situação nacional (INE, 2015b).

Ao relacionar as taxas de desemprego da região em estudo com a taxa de desemprego a nível nacional, verifica-se que, no período de 1991 a 2011, a taxa de desemprego até ao ano de 2001 é superior na região em estudo, mas em 2011 essa situação inverte-se, nas sub-regiões Alto Tâmega e Tâmega e Sousa, Figura 4.12 (PORDATA, 2015c).

Realizou-se uma análise mais detalhada da taxa de desemprego, em que se analisou as quatro sub-regiões em separado com o objetivo de estudar se existe diferenças entre as sub-regiões (Anexo VIII). Na região em estudo, em média, a taxa de desemprego é sempre superior nos concelhos com albufeira Figura 4.13.

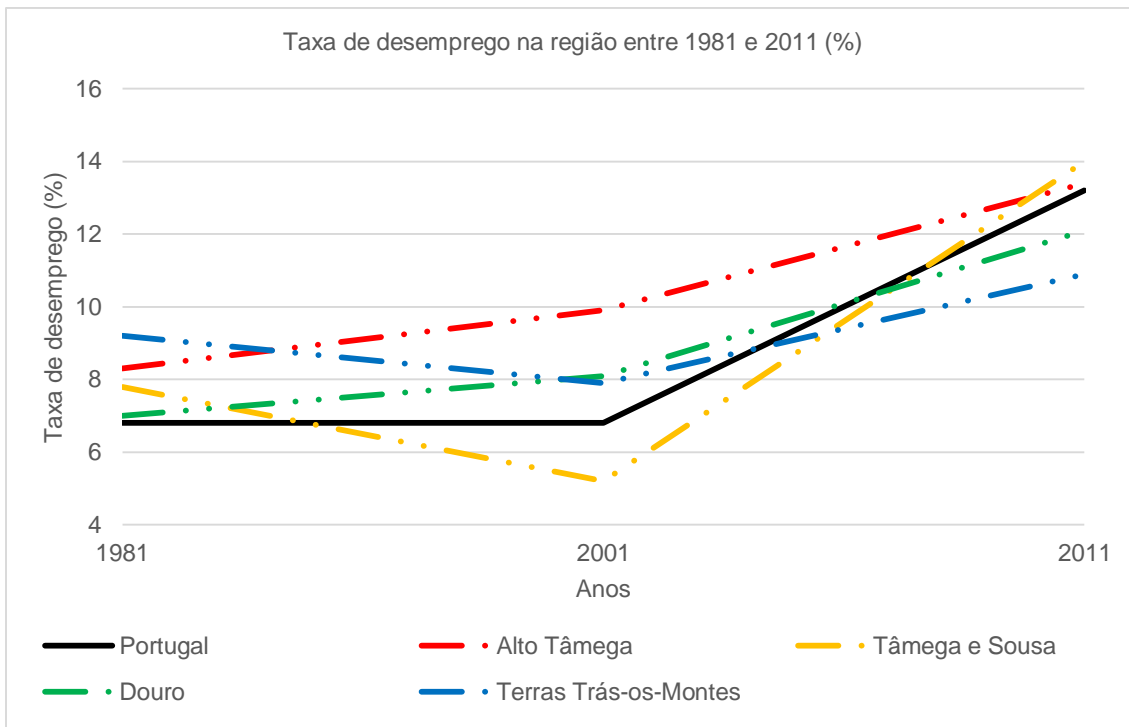


Figura 4.12 - Taxa de desemprego na região em estudo e em Portugal entre 1981 e 2011 (PORDATA, 2015c).

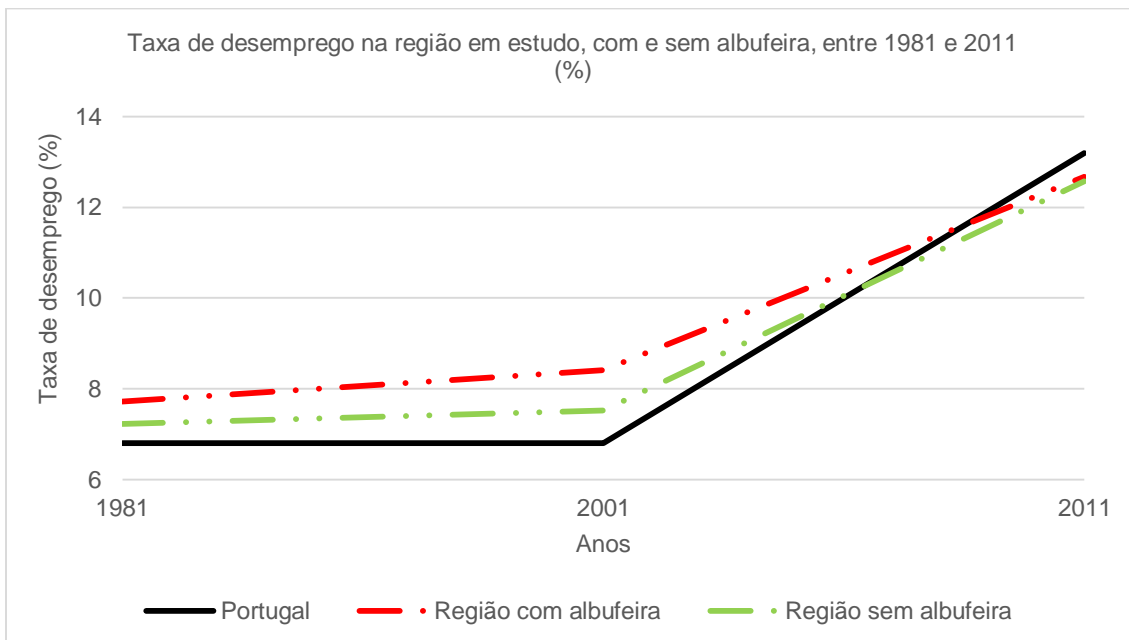


Figura 4.13 - Taxa de desemprego na região em estudo, nos concelhos com e sem albufeira, em comparação com Portugal entre 1981 e 2011 (PORDATA, 2015c).

Ganho médio mensal é o montante líquido (antes da dedução de qualquer desconto) em dinheiro e / ou género pago mensalmente com carácter regular pelas horas de trabalho efetuadas. Inclui para além da renumeração base todos os prémios e subsídios regulares, bem como o pagamento por horas suplementares ou extraordinárias (PORDATA, 2015b).

Realizou-se uma análise do ganho médio mensal da região em estudo, de 1991 a 2013, para estudar a sua evolução. Na análise deste indicador verificou-se que o ganho médio mensal é, em média, sempre inferior à média nacional, Figura 4.14. Contudo, é superior nos concelhos com albufeira, Figura 4.15.

Foi realizada uma análise mais pormenorizada deste indicador, estudou-se as quatro sub-regiões em separado. Nessa análise verificou-se que, na totalidade, o ganho médio mensal é sempre superior nos concelhos com albufeira. No entanto esse valor é sempre bastante inferior à média nacional (Anexo IX).

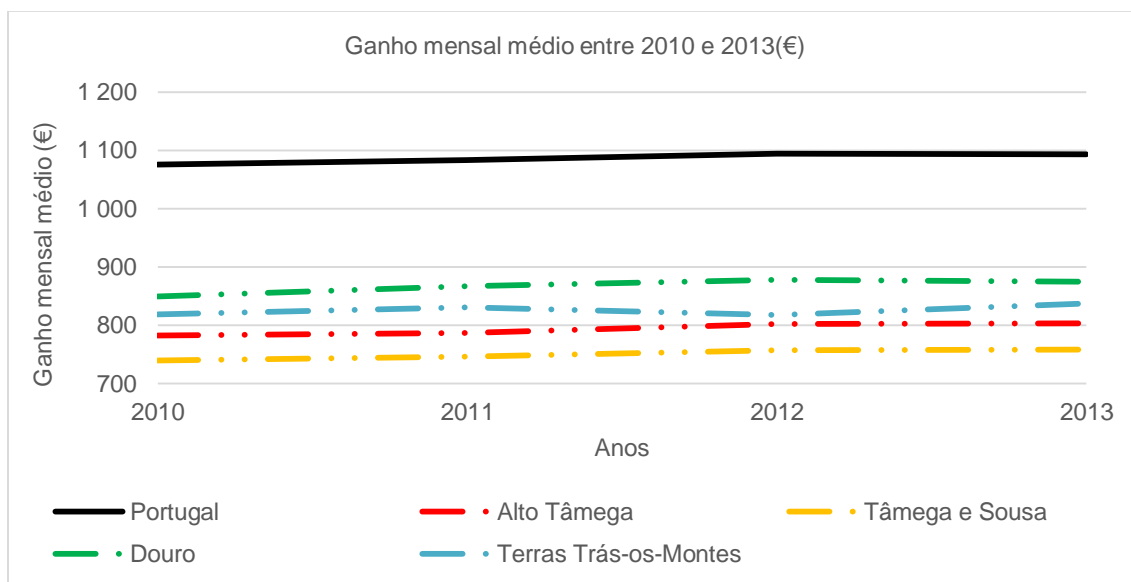


Figura 4.14 - Ganho mensal médio na região em estudo em comparação com Portugal (PORDATA, 2015d).

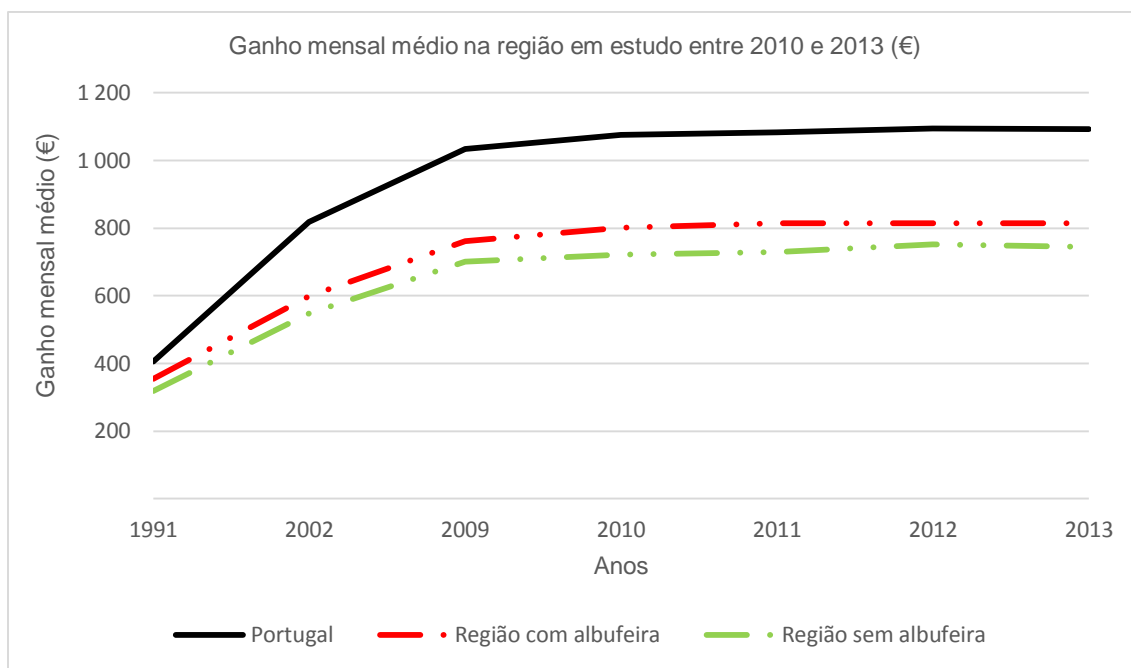


Figura 4.15 - Ganho mensal médio na região em estudo, com e sem albufeira, em comparação com Portugal (PORDATA, 2015d).

Sobre a inserção da população na atividade económica destaca-se a trajetória de diminuição de peso relativo da população ativa no sector primário, mais intensa em meio rural que em meio urbano (Rolo & Cordovil, 2014).

Em sùmula, com os dados obtidos conclui-se que o estado de desenvolvimento são muito semelhantes nos concelhos com e sem albufeira na região em estudo. Provou-se que a existência desta infraestrutura não significa melhorias socioeconómicas para a população residente.

4.4. Grandes projetos

4.4.1. Aposta em aproveitamentos hidroelétricos

Na região em estudo encontram-se 32 aproveitamentos hidroelétricos (APA, 2015). No âmbito do PNBEPH estão planeados e aprovados três grandes projetos: 1) Aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua (AHFT). Abrange os concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Murça, Vila Flor e Mirandela. A obra teve início em 2011 e a data de finalização está prevista para Setembro de

2016 (EDP/Profico Ambiente, 2008); 2) Aproveitamento hidroelétrico de Fridão (AHF). Abrange os concelhos de Celorico de Basto, Amarante, Cabeceira de Basto, Mondim de Basto e Ribeira da Pena (EDP, Agri.pro Ambiente, 2009); 3) Sistema Electroprodutor do Tâmega (SET): aproveitamentos hidroelétricos de Gouvães, Alto Tâmega e Daivões. Abrange os concelhos de Vila Pouca de Aguiar, Ribeira da Pena, Boticas, Chaves e Cabeceira de Basto (IBERDROLA, 2015).

A realização de um empreendimento como o AHFT justifica-se, de acordo com a EDP (2008), pelas seguintes razões: aumento agressivo do consumo de eletricidade, em Portugal, como consequência do desenvolvimento económico, mesmo considerando a implementação de medidas de conservação e de uso eficiente da energia; necessidade de garantia da segurança do abastecimento energético nacional e redução da dependência energética do país face ao exterior; necessidade de produção de “energia limpa” à qual não estão associadas emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).

O PNBEPH, em geral, e a barragem de Foz Tua, em particular, gerou uma enorme controvérsia em Portugal. Apesar de a declaração oficial de impacto ambiental reconhecer impactos negativos significativos, os defensores do PNBEPH afirmam que o AHFT vai evitar GEE, diminuir a dependência energética e criar postos de trabalho. Os críticos do plano, por sua vez, afirmam que a perda de património natural e cultural é injustificada, que a eficiência energética é uma opção muito mais eficaz para evitar GEE bem como reduzir a dependência energética, e que o desenvolvimento local é a melhor maneira para criar postos de trabalho (Simão & Melo, 2011).

Com a construção da barragem Foz Tua, Figura 4.16, está eminente a destruição do Vale do Tua e da sua centenária linha ferroviária que integra o Alto Douro Vinhateiro, Património Mundial classificado pela UNESCO. O Vale do Tua é considerado de elevado valor ecológico e paisagístico e a linha ferroviária do Tua, uma via de comunicação que oferece um excelente acesso à paisagem do Baixo Tua (EDP/Profico Ambiente, 2008).

A linha férrea do vale do Tua vai ser parcialmente inundada, com a construção da barragem do Tua, e irá ficar fora de serviço. Os planos de desenvolvimento local são postos em risco, os efeitos sociais do projeto são dramaticamente ilustrados o filme “Pare, Escute e Olhe”, dirigido, em 2009, por Jorge Pelicano.



Figura 4.16 - Construção da barragem de Foz Tua.

A realização do AHF justifica-se, de acordo com a EDP, pelas seguintes razões: aumento da capacidade de produção nacional com origem em fontes de energia renováveis e endógeas; redução das emissões de CO₂, por substituição de outras formas de produção emissoras de GEE; redução das importações de combustíveis fósseis; melhoria da viabilidade e da segurança do sistema elétrico português, com implicações nos níveis de garantia da segurança e abastecimento; garantia de retorno do investimento a longo prazo; criação de uma reserva de água com os benefícios que lhes estão associados (EDP, Agri.pro Ambiente, 2009).

O AHF irá colidir com as estratégias locais de já delineadas, que valorizam o vale do Tâmega e a frente ribeirinha de Amarante, substituindo-a por um turismo sem características diferenciadoras e por um emprego alóctone e transitório na construção. Perder-se-á um património de elevado valor paisagístico, social e ecológico. Relativamente aos aspetos socioeconómicos foram identificados, no EIA, impactes negativos na agricultura, agroindústria e

turismo, assim como perda de bem-estar das populações locais (EDP, Agri.pro Ambiente, 2009). De salientar que a barragem de Fridão escassos quilómetros a montante de Amarante. Qualquer cenário de acidente na barragem seria catastrófico para a cidade. Esta questão mal é referida no EIA, que tenta afastar o problema evocando a baixa probabilidade de ocorrência de falha catastrófica, desprezando a magnitude e os danos dos piores cenários credíveis (cuja probabilidade será baixa mas não é nula).

O SET foi classificado como de grande interesse do ponto de vista da capacidade de produção de energia, da otimização dos recursos da bacia hidrográfica em que se insere e do potencial para satisfação de outros usos, tendo-se considerado que apresenta condições de viabilidade técnica, económica, social e ambiental (PROCESL, 2010). Jorge Moreira da Silva, ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, referiu que o investimento de 12 000 milhões de euros, concentrado em nove anos, “vai permitir criar condições de desenvolvimento” para a região do Alto Tâmega. O início das obras está previsto para 2015 com o seu fim agendado para 2023 (Governo de Portugal, 2015).

O EIA do SET reconhece que os impactes resultantes da sua implementação serão negativos para a maioria das vertentes ambientais analisadas, e frequentemente de elevada importância. Os aproveitamentos de Padroselos e de Gouvães têm fortes restrições ambientais, por força da legislação nacional e europeia no domínio da conservação da Natureza, que deveriam automaticamente impedir a sua construção. No caso de Padroselos foi identificada uma importante população de bivalves de elevado valor conservacionista, que apenas será preservada no caso da não construção da barragem. No caso de Gouvães verifica-se que o aproveitamento está inserido no Sítio de Importância Comunitária Alvão / Marão da Rede Natura 2000, implicando a afetação ou destruição irreversível de habitats protegidos (PROCESL, 2010).

De acordo com Simão (2009): a) Na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, tal como noutras regiões portuguesas e noutros países, não existe uma correlação significativa entre a presença de albufeiras e um desenvolvimento local diferenciado, ou seja, os fatores de desenvolvimento são outros que não a presença de albufeiras; b) concretamente nesta região, alguns dos municípios mais pobres encontram-se adjacentes a albufeiras com décadas de existência; c) quanto à criação de emprego: o emprego médio gerado pelo investimento em atividade de turismo rural, de natureza e cultural é, pelo menos, dez vezes maior do que o emprego gerado por um investimento equivalente na construção de barragens. Esta demonstração foi feita para o Vale do Tua, que apresenta semelhanças como o vale do Tâmega. Para além da beleza paisagística, o Tâmega é especialmente interessante para o lazer e os desportos de águas bravas, um sector em crescimento e com potencial para crescer muito mais (temática que o EIA despreza).

Historicamente, as barragens têm-se mostrado muitas vezes ineficazes na promoção de desenvolvimento local (WCD, 2000). Em Portugal, muitas das grandes barragens mais antigas estão localizadas em algumas das regiões mais pobres do país, muito poucas promoveram qualquer desenvolvimento local significativo, em algumas (p.e. Vilarinho das Furnas) os conflitos subsistem até aos dias de hoje entre os habitantes desalojados e o Estado Português. Muitas das barragens do PNBEPH originaram uma oposição frontal entre as populações locais e as autoridades, porque representam riscos inaceitáveis, perturbam uma forma de vida estabelecida ou porque impedem verdadeiros projetos de desenvolvimento local. Em suma, a política de grandes barragens é insustentável: é socialmente nociva (impede projetos de desenvolvimento local e destrói património único), é nociva para o ambiente (destruição de ecossistemas aquáticos e raros) e é economicamente não rentável, havendo melhores alternativas para atingir os objetivos propostos (Melo, 2009).

A construção de grandes barragens têm vindo a contribuir para o despovoamento em Portugal. Estes projetos destroem terrenos agrícolas, tiram o sustento de muitas famílias, obrigam a população residente a mudar para outra cidade ou a sair do país. A realidade mostra que a construção destas infraestruturas não é sinónimo de desenvolvimento local, essa realidade é retratada no documentário “Uma barragem mais três vales a menos”, produzido por Maria José Afonso e João Silva, em 2013 (Afonso & Silva, 2013).

4.4.2. Autoestradas

A Rede Nacional de Autoestradas (RNA), em Portugal Continental, é constituída por 32 autoestradas numa extensão total de 2 610 km, em 2010. Nem sempre a RNA foi estudada e dimensionada com base nas suas necessidades. Ou seja, 30% das autoestradas da RNA, em média, apresentam um Tráfego Médio Diário Anual (TMDA) inferior a 10 000 veículos / dia, 53% apresentam um TMDA entre 10 000-35 000 veículos / dia, e apenas 17% um TMDA superior a 35 000 veículos por dia (Mendes, 2012).

A autoestrada A4, autoestrada de Trás-os-Montes e Alto Douro, tem uma extensão de 64 km e o seu perfil transversal tipo apresenta o volume de tráfego que justifique a sua construção, em toda a sua extensão (Medes, 2012). É a mais importante ligação ao interior norte do Douro, estabelece ligação entre o Porto e Amarante (Brisa, 2009).

4.4.3. Desativação da linha férrea do Tua

A linha do Tua é uma linha ferroviária que acompanha todo o desenvolver do rio Tua, sendo esta uma das características mais marcantes do vale com o mesmo nome. Trata-se de uma linha com mais de 40 anos e do último vestígio ferroviário de montanha de bitola métrica de Trás-os-Montes e Alto Douro. Outras linhas semelhantes, como a do Sabor, Corgo ou Tâmega, foram já definitivamente desativadas (PST, 2014).

O seu percurso fazia ligação entre Foz Tua e Bragança, ao longo de 134 km, constituindo não só, transporte para a população local, mas também fazendo já parte do património histórico daquela região. Para além disso, a Linha do Tua era também um vetor de turismo que, no passado recente, trazia qualquer coisa como 14 000 visitantes por ano (Quercus, 2009). Além desses 14 000 visitantes anuais, quase completamente desaparecidos atualmente, existem 70 000 passageiros regulares, no diminuto troço Cachão – Mirandela – Carvalhais. Com uma ligação completa de Foz Tua a Bragança, pode-se estimar que a melhoria da conectividade atrairia meio milhão de passageiros por ano (PST, 2014).

A linha foi sendo desativada pouco a pouco, alegadamente por questões financeiras, num processo controverso que se arrastou por duas décadas (Trancoso, 2010). Hoje, parte dela é ainda operada pelo metro ligeiro de Mirandela, faz o percurso Cachão-Mirandela.

No EIA do AHFT, a linha do Tua é reconhecida como elemento integrante para o desenvolvimento da região, “ a valorização turística do Vale do Tua está, nas condições atuais, muito dependente da manutenção e revitalização da linha férrea do Tua, ações que necessariamente requerem um investimento muito significativo na infraestrutura para a garantia das condições de segurança e operacionalidade da linha férrea”. É com base em todo o valor desta linha ferroviária que a EDP é obrigada a medidas de compensação, assegurando os interesses de mobilidade e de desenvolvimento socioeconómico e turístico (EDP/Profico Ambiente, 2008).

5. Apresentação e discussão de resultados

5.1. Questões emergentes de análise

5.1.1. Questões emergentes da análise das câmaras municipais e juntas de freguesia

Após a pesquisa bibliográfica e as entrevistas realizadas, surgiram algumas questões. Assim, formulou-se cinco hipóteses que pareceram ser pertinentes: duas, sobre se havia relação entre duas questões e as restantes três sobre se existia diferença de opinião consoante o município onde se inserem.

Questão 1: Será que a perceção das câmaras municipais e juntas de freguesia sobre a participação de vitivinicultores e agricultores na criação de uma rede de turismo tem alguma relação com a sua opinião sobre a divulgação de produtos da região?

A tabela de Pearson (Tabela X.1, Anexo X) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,240, e o nível de significância é de 0,029. Para $p < .05$, verifica-se uma fraca correlação. Assim, pode-se afirmar que as respostas à pergunta sobre a perceção sobre a participação dos vitivinicultores e agricultores na criação de uma rede de turismo e as respostas à pergunta sobre a divulgação dos produtos da região estão fracamente relacionadas. Assim, do ponto de vista das câmaras municipais e juntas de freguesia, as duas temáticas são dependentes e a sua visão sobre a participação de vitivinicultores e agricultores na criação de uma rede de turismo está relacionada, apesar de a correlação ser fraca, com a sua opinião sobre a divulgação dos produtos da região.

Questão 2: Será que a perceção das câmaras municipais e juntas de freguesia sobre a potencialidade interna para o desenvolvimento da área onde se inserem tem alguma relação com a sua opinião sobre cooperar com outras entidades para o desenvolvimento?

A tabela de Pearson (Tabela X.2, Anexo X) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,058, e o nível de significância é de 0,605. Para $p < .05$, a correlação não se verifica. Assim, pode-se afirmar que as respostas à pergunta sobre a perceção de potencialidade interna para o desenvolvimento e as respostas à pergunta sobre a perceção de cooperação com outras entidades para o desenvolvimento são independentes. Assim, do ponto de vista dos agentes políticos, as duas temáticas são independentes e a sua visão sobre as potencialidades internas

da sua área de atuação não está relacionada com a visão sobre a cooperação com outras entidades para o desenvolvimento.

Questão 3: Será que o município onde se inserem tem alguma relação com a percepção da construção da barragem Foz Tua?

A tabela de Pearson (Tabela X.3, Anexo X) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de -0,92, e o nível de significância é de 0,414. Para $p < .05$, a correlação não se verifica. Assim, pode-se afirmar que o município onde se inserem e as respostas à pergunta sobre a percepção da construção da barragem Foz Tua são independentes. Assim, do ponto de vista dos agentes políticos, as duas temáticas são independentes e o município onde estão inseridos não está relacionado com a visão sobre a construção da barragem Foz Tua.

Questão 4: Será que o município onde se inserem tem alguma relação com a percepção da importância de paisagens naturais?

A tabela de Pearson (Tabela X.4, Anexo X) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de -0,008, e o nível de significância é de 0,946. Para $p < .05$, a correlação não se verifica. Assim, pode-se afirmar que o município onde se inserem e as respostas à pergunta sobre a percepção da importância de paisagens naturais são independentes. Assim, do ponto de vista dos agentes políticos, as duas temáticas são independentes e o município onde estão inseridos não está relacionado com a visão sobre a importância de paisagens naturais.

Questão 5: Será que o município onde se inserem tem alguma relação com a percepção da importância de depósitos de águas bravas?

A tabela de Pearson (Tabela X.5, Anexo X) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de -0,093, e o nível de significância é de 0,416. Para $p < .05$, a correlação não se verifica. Assim, pode-se afirmar que o município onde se inserem e as respostas à pergunta sobre a percepção da importância de depósitos de águas bravas são independentes. Assim, do ponto de vista dos agentes políticos, as duas temáticas são independentes e o município onde estão inseridos não está relacionado com a visão sobre a importância de depósitos de águas bravas.

5.1.2. Questões emergentes da análise dos agentes turísticos

Após a pesquisa bibliográfica e as entrevistas realizadas, surgiram algumas questões, Assim, formulou-se seis hipóteses que pareceram ser pertinentes, sobre se havia relação entre duas.

Questão 1: Será que a percepção dos agentes turísticos sobre a participação de vitivinicultores e agricultores na criação de uma rede de turismo tem alguma relação com a sua opinião sobre a divulgação dos produtos da região?

A tabela de Pearson (Tabela XI.1, Anexo XI) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,355, e o nível de significância é de 0,075. Pode-se afirmar que, para $p < .05$, não existe correlação entre as duas variáveis, ou seja, são independentes. Assim, do ponto de vista dos agentes turísticos, as duas temáticas são independentes e a sua visão sobre a divulgação dos produtos da região não está relacionada com a sua opinião sobre a participação de vitivinicultores e agricultores na criação de uma rede de turismo.

Questão 2: Será que a percepção dos agentes turísticos sobre a construção da barragem Foz Tua tem alguma relação com a sua opinião sobre a eventual recuperação da Linha do Tua?

A tabela de Pearson (Tabela XI.2, Anexo XI) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,555, e o nível de significância é de 0,004. Pode-se afirmar que, para $p < .05$, existe uma correlação significativa entre as duas variáveis, ou seja, quanto maior a importância atribuída à construção da barragem de Foz Tua maior a importância atribuída à eventual recuperação da Linha do Tua. Este resultado é contrário ao do inquérito. Esta divergência pode estar relacionada com o reduzido número da amostra.

Questão 3: Será que a percepção dos agentes turísticos sobre a divulgação dos produtos da região tem alguma relação com a sua opinião sobre o aumento do número de visitantes?

A tabela de Pearson (Tabela XI.3, Anexo XI) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,877, e o nível de significância é de 0,000. Pode-se afirmar que, para $p < .05$, existe uma correlação significativa entre as duas variáveis, ou seja, quanto maior a importância atribuída à divulgação dos produtos da região maior o contributo para o aumento do número de visitantes. Assim, do ponto de vista dos agentes turísticos, as duas temáticas são dependentes e a sua visão sobre a divulgação dos produtos da região está relacionada com a sua opinião sobre o contributo para o aumento do número de visitantes.

Questão 4: Será que a percepção dos agentes turísticos sobre a capacidade de acolhimento convencional (hotelaria) tem alguma relação com a sua opinião sobre o aumento do número de visitantes?

A tabela de Pearson (Tabela XI.4, Anexo XI) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,265, e o nível de significância é de 0,200. Pode-se afirmar que, para $p < .05$, não existe uma correlação significativa entre as duas variáveis, ou seja, as variáveis são independentes. Assim, do ponto de vista dos agentes turísticos, as duas temáticas não se

relacionam e a sua visão sobre a capacidade de acolhimento convencional não está relacionada com a sua opinião sobre o contributo para o aumento do número de visitantes.

Questão 5: Será que a percepção dos agentes turísticos sobre a capacidade de acolhimento alternativo (p.e. hostel, turismo rural e de aldeia) tem alguma relação com a sua opinião sobre o aumento do número de visitantes?

A tabela de Pearson (Tabela XI.5, Anexo XI) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,195, e o nível de significância é de 0,349. Pode-se afirmar que, para $p < 0,05$, não existe uma correlação significativa entre as duas variáveis, ou seja, as variáveis são independentes. Assim, do ponto de vista dos agentes turísticos, as duas temáticas não se relacionam e a sua visão sobre a capacidade de acolhimento alternativo não está relacionada com a sua opinião sobre o contributo para o aumento do número de visitantes.

Questão 6: Será que a percepção dos agentes turísticos sobre a paisagem natural (p.e. rios e vales do Tua e Tâmega) tem alguma relação com a sua opinião sobre o aumento do número de visitantes?

A tabela de Pearson (Tabela XI.6, Anexo XI) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,625, e o nível de significância é de 0,001. Pode-se afirmar que, para $p < 0,05$, existe uma correlação significativa entre as duas variáveis, ou seja, quanto maior a importância atribuída à paisagem natural maior o contributo para o aumento do número de visitantes. Assim, do ponto de vista dos agentes turísticos, as duas temáticas são dependentes e a sua visão sobre a importância de paisagem natural está relacionada com a sua opinião sobre o contributo para o aumento do número de visitantes.

5.1.3. Questões emergentes da análise dos agricultores e vitivinicultores

Após a pesquisa bibliográfica e as entrevistas realizadas, surgiram algumas questões, Assim, formulou-se quatro hipóteses que pareceram ser pertinentes, sobre se havia relação entre duas variáveis.

Questão 1: Será que a percepção dos agricultores e vitivinicultores sobre a participação dos mesmos na criação de uma rede de turismo tem alguma relação com a sua opinião sobre a divulgação de produtos da região?

A tabela de Pearson (Tabela XII.1, Anexo XII) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,747, e o nível de significância é de 0,002. Pode-se afirmar que, para $p < 0,05$, existe uma correlação significativa entre as duas variáveis, ou seja, quanto maior a importância

atribuída à divulgação dos produtos da região maior a importância atribuída à participação de agricultores e vitivinicultores na criação de uma rede de turismo. Assim, do ponto de vista dos agricultores e vitivinicultores, as duas temáticas são dependentes e a sua visão sobre a divulgação dos produtos da região está relacionada com a sua opinião sobre a participação dos mesmos na criação de uma rede de turismo.

Questão 2: Será que a percepção dos agricultores e vitivinicultores sobre a construção da barragem de Foz Tua tem alguma relação com a sua opinião sobre a eventual recuperação da Linha do Tua?

A tabela de Pearson (Tabela XII.2, Anexo XII) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de -0,209, e o nível de significância é de 0,494. Pode-se afirmar que, para $p < .05$, não existe correlação entre as duas variáveis. Assim, do ponto de vista dos agricultores e vitivinicultores, as duas temáticas são independentes e a sua visão sobre a construção da barragem de Foz Tua não está relacionada com a sua opinião sobre a eventual recuperação da Linha do Tua.

Questão 3: Será que a percepção dos agricultores e vitivinicultores sobre a divulgação dos produtos da região tem alguma relação com a sua opinião sobre o contributo para o aumento de visitantes?

A tabela de Pearson (Tabela XII.3, Anexo XII) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,800, e o nível de significância é de 0,001. Pode-se afirmar que, para $p < .05$, existe uma correlação significativa entre as duas variáveis, ou seja, quanto maior a importância atribuída à divulgação dos produtos da região maior a importância atribuída ao aumento do número de visitantes. Assim, do ponto de vista dos agricultores e vitivinicultores, as duas temáticas são dependentes e a sua visão sobre a divulgação dos produtos da região está relacionada com a sua opinião sobre o aumento do número de visitantes.

Questão 4: Será que a percepção dos agricultores e vitivinicultores sobre o apoio recebido pela autarquia tem alguma relação com a sua opinião sobre a interação com outros agricultores e vitivinicultores?

A tabela de Pearson (Tabela XII.4, Anexo XII) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,213, e o nível de significância é de 0,484. Pode-se afirmar que, para $p < .05$, não existe correlação entre as duas variáveis. Assim, do ponto de vista dos agricultores e vitivinicultores, as duas temáticas são independentes e a sua visão sobre o apoio recebido pela autarquia não está relacionada com a sua opinião sobre a interação com outros agricultores e vitivinicultores.

5.1.4. Questões emergentes de análise das associações de desenvolvimento

Após a pesquisa bibliográfica e as entrevistas realizadas, surgiram algumas questões, Assim, formulou-se seis hipóteses que pareceram ser pertinentes, sobre se havia relação entre duas variáveis.

Questão 1: Será que a percepção das associações de desenvolvimento local sobre a participação dos agricultores e vitivinicultores na criação de uma rede de turismo tem alguma relação com a sua opinião sobre a divulgação de produtos da região?

A tabela de Pearson (Tabela XIII.1, Anexo XIII) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,115, e o nível de significância é de 0,734. Pode-se afirmar que, para $p < .05$, não existe correlação entre as duas variáveis. Assim, do ponto de vista das associações de desenvolvimento local, as duas temáticas são independentes e a sua visão sobre a divulgação dos produtos da região não está relacionada com a sua opinião sobre a participação dos mesmos na criação de uma rede de turismo.

Questão 2: Será que a percepção das associações de desenvolvimento local sobre a construção da barragem de Foz Tua tem alguma relação com a sua opinião sobre a eventual recuperação da Linha do Tua?

A tabela de Pearson (Tabela XIII.2, Anexo XIII) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de -0,151, e o nível de significância é de 0,678. Pode-se afirmar que, para $p < .05$, não existe correlação entre as duas variáveis. Assim, do ponto de vista das associações de desenvolvimento local, as duas temáticas são independentes e a sua visão sobre a construção da barragem de Foz Tua não está relacionada com a sua opinião sobre a eventual recuperação da Linha do Tua.

Questão 3: Será que a percepção das associações de desenvolvimento local sobre a divulgação dos produtos da região tem alguma relação com a sua opinião sobre o aumento do número de visitantes?

A tabela de Pearson (Tabela XIII.3, Anexo XIII) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,858, e o nível de significância é de 0,001. Pode-se afirmar que, para $p < .05$, existe uma correlação significativa entre as duas variáveis, ou seja, quanto maior a importância atribuída à divulgação dos produtos da região maior a importância atribuída ao aumento do número de visitantes. Assim, do ponto de vista das associações de desenvolvimento local, as duas temáticas são dependentes e a sua visão sobre a divulgação dos produtos da região está relacionada com a sua opinião sobre o aumento do número de visitantes.

Questão 4: Será que a percepção das associações de desenvolvimento local sobre a capacidade de acolhimento convencional tem alguma relação com a sua opinião sobre o contributo para o aumento do número de visitantes?

A tabela de Pearson (Tabela XIII.4, Anexo XIII) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,514, e o nível de significância é de 0,105. Pode-se afirmar que, para $p < .05$, não existe correlação entre as duas variáveis. Assim, do ponto de vista das associações de desenvolvimento local, as duas temáticas são independentes e a sua visão sobre a capacidade de acolhimento convencional não está relacionada com a sua opinião sobre o contributo para o aumento do número de visitantes.

Questão 5: Será que a percepção das associações de desenvolvimento local sobre a paisagem natural tem alguma relação com a sua opinião sobre o contributo para o aumento do número de visitantes?

A tabela de Pearson (Tabela XIII.5, Anexo XIII) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de -0,089, e o nível de significância é de 0,807. Pode-se afirmar que, para $p < .05$, não existe correlação entre as duas variáveis. Assim, do ponto de vista das associações de desenvolvimento local, as duas temáticas são independentes e a sua visão sobre a paisagem natural não está relacionada com a sua opinião sobre o contributo para o aumento do número de visitantes.

Questão 6: Será que a percepção das associações de desenvolvimento local sobre o apoio recebido por parte da autarquia tem alguma relação com a sua opinião sobre a interação com outras associações de desenvolvimento local?

A tabela de Pearson (Tabela XIII.6, Anexo XIII) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,544, e o nível de significância é de 0,084. Pode-se afirmar que, para $p < .05$, não existe correlação entre as duas variáveis. Assim, do ponto de vista das associações de desenvolvimento local, as duas temáticas são independentes e a sua visão sobre o apoio recebido pela autarquia não está relacionada com a sua opinião sobre a interação com outras associações de desenvolvimento local.

5.2. Análise das respostas aos inquéritos

5.2.1. Caracterização da amostra

Em todas as entidades o número de respostas obtidas foi muito inferior ao número de inquéritos enviados. A Tabela 5.1 apresenta o número de inquéritos enviados bem como as respostas obtidas de cada entidade.

Tabela 5.1 – Número de inquéritos enviados e respostas obtidas.

Entidades	Enviados	Respostas	
		Número	Taxa de retorno
Câmaras municipais	45	11	24
Juntas de freguesia	697	73	10
Agentes turísticos	424	28	7
Agricultores e vitivinicultores	84	17	20
Associações de desenvolvimento local	41	11	27

Na generalidade as respostas pertencem à sub-região do Douro, exceto da parte das juntas de freguesia. O maior número de respostas das juntas de freguesia pertence à sub-região das Terras Trás-os-Montes, Figura 5.1.

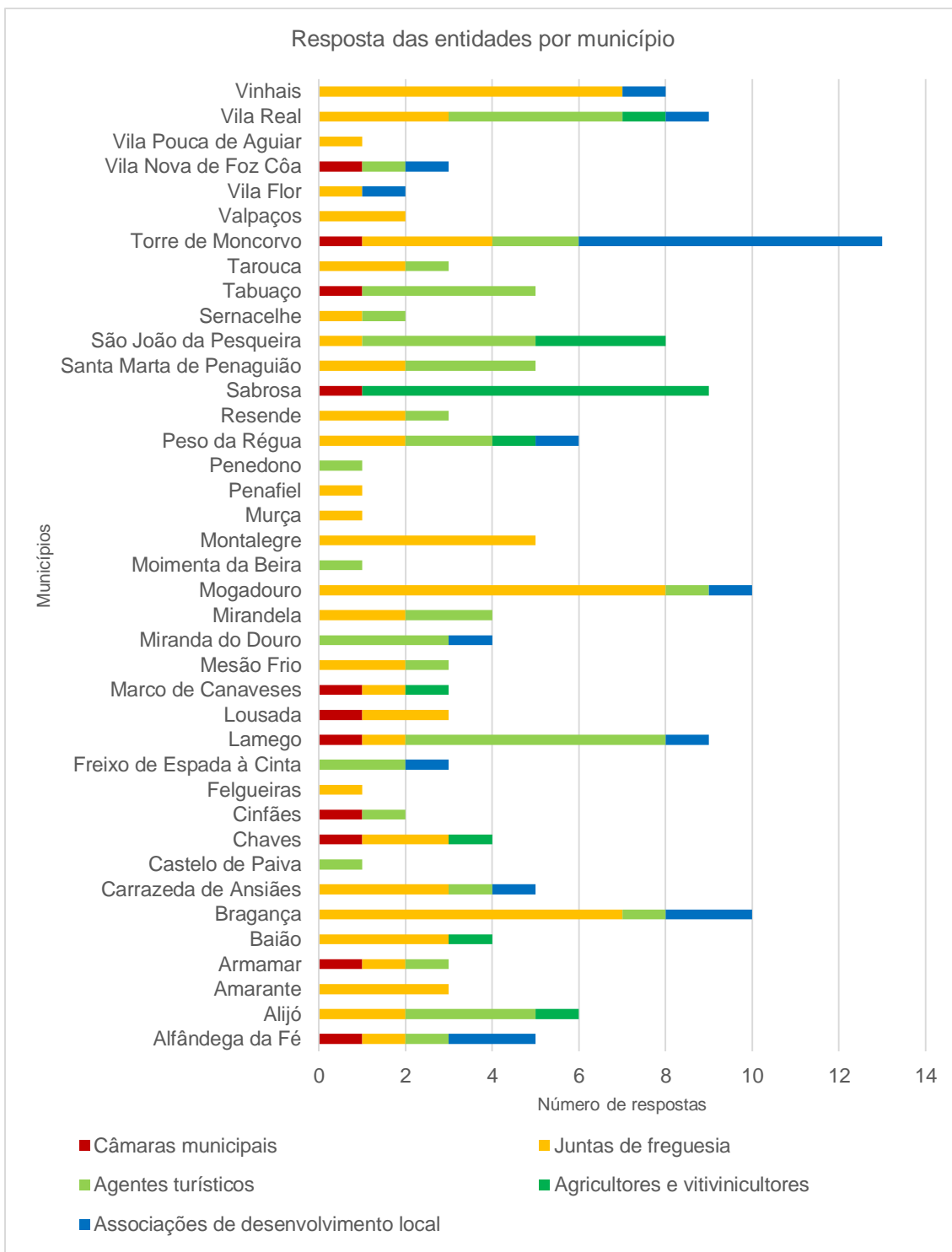


Figura 5.1 - Distribuição das respostas de todas as entidades por município.

Identificou-se a tipologia de atividade dos agentes turísticos através das respostas obtidas. Verificou-se que responderam em maior número os agentes turísticos com atividade TER e em menor número os que exercem atividade em animação turística em espaço próprio, quintas de agroturismo, parque de campismo e / ou caravanismo e apartamento turístico. A Figura 5.2 apresenta a distribuição das respostas.

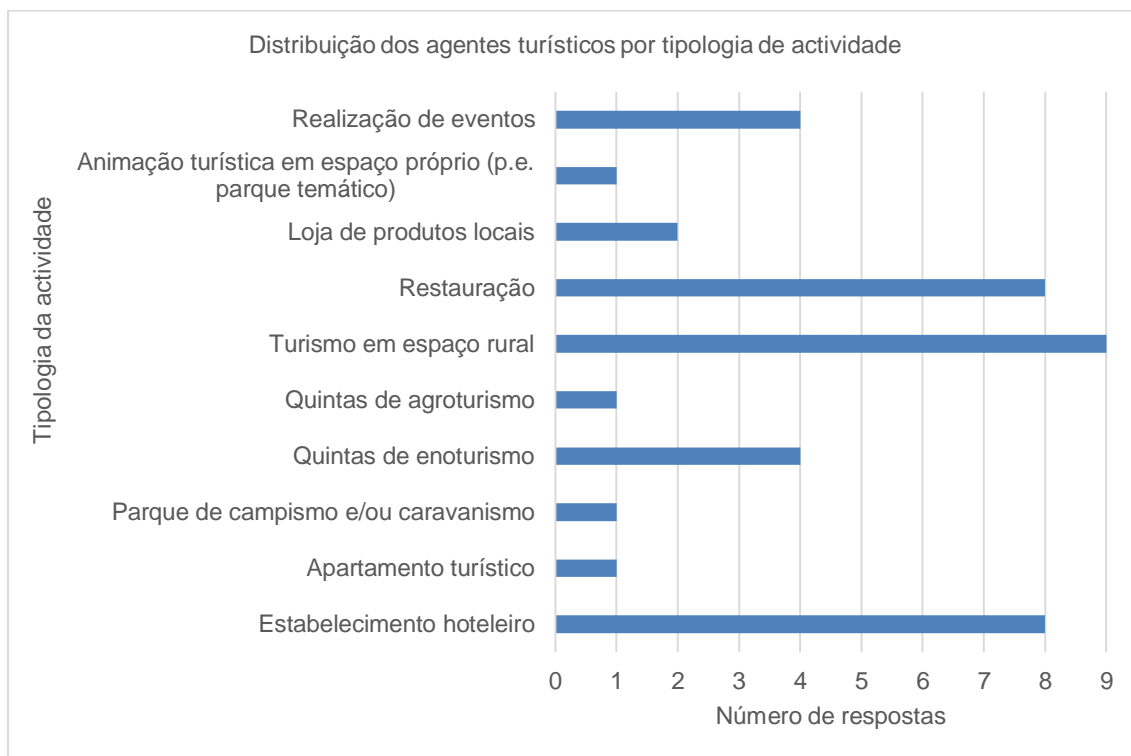


Figura 5.2 – Distribuição dos agentes turísticos por tipologia de actividade.

5.2.2. Problemas de desenvolvimento

As entidades classificaram a sua satisfação em relação a um conjunto de indicadores de desenvolvimento. Para esse efeito utilizou-se uma escala, onde: 1 = Muito insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Indiferente; 4 = Satisfeito e 5 = Muito satisfeito.

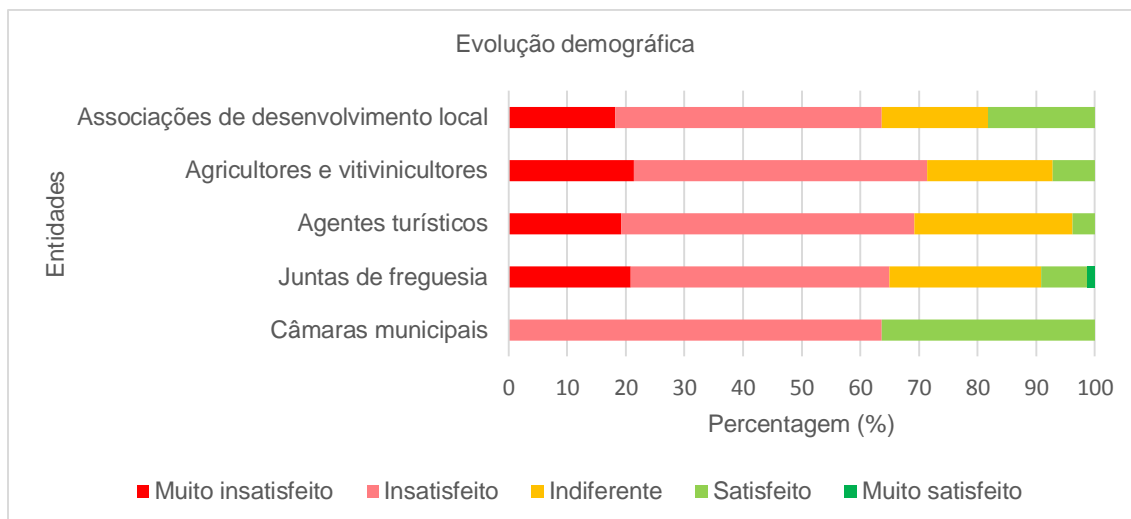


Figura 5.3 – Nível de satisfação referente à evolução demográfica na região.

A população residente na região em estudo é envelhecida (PORDATA, 2015a). As opiniões negativas são dominantes em relação à satisfação atribuída à evolução demográfica na região. Há consenso nas respostas entre entidades e em cada entidade, Figura 5.3.

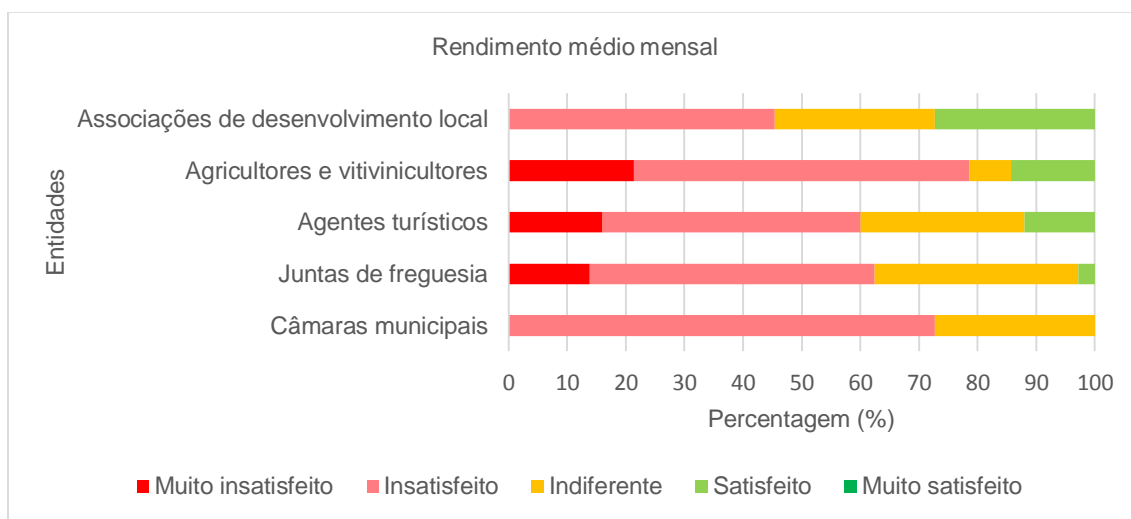


Figura 5.4 - Nível de satisfação referente ao rendimento médio mensal na região.

O rendimento médio mensal na região em estudo (819€ em média, em 2013) é muito inferior à média nacional (1 093€ em média, em 2013) (PORDATA, 2015a). As opiniões negativas são dominantes em relação à satisfação atribuída ao rendimento médio mensal. Há consenso nas respostas entre entidades e em cada entidade, exceto da parte das associações de desenvolvimento local em que as opiniões estão mais distribuídas, Figura 5.4.

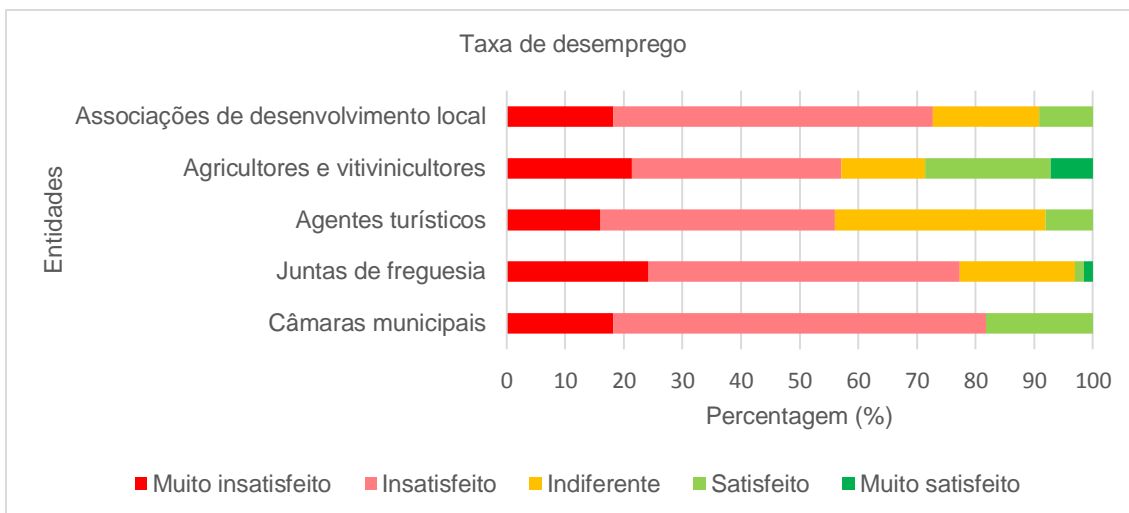


Figura 5.5 - Nível de satisfação referente à taxa de desemprego na região.

A taxa de desemprego da região em estudo é, em média, inferior à média nacional (12% e 13% respetivamente) (PORDATA, 2015c). As opiniões negativas são dominantes em relação à satisfação atribuída à taxa de desemprego. Há consenso nas respostas entre entidades e em cada entidade, Figura 5.5.

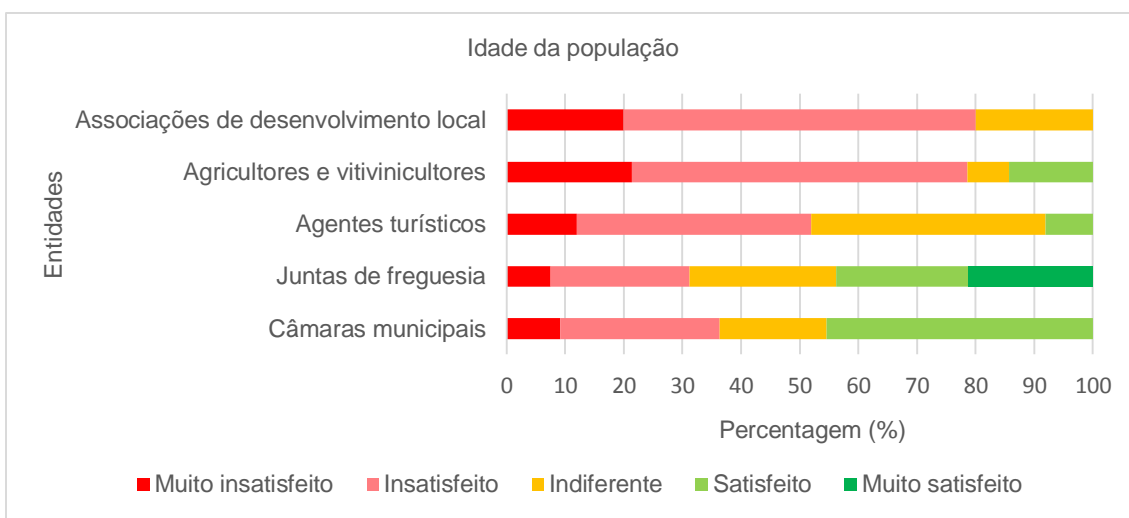


Figura 5.6 - Nível de satisfação referente à idade da população na região.

A população residente na região em estudo é uma população envelhecida (PORDATA, 2015a). As opiniões negativas são dominantes em relação à satisfação atribuída à idade da população, exceto da parte dos agentes políticos, Figura 5.6. Este resultado não vai ao encontro do resultado referente ao nível de satisfação atribuído à evolução demográfica da região. Questão em que as juntas de freguesia, na generalidade, classificaram como “Insatisfeito”.

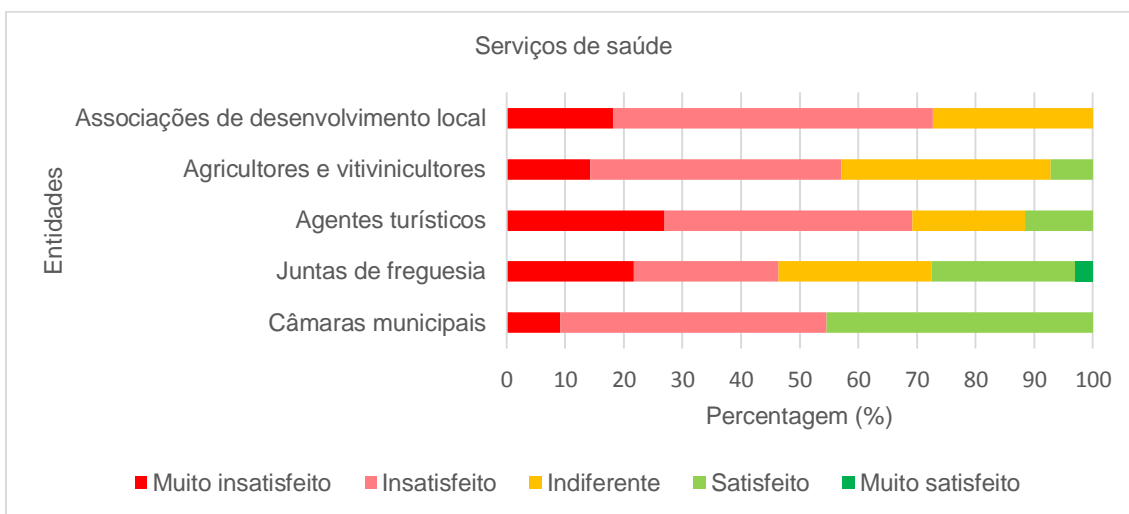


Figura 5.7 - Nível de satisfação referente aos acessos a serviços de saúde na região.

Na região em estudo existem doze hospitais e 48 centros de saúde (INE, 2014c). As opiniões negativas são dominantes em relação à satisfação atribuída ao acesso a serviços de saúde. Há consenso nas respostas entre entidades e em cada entidade, exceto da parte das câmaras municipais, Figura 5.7. Este resultado pode estar relacionado com o facto de os serviços de saúde (públicos) serem da responsabilidade dos agentes políticos.

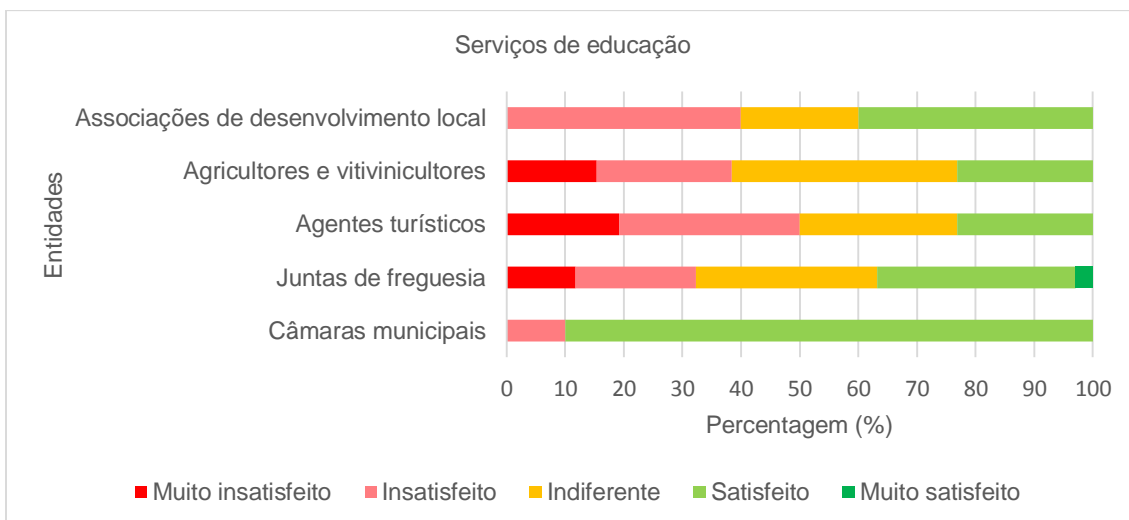


Figura 5.8 - Nível de satisfação referente aos acessos a serviços de educação na região.

Na região em estudo existem 1 401 estabelecimentos de ensino não superior, desde a pré-escola ao 9º ano de escolaridade (INE, 2014c). As opiniões negativas são dominantes em relação à satisfação atribuída ao acesso a serviços de educação, exceto da parte das câmaras municipais,

Figura 5.8. Este resultado pode estar relacionado com o facto de os serviços de educação serem da responsabilidade dos agentes políticos.

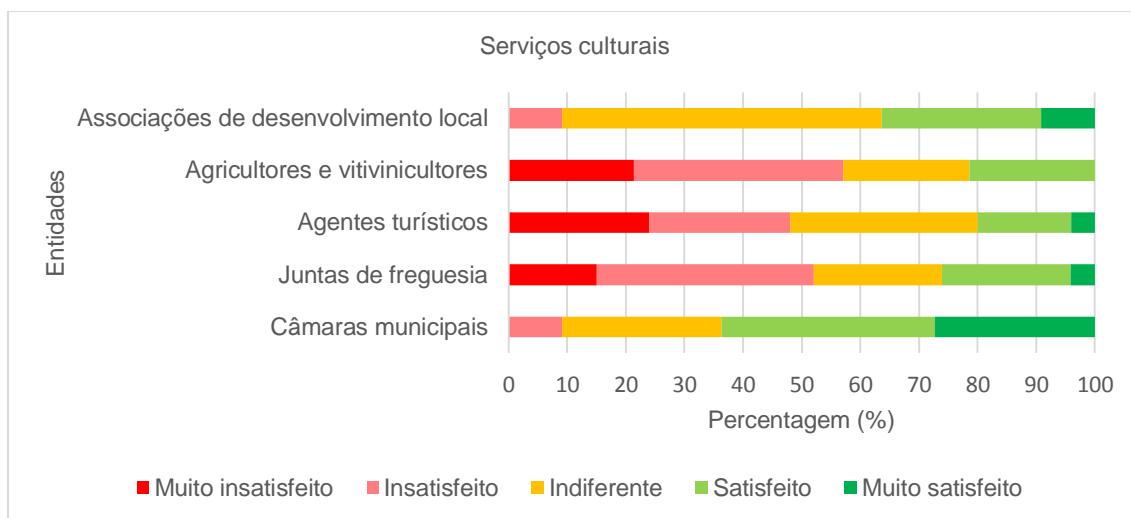


Figura 5.9 - Nível de satisfação referente aos acessos a serviços culturais na região.

Na região em estudo existem 33 serviços culturais (museus; jardins zoológicos, botânicos e aquáticos) (INE, 2014c). As opiniões negativas são dominantes em relação à satisfação atribuída ao acesso a serviços culturais, exceto da parte das câmaras municipais e das associações de desenvolvimento local, Figura 5.9. Este resultado pode estar relacionado com o facto de que os serviços culturais serem da responsabilidade de câmaras municipais ou de associações de desenvolvimento local.

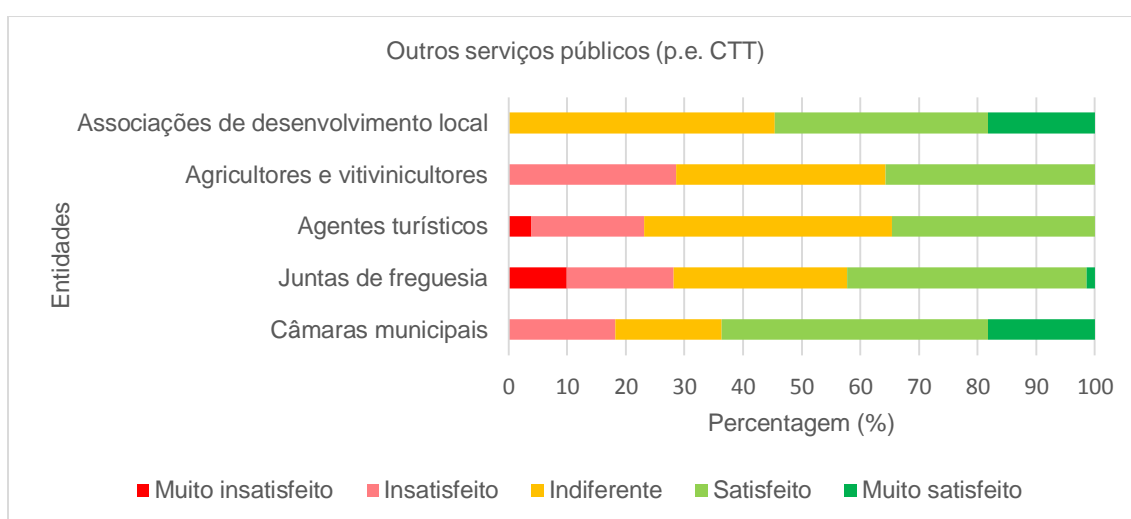


Figura 5.10 - Nível de satisfação referente a outros serviços públicos (p.e. CTT) na região.

As opiniões positivas são dominantes em relação à satisfação atribuída ao acesso a outros serviços públicos (p.e. CTT). Há consenso nas respostas entre entidades, exceto da parte das associações de desenvolvimento local, Figura 5.10.

Na generalidade há consenso nas respostas entre as entidades. No entanto, há temas de levantam discordância, tais como: idade da população; acesso a serviços de educação e acesso a serviços de saúde (Anexo XIV: Tabela XIV.1).

5.2.3. Importância de infraestruturas e património para o desenvolvimento

As entidades classificaram a importância de infraestruturas e património para o desenvolvimento. Para esse efeito utilizou-se uma escala, onde: 1 = Muito negativo; 2 = Negativo; 3 = Indiferente; 4 = Positivo e 5 = Muito positivo.

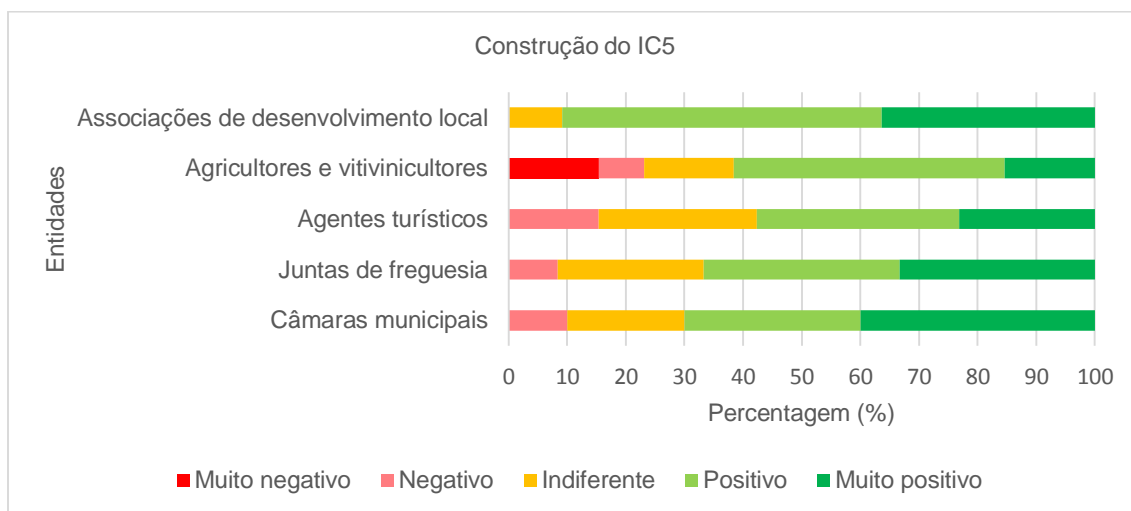


Figura 5.11 – Importância atribuída à da construção do IC5 por todas as entidades.

As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída à construção da IC5. As entidades, na sua maioria, classificam como “Positivo” e “Muito positivo” a existência desta infraestrutura. Há consenso nas respostas entre entidades e em cada entidade, exceto da parte dos agricultores e vitivinicultores em que as opiniões estão mais distribuídas, Figura 5.11.

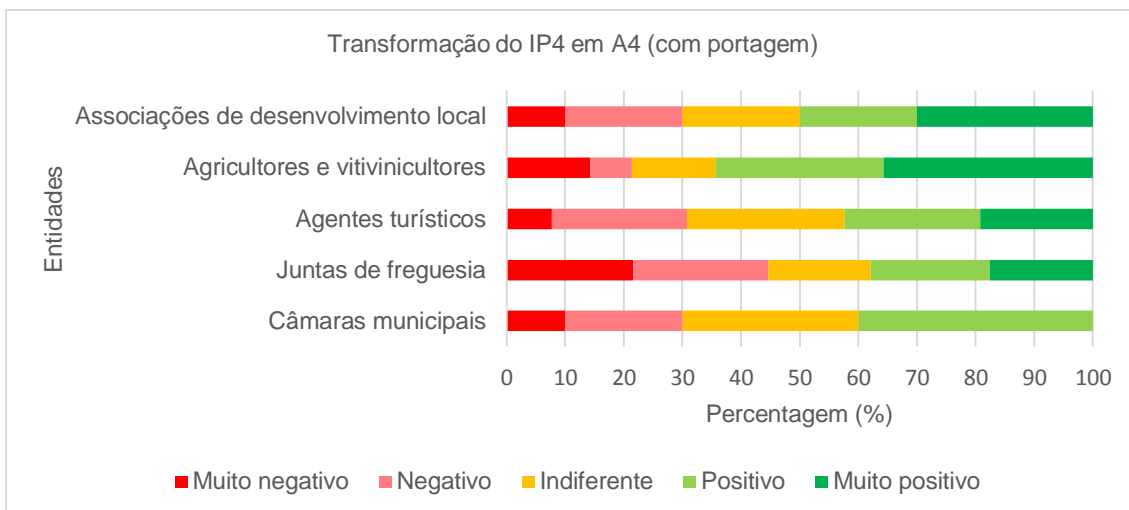


Figura 5.12 - Importância atribuída à da transformação do IP4 em A4 (com portagem) por todas as entidades.

As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída à transformação do IP4 em A4 (com portagem), exceto da parte das juntas de freguesia. Há consenso nas respostas entre as entidades mas não o há em cada entidade, as opiniões estão muito distribuídas, Figura 5.12.

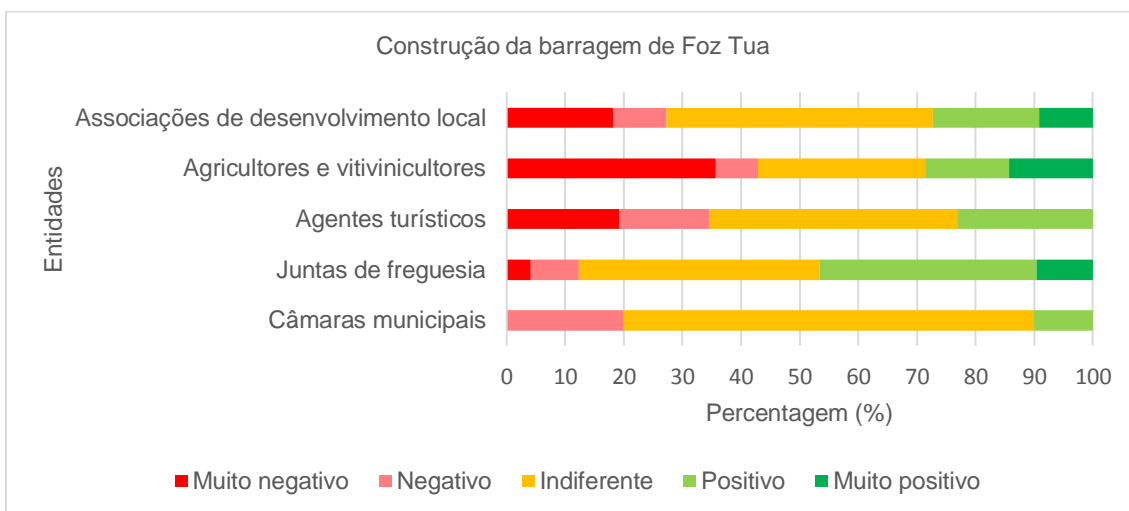


Figura 5.13 - Importância atribuída à construção da barragem de Foz Tua por todas as entidades.

As opiniões negativas são dominantes em relação à importância atribuída à construção da barragem de Foz Tua, exceto da parte das juntas de freguesia. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, exceto da parte das associações de desenvolvimento local em que as opiniões estão mais distribuídas, Figura 5.13. No entanto, a construção desta infraestrutura, é a questão onde todas as entidades, na sua maioria, classificaram como

“Indiferente”. Este resultado pode estar relacionado com falta de informação e / ou de interesse sobre os impactes que esta infraestrutura pode causar na região em estudo.

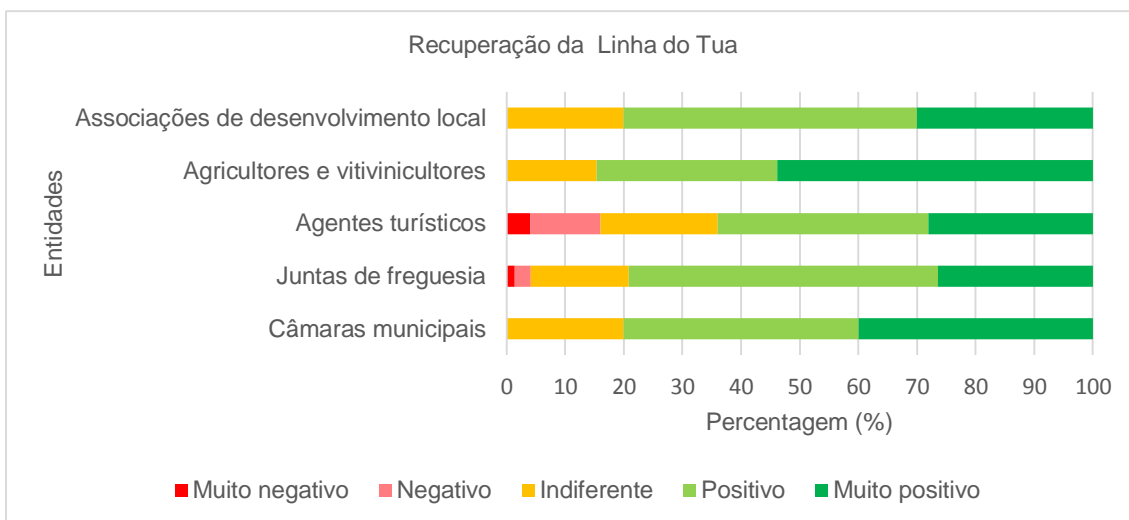


Figura 5.14 - Importância atribuída à recuperação da linha do Tua por todas as entidades.

As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída à eventual recuperação da Linha do Tua. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.14. Este resultado não vai ao encontro do resultado da questão anterior da parte das juntas de freguesia. Uma vez que a construção da barragem de Foz Tua significa a destruição, parcial, da Linha do Tua e a sua imobilidade.

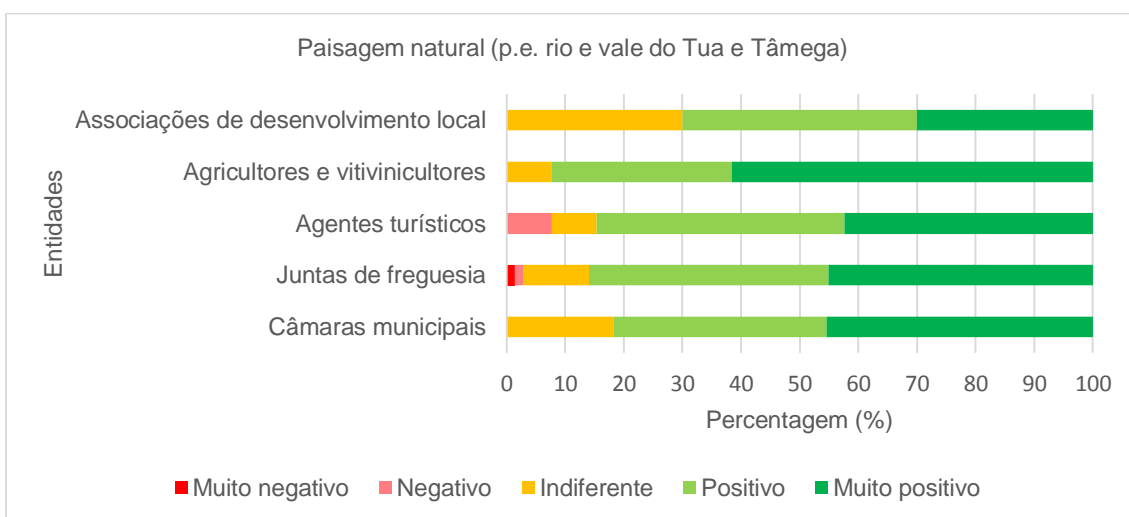


Figura 5.15 - Importância atribuída à existência de paisagem natural por todas as entidades.

As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída à paisagem natural (p.e. rio e vale do Tua e Tâmega). Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.15. Este resultado demonstra que todas as entidades valorizam a paisagem natural, com características únicas, da região em estudo.

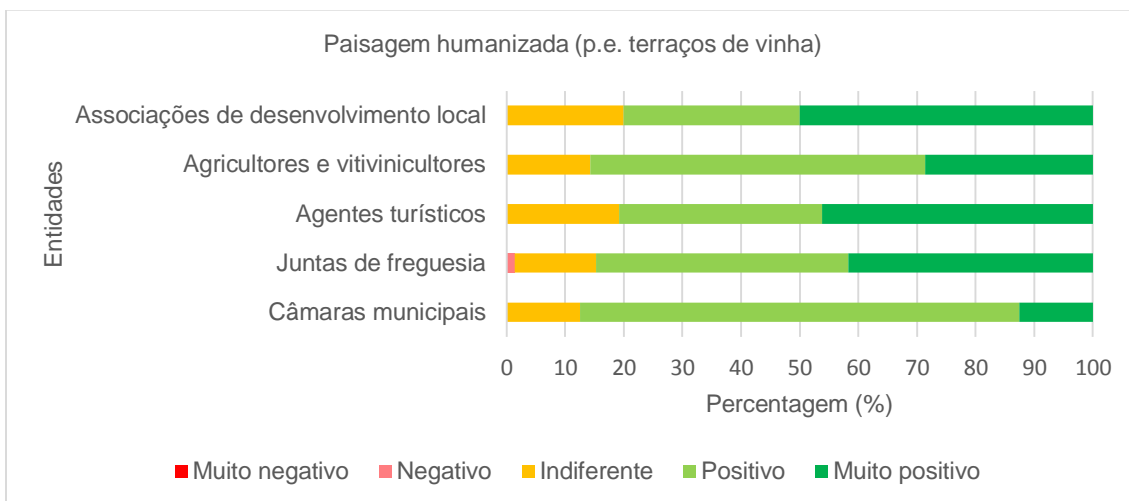


Figura 5.16 - Importância atribuída à existência de paisagem humanizada por todas as entidades.

As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída à paisagem humanizada (p.e. terraços de vinha). Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.16. Este resultado demonstra que todas as entidades valorizam a paisagem humanizada, uma paisagem característica da região em estudo, principalmente no Douro.

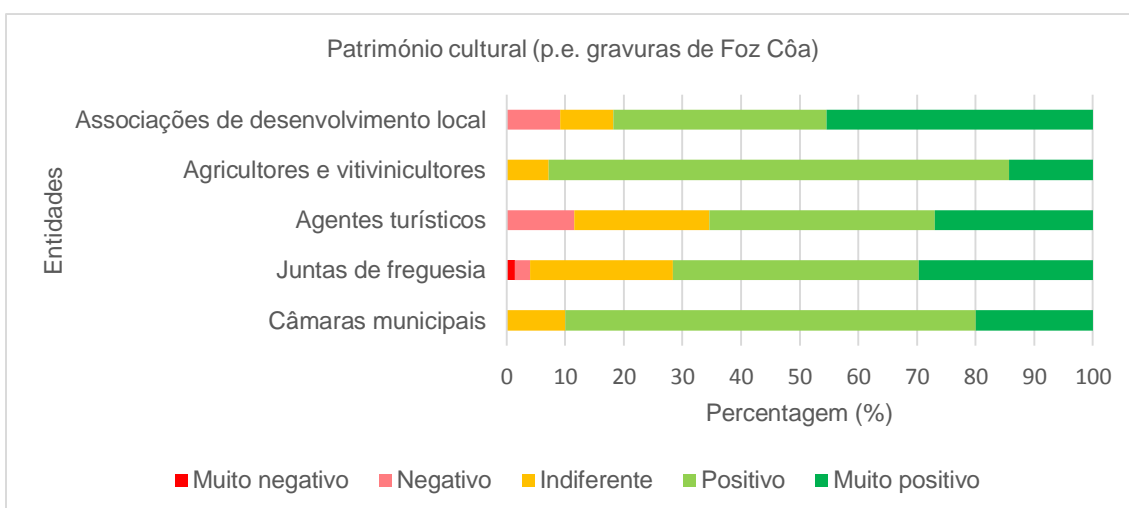


Figura 5.17 - Importância atribuída à existência de património cultural por todas as entidades.

As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída ao património cultural (p.e. gravuras de Foz Côa). Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.17. Este resultado demonstra que todas as entidades valorizam o património cultural existente na região em estudo.

Na generalidade há consenso nas respostas. No entanto, há temas que levantam discordância, tais como: a transformação do IP4 em A4 (com portagem) e a construção da barragem de Foz Tua (Anexo XIV: Tabela XIV.2).

5.2.4. Funcionalidade de uma rede de turismo

Na questão “Tendo em conta no que consiste uma rede de turismo, quem a deveria liderar?”, não há consenso entre as entidades, Figura 5.18. Os agentes políticos consideram que os municípios devem liderar uma rede de turismo, os agricultores consideram que são as associações de desenvolvimento local. Nas restantes entidades as respostas estão mais distribuídas. A questão da liderança nunca é simples, uma solução para esta questão poderia ser a liderança circular. Liderança circular consiste num processo de liderança em que cada entidade fica a liderar um determinado período de tempo.

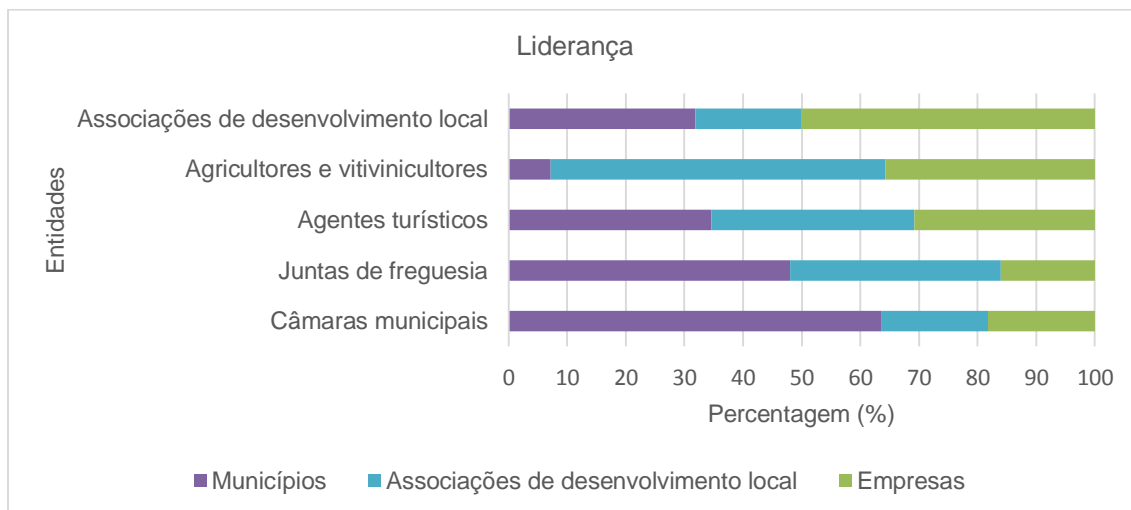


Figura 5.18 – Preferência atribuída à liderança de uma rede de turismo.

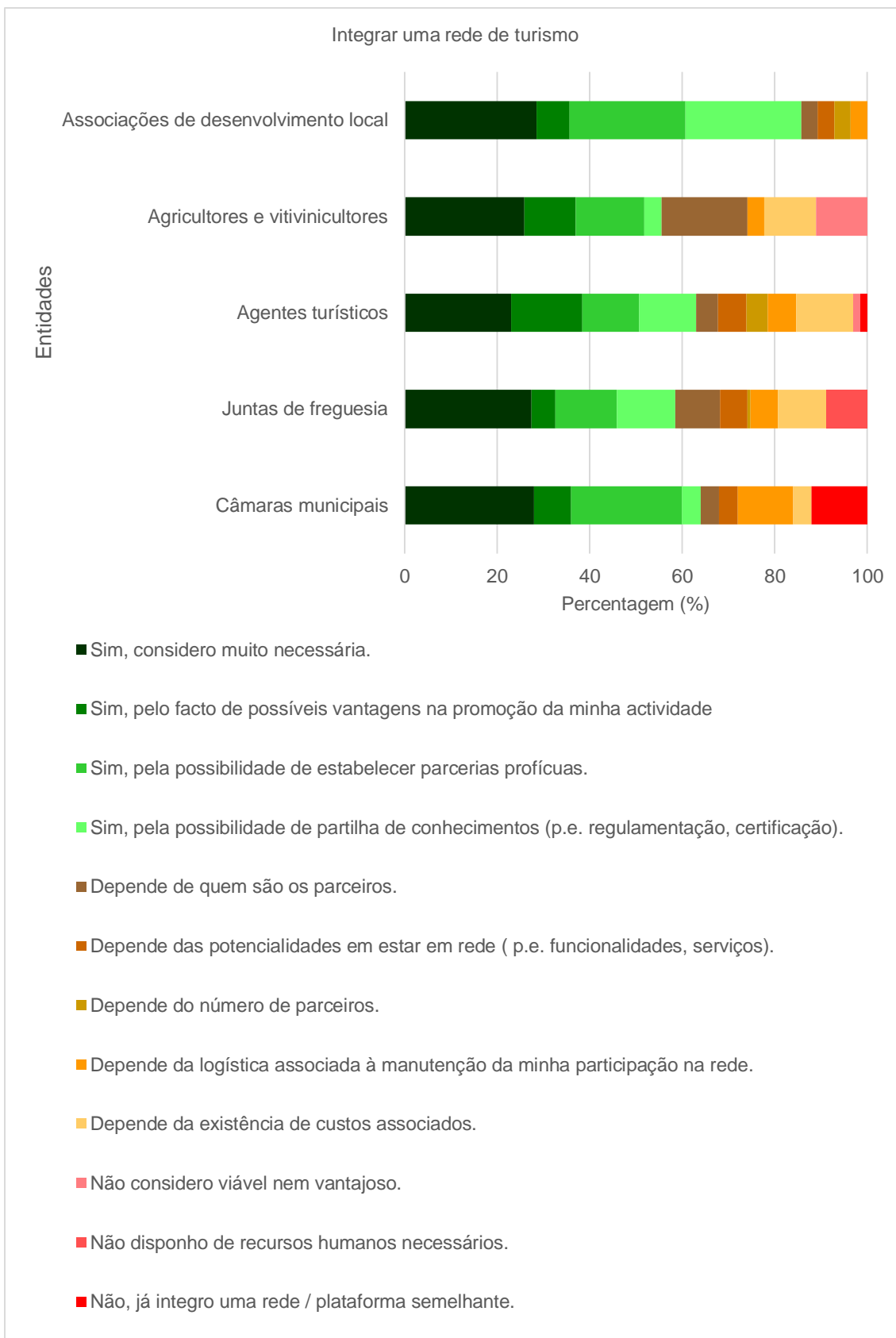


Figura 5.19 – Disponibilidade em integrar uma rede de turismo de todas as entidades.

As opiniões positivas são dominantes em relação à disponibilidade em integrar uma rede de turismo, Figura 5.19. Este resultado revela que as entidades reconhecem os benefícios do trabalho em rede, apesar de algumas condicionantes, tais como: a entidade dos parceiros e os custos associados.

As entidades classificaram a participação de agricultores e vitivinicultores na criação de uma rede de turismo para a região. Para esse efeito utilizou-se uma escala, onde: 1 = Muito negativo; 2 = Negativo; 3 = Indiferente; 4 = Positivo e 5 = Muito positivo.

Na região em estudo existe um elevado número de agricultores e vitivinicultores. As opiniões positivas são dominantes em relação à participação de agricultores e vitivinicultores na criação de uma rede de turismo para a região. Há consenso nas respostas entre entidades e em cada entidade, Figura 5.20. Este resultado demonstra a importância atribuída aos agricultores e vitivinicultores, da região em estudo, por todas as entidades.

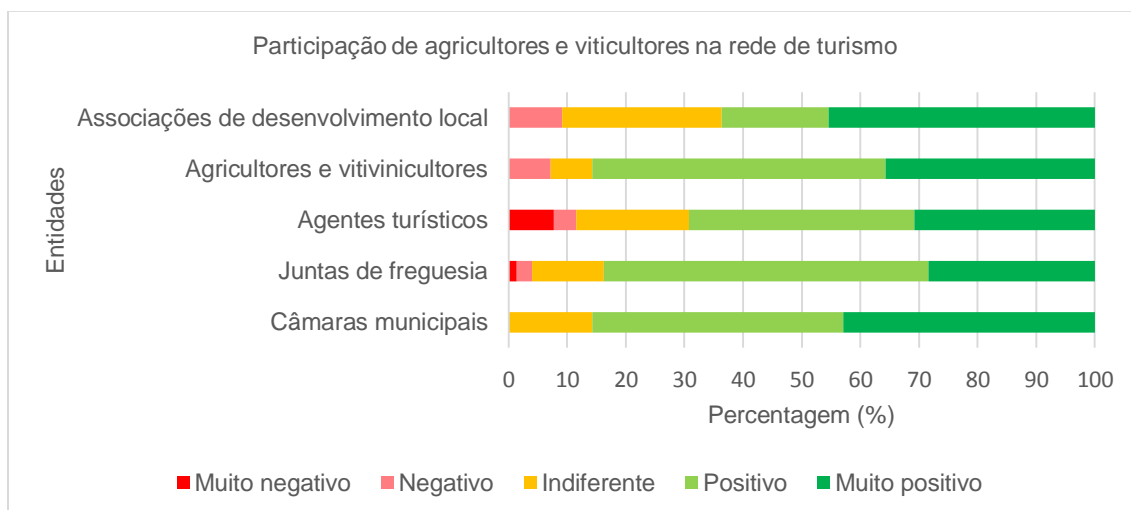


Figura 5.20 – Importância atribuída à participação de agricultores e vitivinicultores na rede de turismo.

5.2.5. Efeitos de uma rede de turismo

As entidades indicaram quais os efeitos esperados de uma rede de turismo. Para esse efeito utilizou-se uma escala, onde: 1 = Muito negativo; 2 = Negativo; 3 = Indiferente; 4 = Positivo e 5 = Muito positivo.

As opiniões positivas são dominantes em relação ao efeito esperado de uma rede de turismo na criação de emprego local. Há consenso nas respostas entre as entidades e de cada entidade,

Figura 5.21. Este resultado demonstra a importância atribuída ao trabalho em rede, no sector do turismo, para a criação de emprego local.

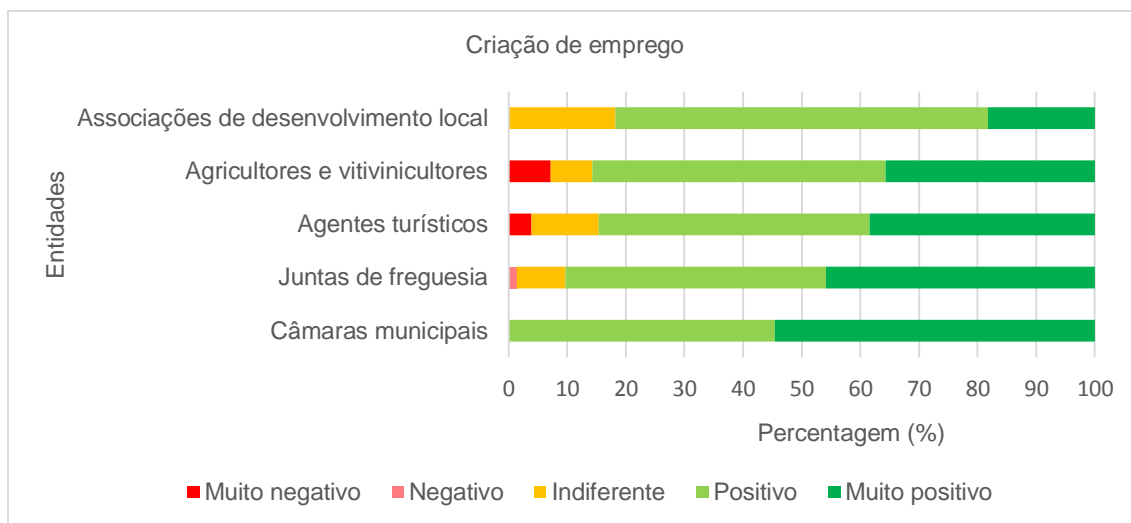


Figura 5.21 – Efeito esperado por todas as entidades da rede de turismo referente à criação de emprego local.

As opiniões positivas são dominantes em relação ao efeito esperado de uma rede de turismo na diminuição do despovoamento. Há consenso nas respostas entre as entidades e de cada entidade, Figura 5.22. Este resultado demonstra a importância atribuída ao trabalho em rede, no sector do turismo, para a diminuição do despovoamento na região em estudo.

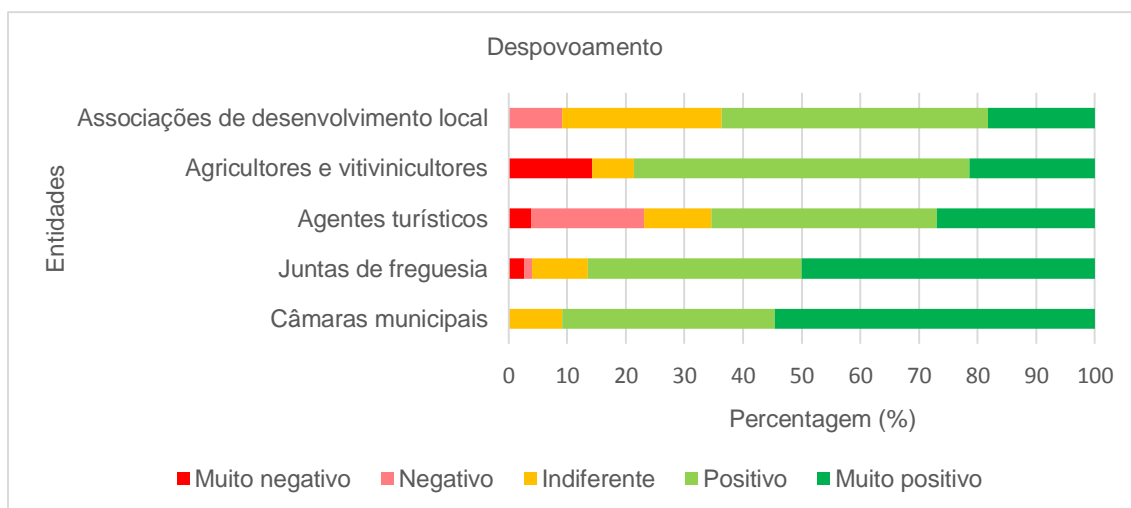


Figura 5.22 - Efeito esperado por todas as entidades da rede de turismo referente à diminuição do despovoamento.

As opiniões positivas são dominantes em relação ao efeito esperado de uma rede de turismo no contributo para a melhoria do rendimento médio das famílias. Há consenso nas respostas entre

as entidades e de cada entidade, Figura 5.23. Este resultado demonstra a importância atribuída ao trabalho em rede, no sector do turismo, para a melhoria do rendimento mensal médio na região em estudo.

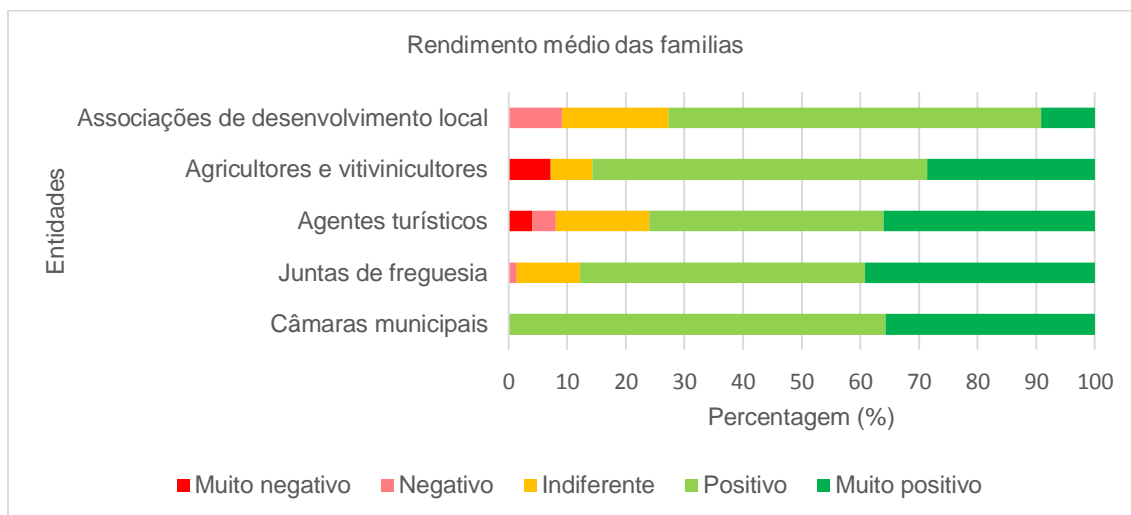


Figura 5.23 - Efeito esperado por todas as entidades da rede de turismo referente ao contributo para a melhoria do rendimento médio das famílias.

As opiniões positivas são dominantes em relação ao efeito esperado de uma rede de turismo no contributo para o aumento do número de visitantes. Há consenso nas respostas entre as entidades e de cada entidade, Figura 5.24. Este resultado demonstra que todas as entidades reconhecem que o trabalho em rede, no sector do turismo, tem capacidade para aumentar o número de visitantes na região em estudo.

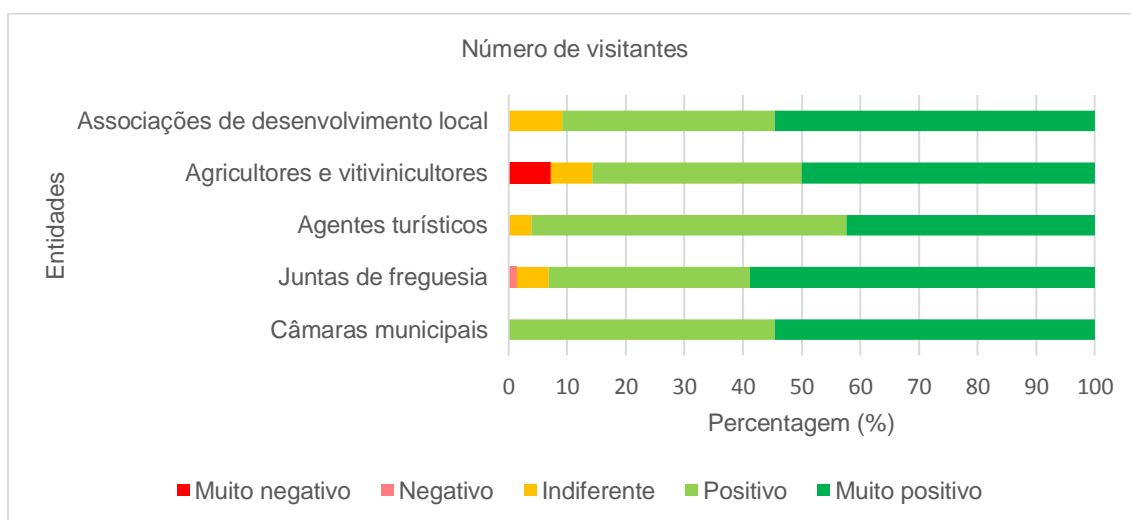


Figura 5.24 - Efeito esperado por todas as entidades da rede de turismo referente ao número de visitantes.

As opiniões positivas são dominantes em relação ao efeito esperado de uma rede de turismo na divulgação dos produtos da região. Há consenso nas respostas entre as entidades e de cada entidade, Figura 5.25. Contudo, os agricultores e vitivinicultores, ainda que numa percentagem não significativa, consideram que uma rede de turismo pode ter efeitos muito negativos na divulgação dos produtos da região. Este resultado demonstra que todas as entidades reconhecem que o trabalho em rede, no sector do turismo, é importante na divulgação dos produtos da região.

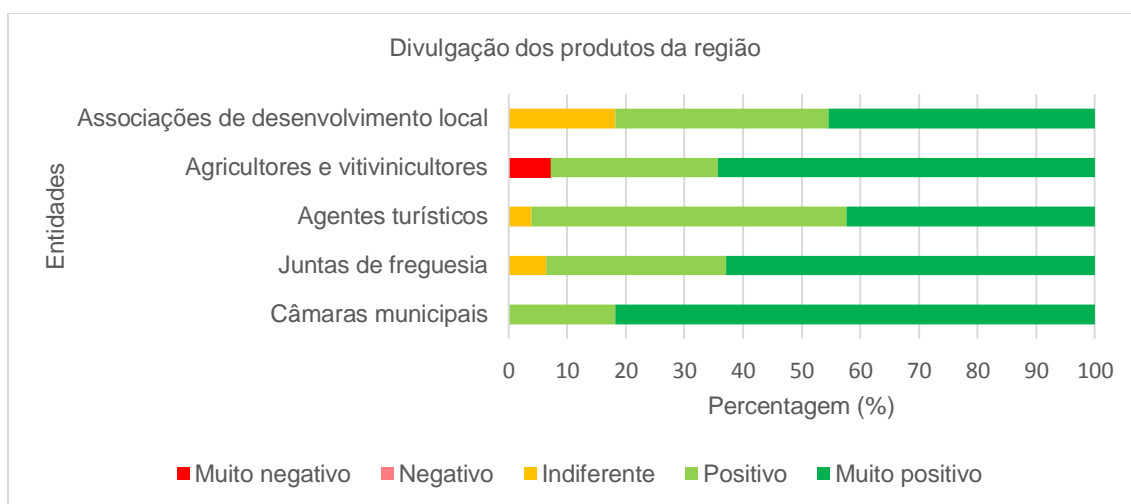


Figura 5.25 - Efeito esperado por todas as entidades da rede de turismo referente à divulgação dos produtos da região.

Na generalidade há consenso nas respostas. Este resultado evidencia a opinião das entidades em relação a uma rede de turismo. Todas reconhecem os benefícios que podem surgir do trabalho em rede para o desenvolvimento da região (Anexo XIV: Tabela XIV.2).

5.2.6. Importância dos atrativos turísticos

As entidades classificaram a importância dos atrativos turísticos para o desenvolvimento turístico. Para esse efeito utilizou-se uma escala, onde: 1 = Sem importância; 2 = Pouco importante; 3 = Médio 4 = Importante e 5 = Muito importante.

As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída ao acolhimento convencional como atrativo turístico. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.26. Este resultado demonstra que todas as entidades reconhecem a importância do acolhimento convencional como atrativo turístico para a região em estudo.

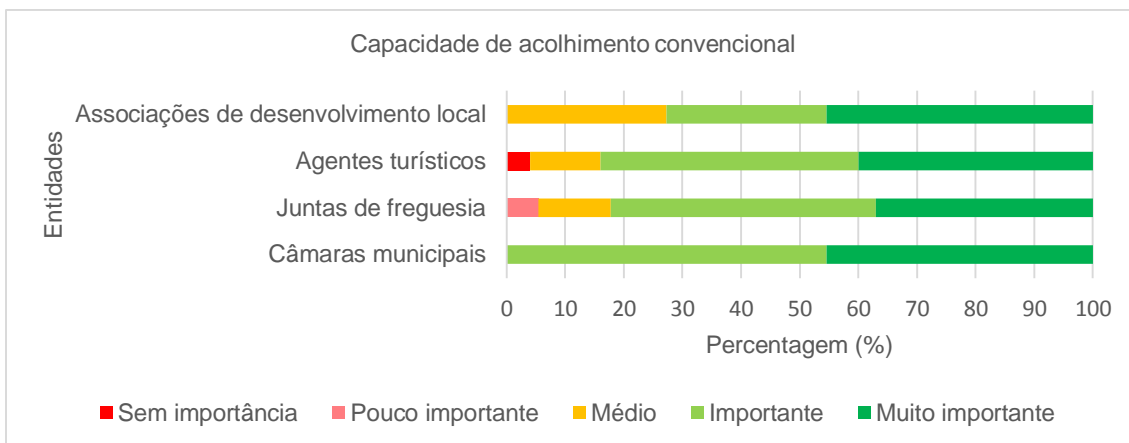


Figura 5.26 – Importância atribuída à capacidade de acolhimento convencional por todas as entidades.

As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída ao acolhimento alternativo como atrativo turístico. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.27. Este resultado demonstra que todas as entidades reconhecem a importância do acolhimento alternativo (p.e. hostel) como atrativo turístico para a região em estudo.

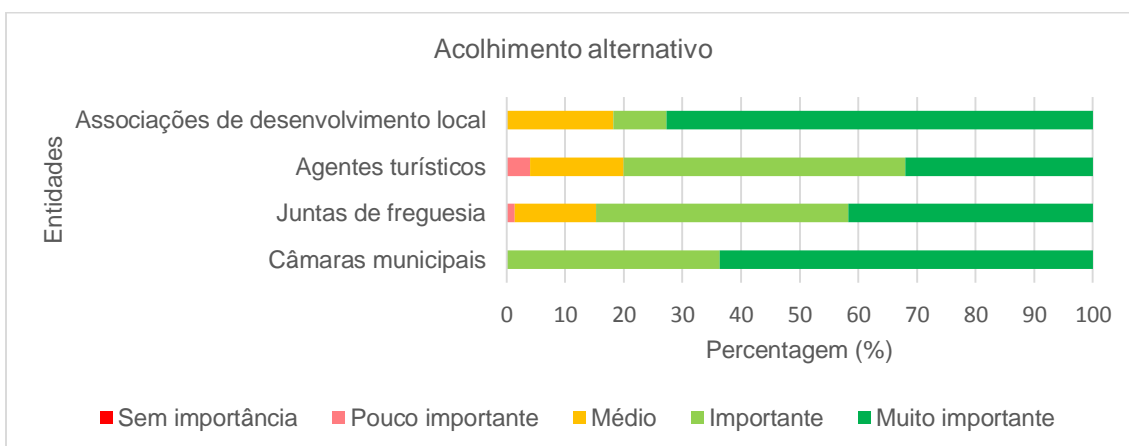


Figura 5.27 - Importância atribuída à capacidade de acolhimento alternativo por todas as entidades.

Na região em estudo a gastronomia, é uma característica endógena, muito valorizada. As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída à gastronomia como atrativo turístico. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.28. Este resultado demonstra que todas as entidades reconhecem e valorizam a gastronomia como atrativo turístico para a região em estudo.

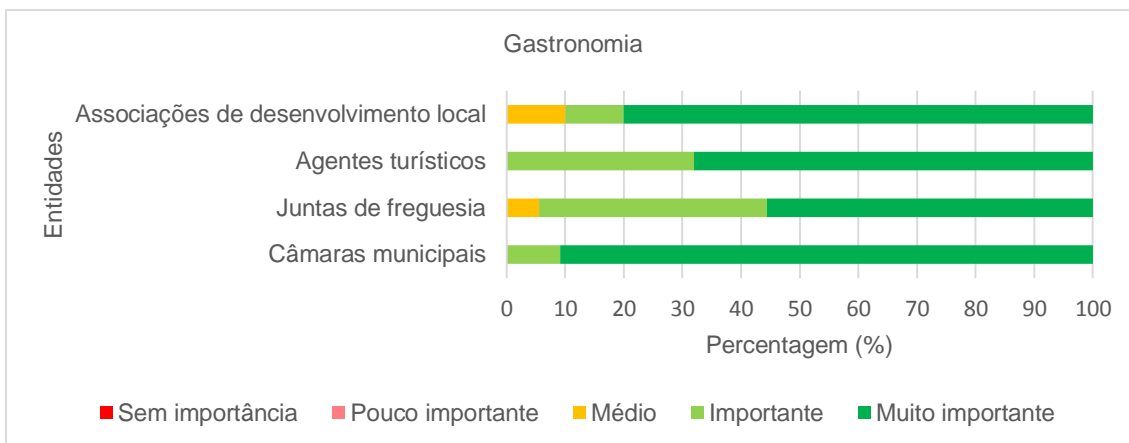


Figura 5.28 - Importância atribuída à gastronomia por todas as entidades.

A região em estudo é uma região vinícola de excelência mundial, em que se produzem vinhos com características únicas. As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída ao Enoturismo. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.29. Este resultado demonstra que todas as entidades reconhecem e valorizam o Enoturismo como atrativo turístico para a região em estudo.

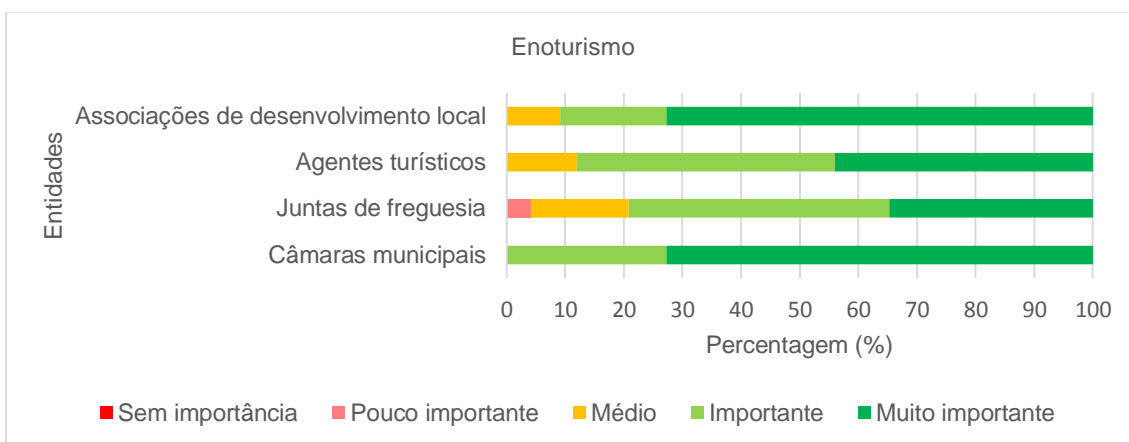


Figura 5.29 - Importância atribuída ao enoturismo por todas as entidades.

As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída a atrações únicas como atrativo turístico. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.30. Este resultado demonstra que todas as entidades reconhecem a importância de atrações únicas (p.e. linha do Tua; gravuras de Foz Côa) como atrativo turístico para a região em estudo.

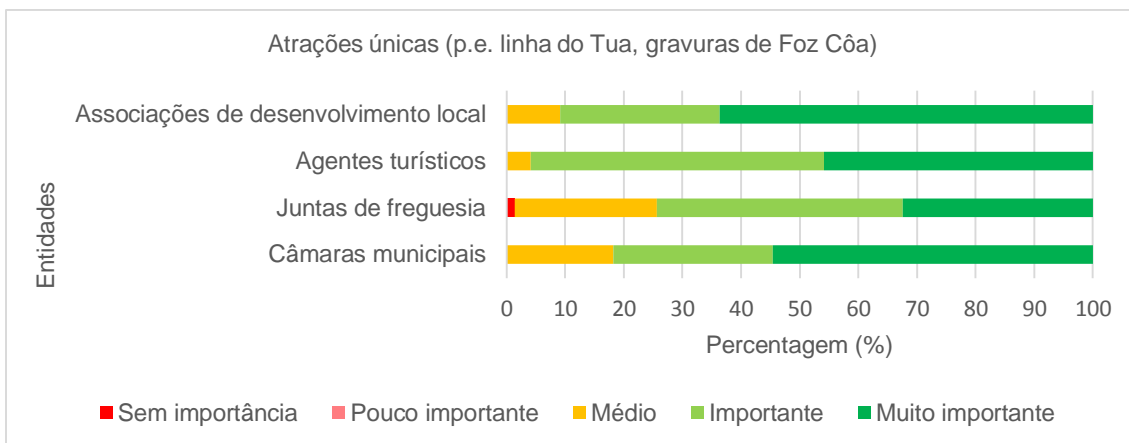


Figura 5.30 - Importância atribuída às atrações únicas por todas as entidades.

A região em estudo, o Douro, é caracterizada pela sua paisagem humanizada (p.e. terraços de vinha). As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída à paisagem humanizada como atrativo turístico. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.31. Este resultado demonstra que todas as entidades reconhecem a importância da paisagem humanizada como atrativo turístico para a região em estudo.

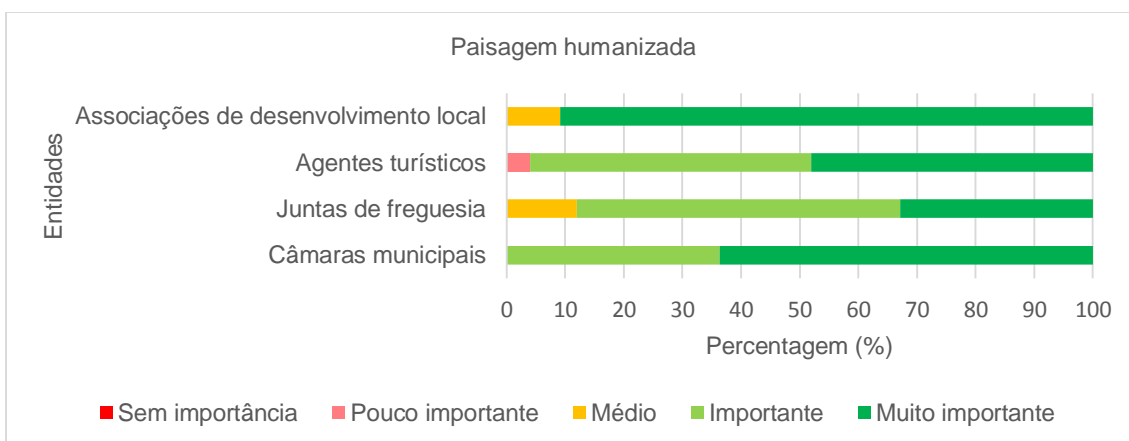


Figura 5.31 - Importância atribuída à paisagem humanizada por todas as entidades.

A região em estudo apresenta paisagens de rara beleza natural e rural. As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída à paisagem natural como atrativo turístico. Há consenso nas respostas entre as entidades e de cada entidade, Figura 5.32. Este resultado demonstra que todas as entidades reconhecem a importância da paisagem natural como atrativo turístico para a região em estudo.

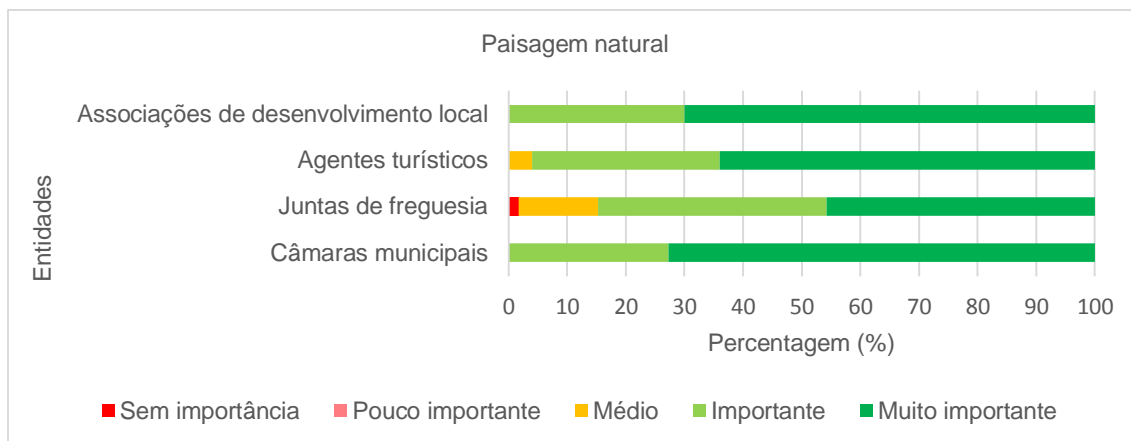


Figura 5.32 - Importância atribuída à paisagem natural por todas as entidades.

Na região em estudo existem zonas que integram a lista de Sítios da Rede Natura 2000, englobando também parques naturais (Parque Natural do Douro Internacional, Parque Natural de Montesinho, Parque Natural do Alvão), bem como a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo. As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída à observação de fauna e flora selvagem e património geológico. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.33. Este resultado demonstra que todas as entidades reconhecem a importância de observação de fauna e flora selvagem e património geológico como atrativo turístico para a região em estudo.

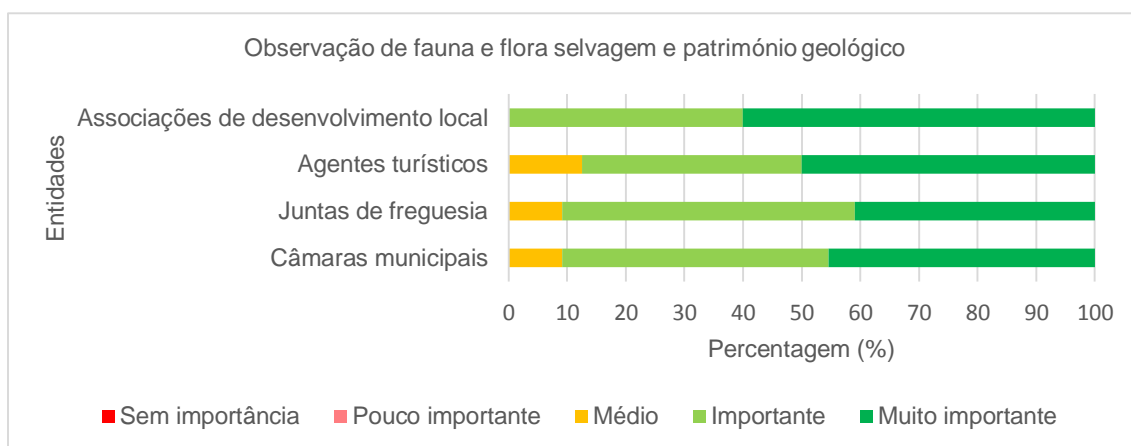


Figura 5.33 - Importância atribuída à observação de fauna e flora selvagem e património geológico por todas as entidades.

As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída ao desporto de águas bravas (p.e. canoagem, rafting, canyoning) como atrativo turístico. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.34. Este resultado demonstra que todas as entidades reconhecem a importância de desporto de águas bravas como atrativo turístico para a região em estudo.

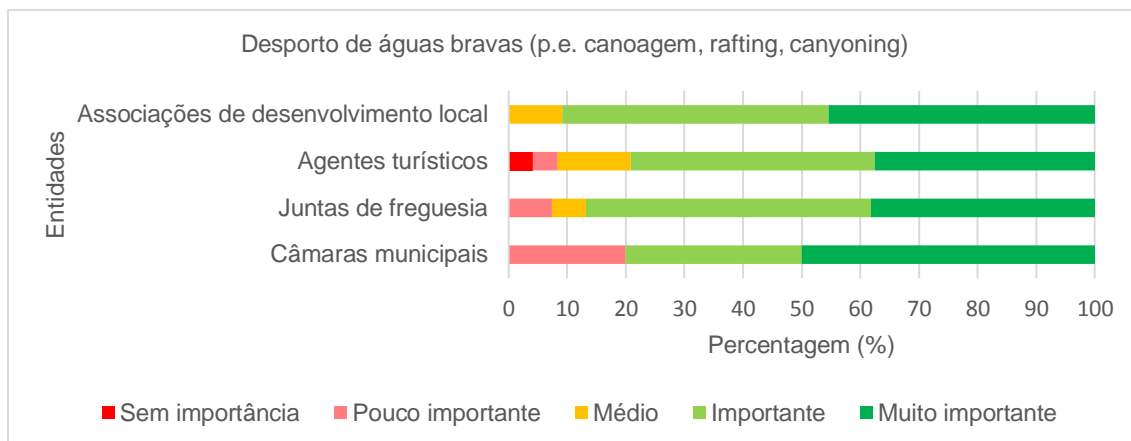


Figura 5.34 - Importância atribuída ao desporto de águas bravas por todas as entidades.

As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída a outros desportos de natureza (p.e. BTT, caminhadas) como atrativo turístico. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.35. Este resultado demonstra que todas as entidades reconhecem a importância de outros desportos de natureza como atrativo turístico para a região em estudo.

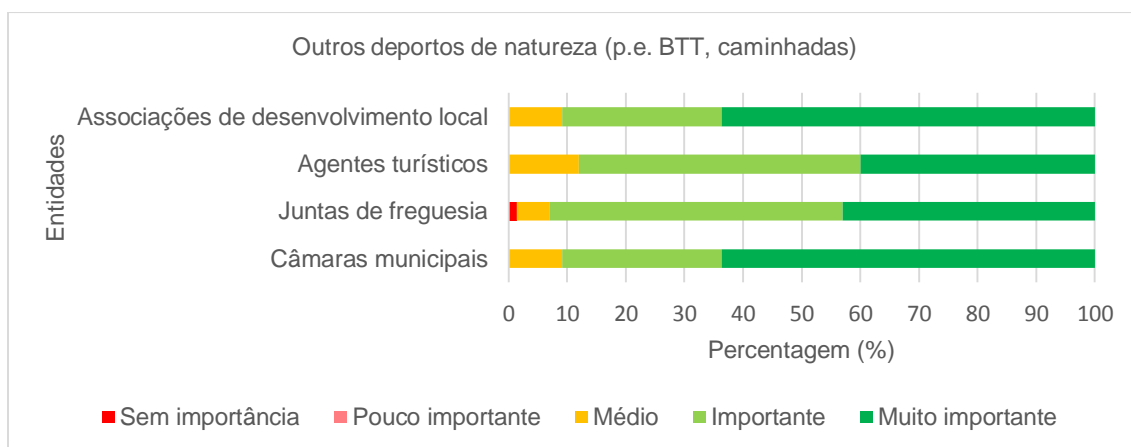


Figura 5.35 - Importância atribuída a outros desportos de natureza por todas as entidades.

Na região em estudo existem muitas praias fluviais. As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída à existência de praias fluviais como atrativo turístico. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.36. Este resultado demonstra que todas as entidades valorizam a existência de praias fluviais como atrativo turístico para a região em estudo.

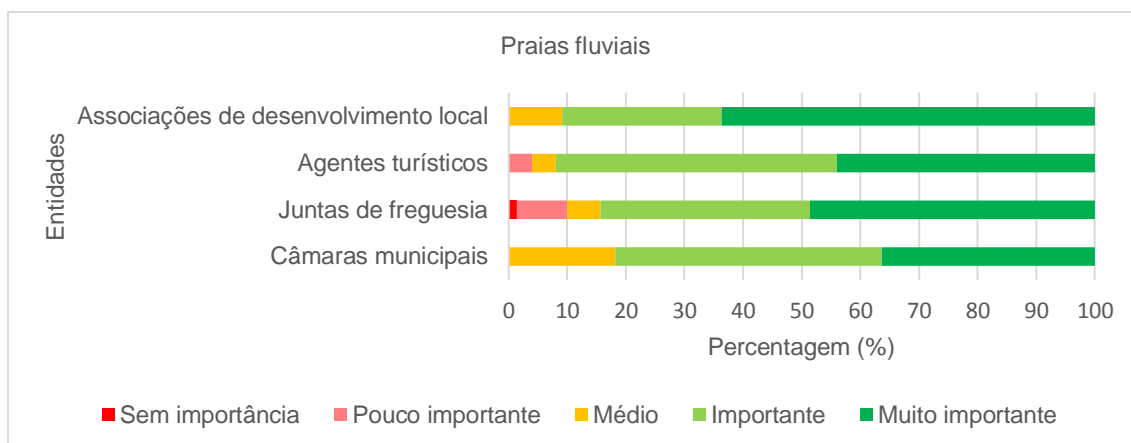


Figura 5.36 - Importância atribuída às praias fluviais por todas as entidades.

As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída ao desporto motorizado como atrativo turístico. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.37. Este resultado demonstra que todas as entidades valorizam a existência de desporto motorizado (p.e. todo o terreno, motonáutica) como atrativo turístico para a região em estudo.

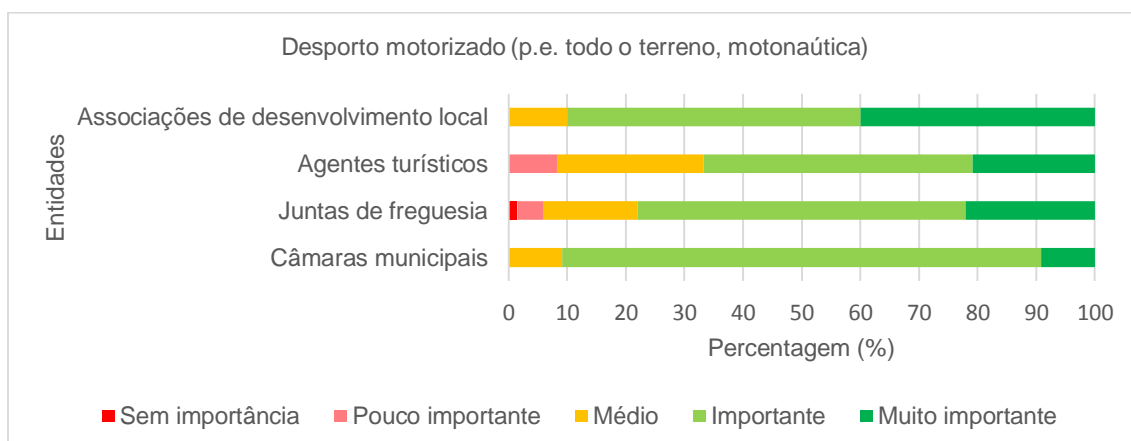


Figura 5.37 - Importância atribuída ao desporto motorizado por todas as entidades.

As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída a eventos culturais urbanos (p.e. festas, mercados, concertos) como atrativo turístico. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.38. Este resultado demonstra que todas as entidades valorizam a existência de eventos culturais urbanos como atrativo turístico para a região em estudo.

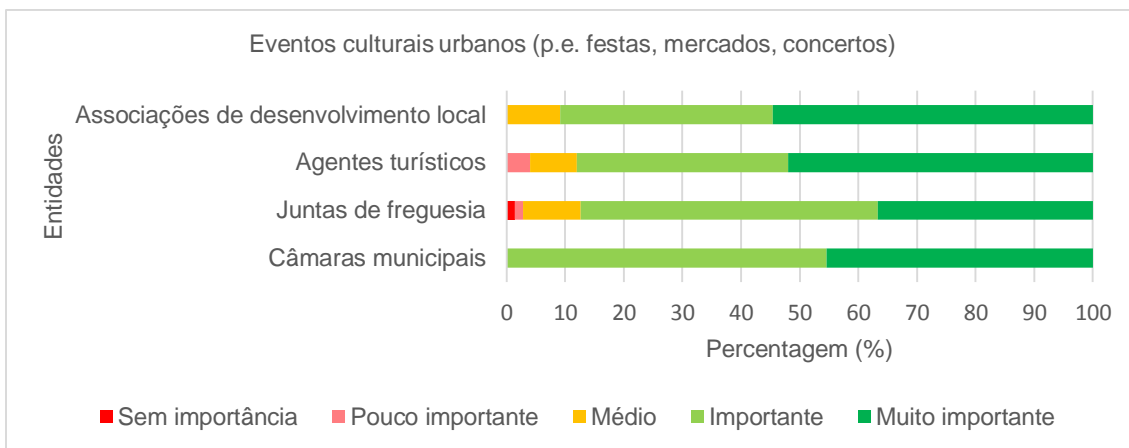


Figura 5.38 - Importância atribuída a eventos culturais urbanos por todas as entidades.

As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída às infraestruturas culturais (p.e. Museu de Foz Côa) como atrativo turístico. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.39. As juntas de freguesia, ainda que numa percentagem são significativa, são a única entidade que desvaloriza a existência destas infraestruturas. Este resultado demonstra que todas as entidades valorizam a existência de infraestruturas culturais como atrativo turístico para a região em estudo.

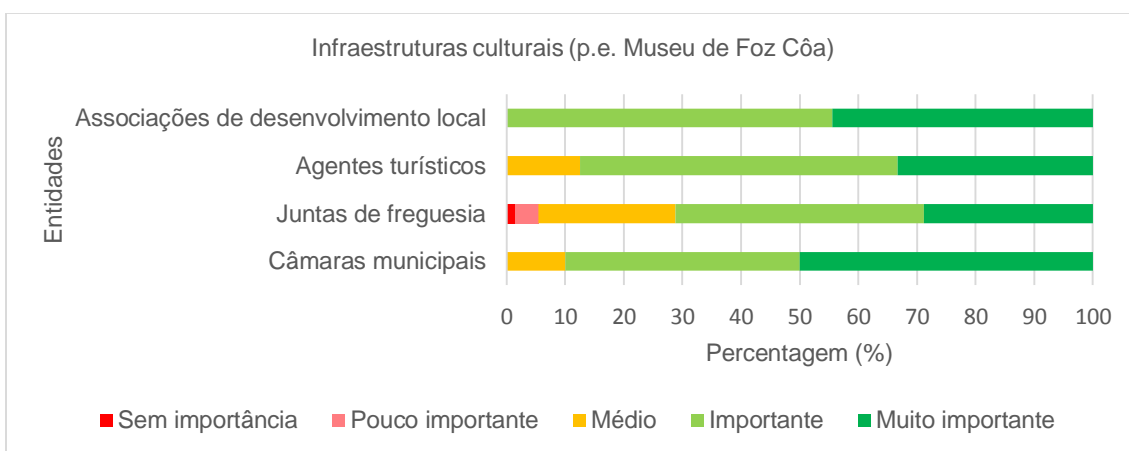


Figura 5.39 - Importância atribuída às infra-estruturas culturais por todas as entidades.

As opiniões positivas são dominantes em relação à importância atribuída à existência de atrações diversificadas como atrativo turístico. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade, Figura 5.40. As juntas de freguesia, ainda que numa percentagem são significativa, são a única entidade que desvaloriza a sua existência. Este resultado demonstra que todas as entidades valorizam a existência de atrações diversificadas como atrativo turístico para a região em estudo.

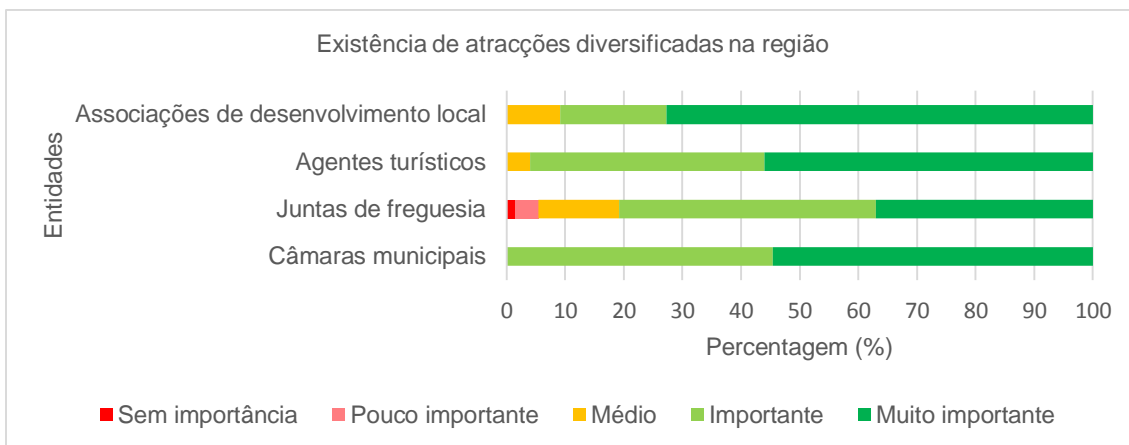


Figura 5.40 - Importância atribuída à existência de atrações diversificadas na região por todas as entidades.

Na generalidade há consenso nas respostas. Contudo, gastronomia, observação de fauna e flora selvagem e património geológico são os atrativos turísticos mais valorizados na região em estudo por todas as entidades (Anexo XIV: Tabela XIV.3).

5.2.7. Apoios

As entidades classificaram os apoios recebidos de diferentes entidades. Para esse efeito utilizou-se uma escala, onde: 1 = Inexistente; 2 = Pouco presente; 3 = Indiferente; 4 = Presente e 5 = Muito presente.

As opiniões negativas são dominantes em relação ao apoio recebido por parte da autarquia, exceto da parte das associações de desenvolvimento local, Figura 5.41. Contudo, é notória a falta de apoio por parte das autarquias às entidades.

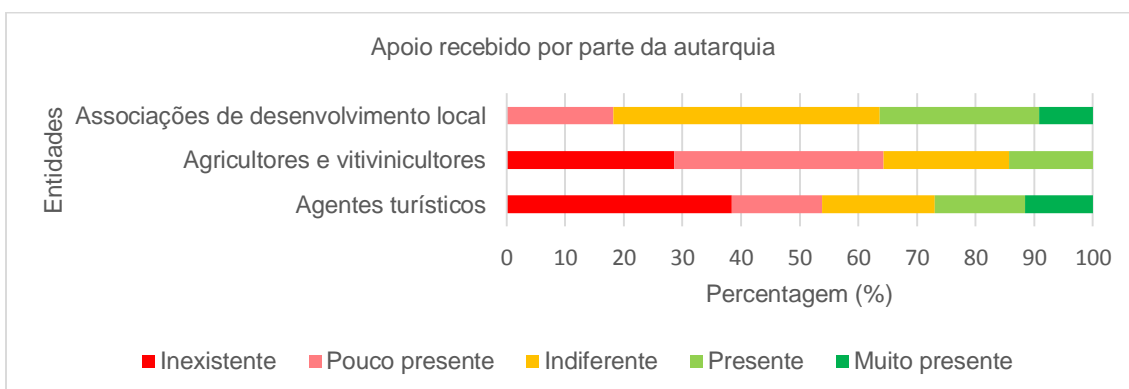


Figura 5.41 – Apoio recebido pelas associações de desenvolvimento local, agricultores e vitivinicultores e agentes turísticos por parte das autarquias.

As opiniões negativas são dominantes em relação ao apoio recebido por parte do Turismo de Portugal, Figura 5.42. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade. É notória a falta de apoio por parte das autarquias às entidades.

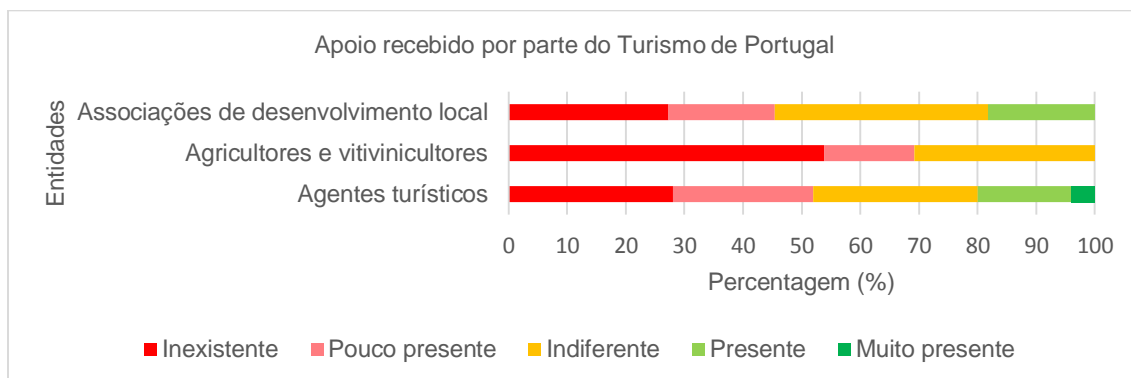


Figura 5.42 - Apoio recebido pelas associações de desenvolvimento local, agricultores e vitivincultores e agentes turísticos por parte do Turismo de Portugal.

As opiniões negativas são dominantes em relação ao apoio recebido por parte da DGADR, Figura 5.43. É notória a falta de apoio por parte da DGADR aos agricultores e vitivincultores.

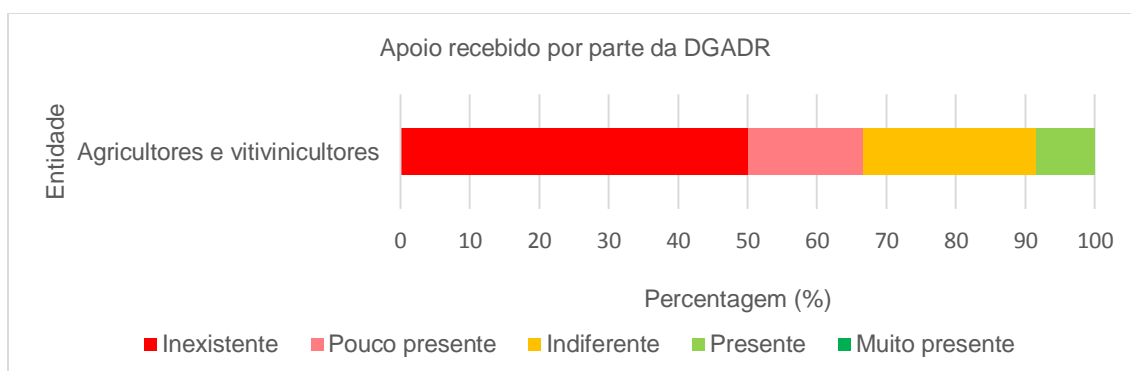


Figura 5.43 - Apoio recebido agricultores e vitivincultores por parte da DGADR.

O apoio prestado por parte autarquia, Turismo de Portugal e DGADR para as associações de desenvolvimento local, agentes turísticos, agricultores e vitivincultores é mínimo (Anexo XIV: Tabela XIV.4). Este resultado é um obstáculo ao desenvolvimento local na região em estudo.

5.2.8. Interação entre entidades

As entidades classificaram a interação entre si. Para esse efeito utilizou-se uma escala, onde: 1 = Inexistente; 2 = Pouco presente; 3 = Indiferente; 4 = Presente e 5 = Muito presente.

As opiniões negativas são dominantes em relação á interação de associações de desenvolvimento, agentes turísticos, agricultores e vitivinicultores com agentes turístico, Figura 5.44. Há consenso nas respostas entre as entidades e em cada entidade. É notória a falta de interação das entidades com agentes turísticos.

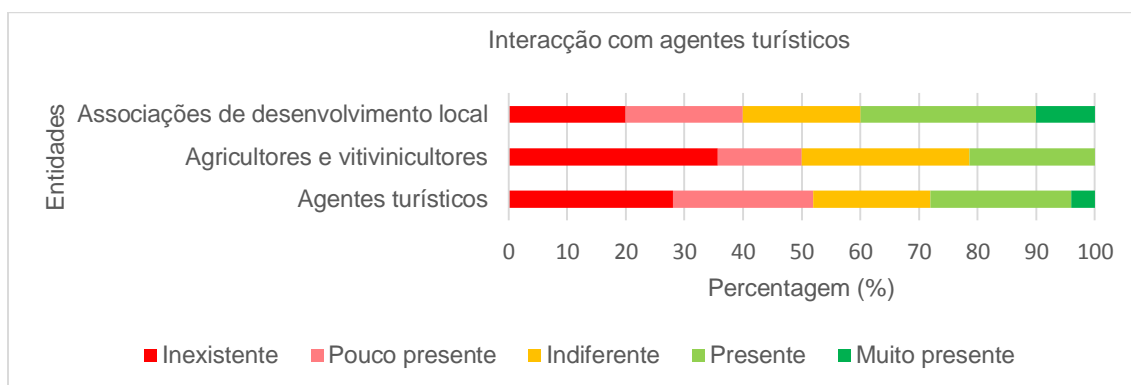


Figura 5.44 – Interação entre as entidades e agentes turísticos.

As opiniões negativas são dominantes em à interação de associações de desenvolvimento, agentes turísticos, agricultores e vitivinicultores com associações de desenvolvimento local, exceto da parte das associações de desenvolvimento local, Figura 5.45.

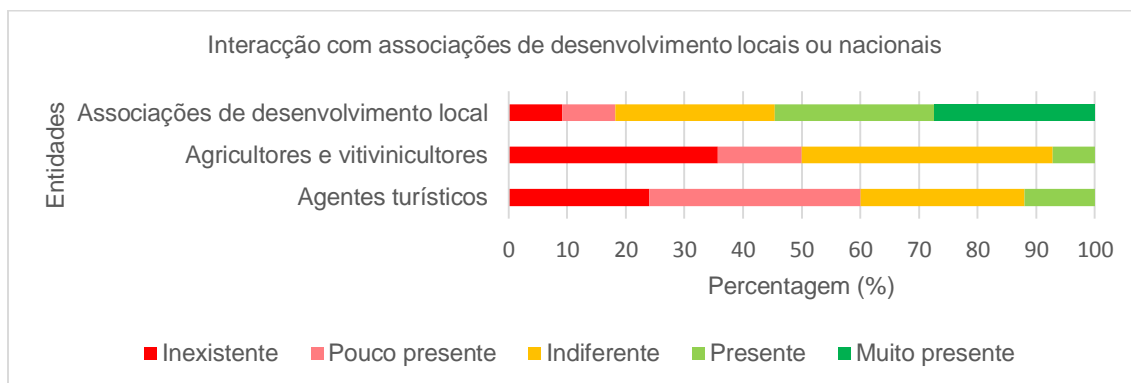


Figura 5.45 - Interação entre as entidades e associações de desenvolvimento locais ou nacionais.

As opiniões negativas são dominantes em relação à interação de associações de desenvolvimento, agentes turísticos, agricultores e vitivinicultores com agricultores e

vitivinicultores, Figura 5.46. É notória a falta de interação das entidades com agricultores e vitivinicultores.

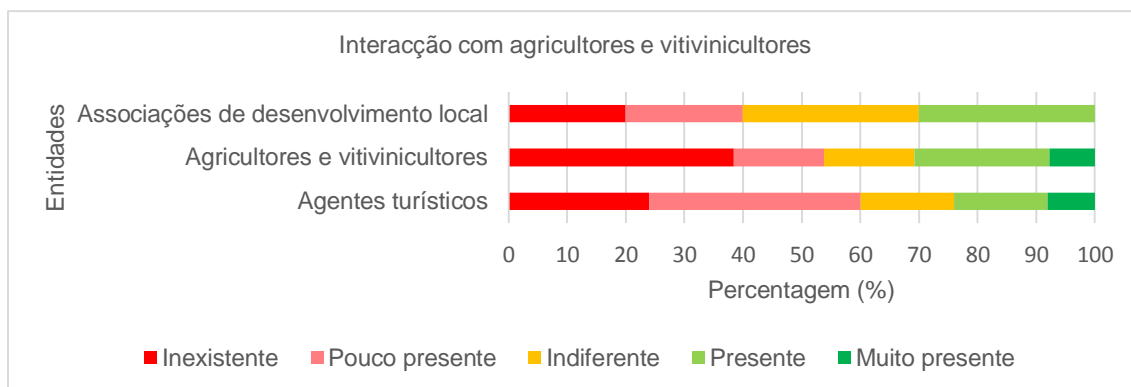


Figura 5.46 - Interacção entre as entidades e agricultores e vitivinicultores

Os resultados evidenciam a falta de interação entre entidades, o que pode ser um dos obstáculos ao desenvolvimento local (Anexo XIV: Tabela XIV.4).

5.2.9. Plano PENT

Na questão “Tem conhecimento do PENT?” as respostas positivas são dominantes em ambas as entidades, Figura 5.47. À questão “Alguma vez o consultou?” as repostas positivas são também dominantes, Figura 5.48.

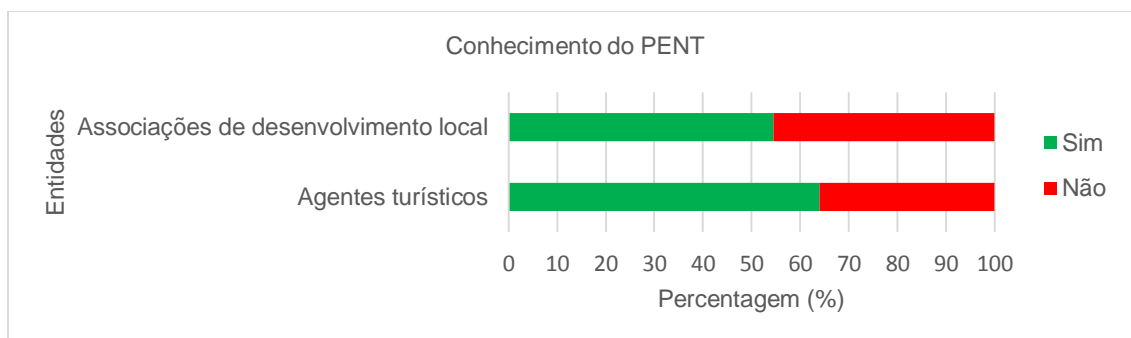


Figura 5.47 – Conhecimento do PENT por parte das associações de desenvolvimento local e os agentes turísticos.

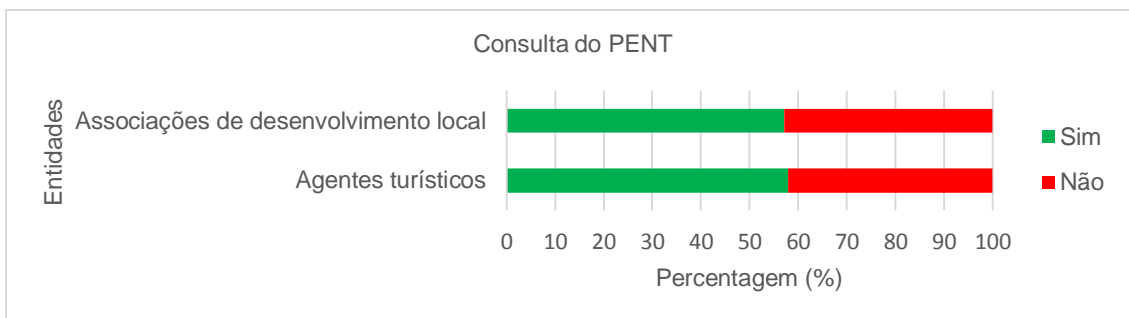


Figura 5.48 – Consulta do PENT por parte das associações de desenvolvimento local e agentes turísticos.

5.2.10. Desenvolvimento

Na questão “Existe um plano de desenvolvimento para a freguesia / município?” não há consenso nas respostas entre os agentes políticos, Figura 5.49.

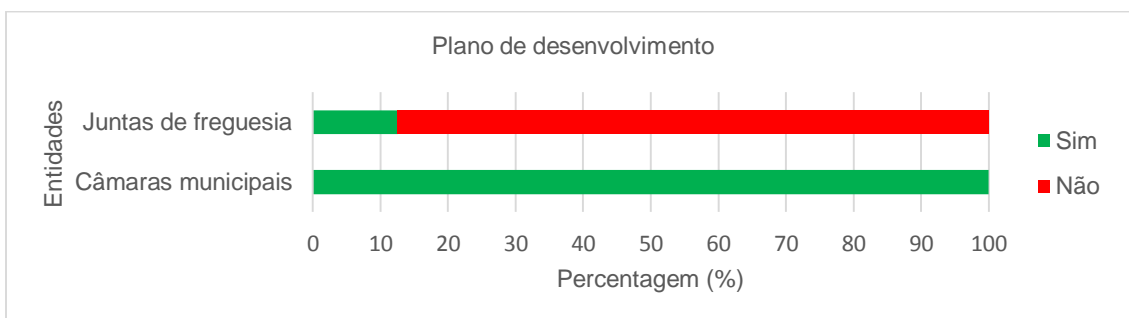


Figura 5.49 – Existência de um plano de desenvolvimento para a freguesia / município.

Os planos de desenvolvimento local nas freguesias e municípios da região em estudo, realçam a importância do turismo de natureza e cultural através da melhoria de infraestruturas e atividades desportivas e culturais, Figura 5.50.

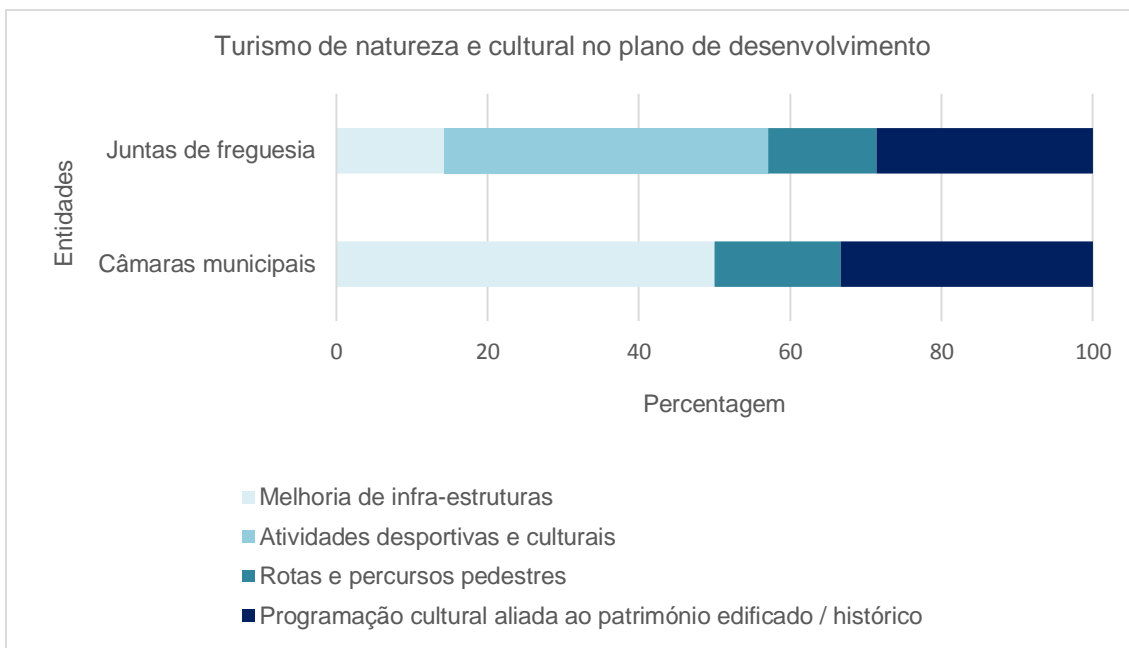


Figura 5.50 – Forma em que está equacionado o turismo de natureza e cultural no plano de desenvolvimento para a freguesia / município.

Os maiores obstáculos ao desenvolvimento local na região em estudo são, de acordo com os agentes políticos, o despovoamento e o desemprego, Figura 5.51.

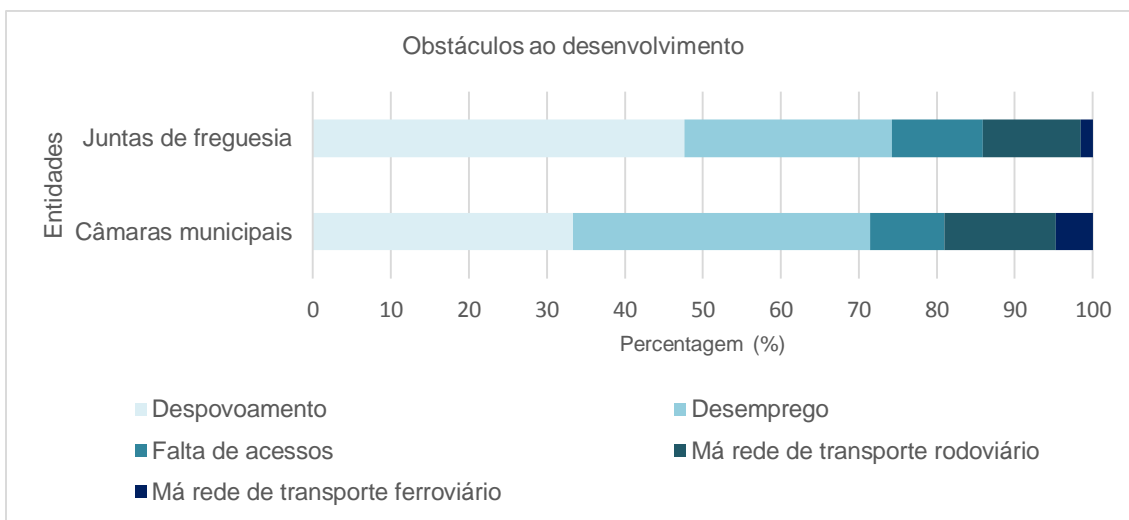


Figura 5.51 – Obstáculos ao desenvolvimento local identificados por freguesia / município.

As respostas positivas são dominantes em relação à potencialidade interna para o desenvolvimento local das freguesias e municípios, Figura 5.52.

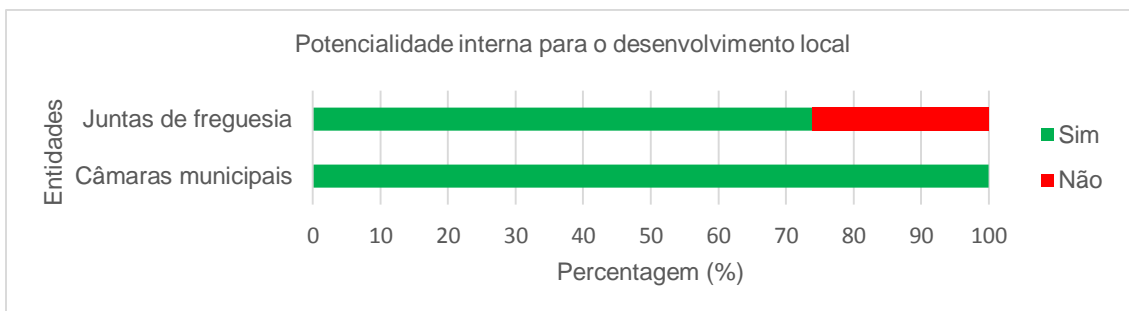


Figura 5.52 – Potencialidade interna para o desenvolvimento local por freguesia / município.

As juntas de freguesia que não têm potencialidade interna para o desenvolvimento local é devido à falta de recursos financeiros, falta de bens materiais, necessidade de apoio externo e à população envelhecida, Figura 5.53.

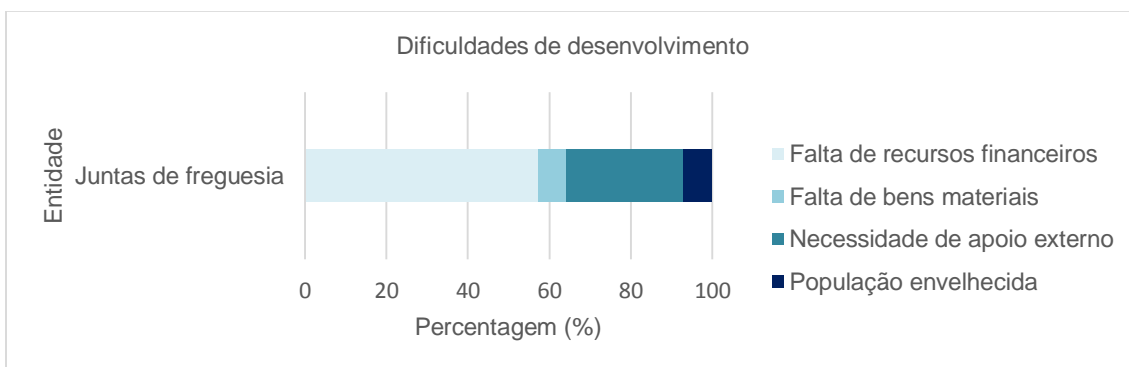


Figura 5.53 – Motivos pelos quais as freguesias não têm potencialidade interna para o desenvolvimento local.

Na questão "Há a necessidade de cooperar com outras entidades para o desenvolvimento local?", as respostas positivas são dominantes entre os agentes políticos, Figura 5.54. No entanto não há consenso na seleção das entidades a cooperar, Figura 5.55.

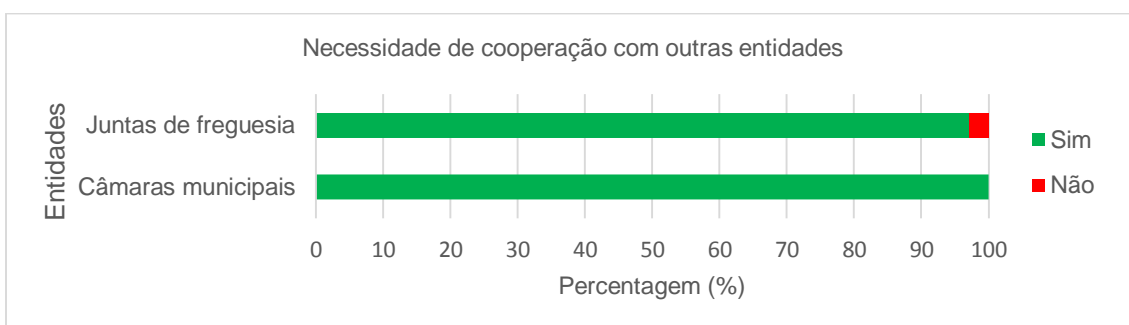


Figura 5.54 – Necessidade de cooperação com outras entidades para o desenvolvimento local de freguesias / municípios.

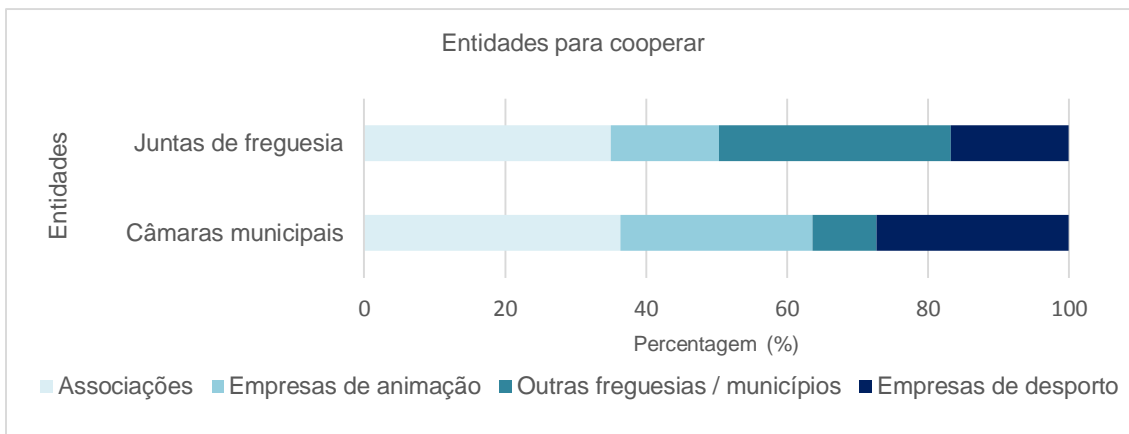


Figura 5.55 – Seleção de entidades para cooperar para o desenvolvimento local em freguesias / municípios.

A opção estratégica de desenvolvimento nas freguesias e municípios da região em estudo será, de acordo com os agentes políticos, assente na atividade turística e cultural bem como na agricultura, Figura 5.56.

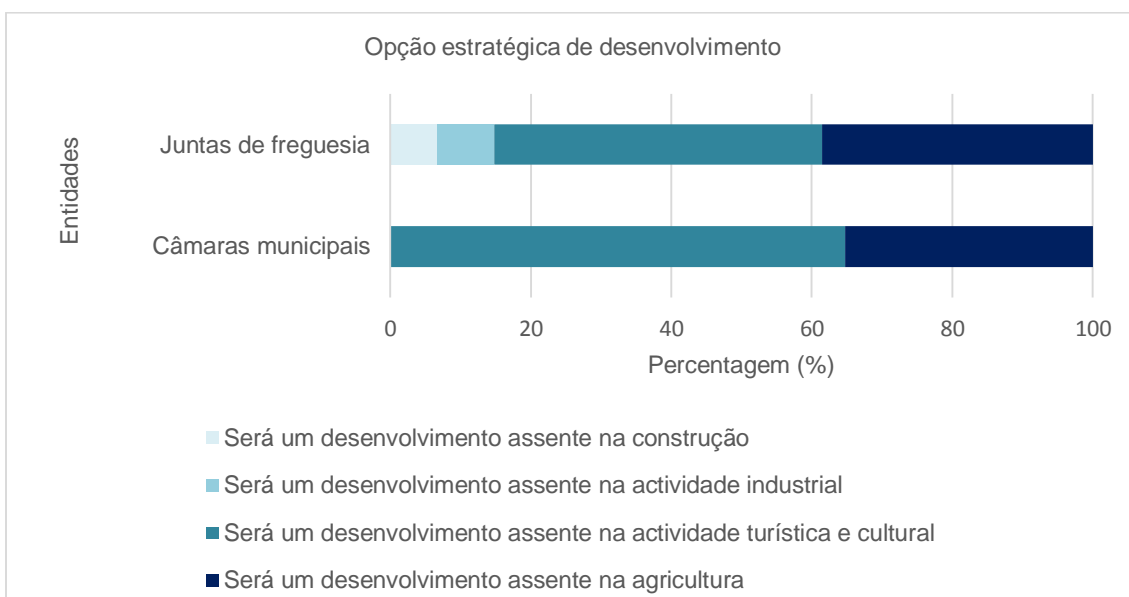


Figura 5.56 – Opção estratégica de desenvolvimento de freguesias / municípios.

As atividades promovidas pelos agentes políticos no sentido da dinamização do turismo de natureza são, na sua maioria, melhoria das instalações ou equipamentos, Figura 5.57.

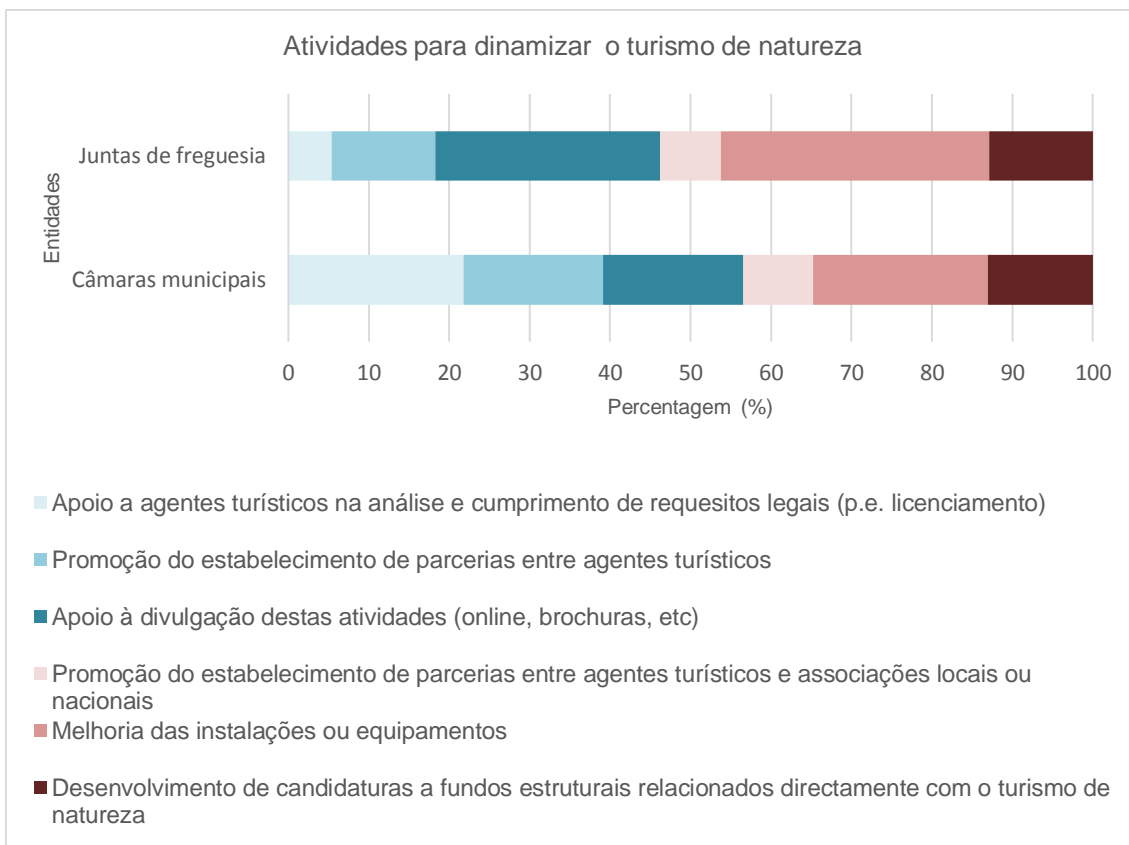


Figura 5.57 – Atividades promovidas por freguesias / municípios para dinamizar o turismo de natureza.

5.3. Sugestão de desenvolvimento

Na questão “Que sugestões faria para desenvolver a sua região?”. Há consenso nas respostas entre entidades mas não o há em cada entidade. No entanto todas as entidades sugeriram “Aposta no turismo” para desenvolver a sua região, Figura 5.58.

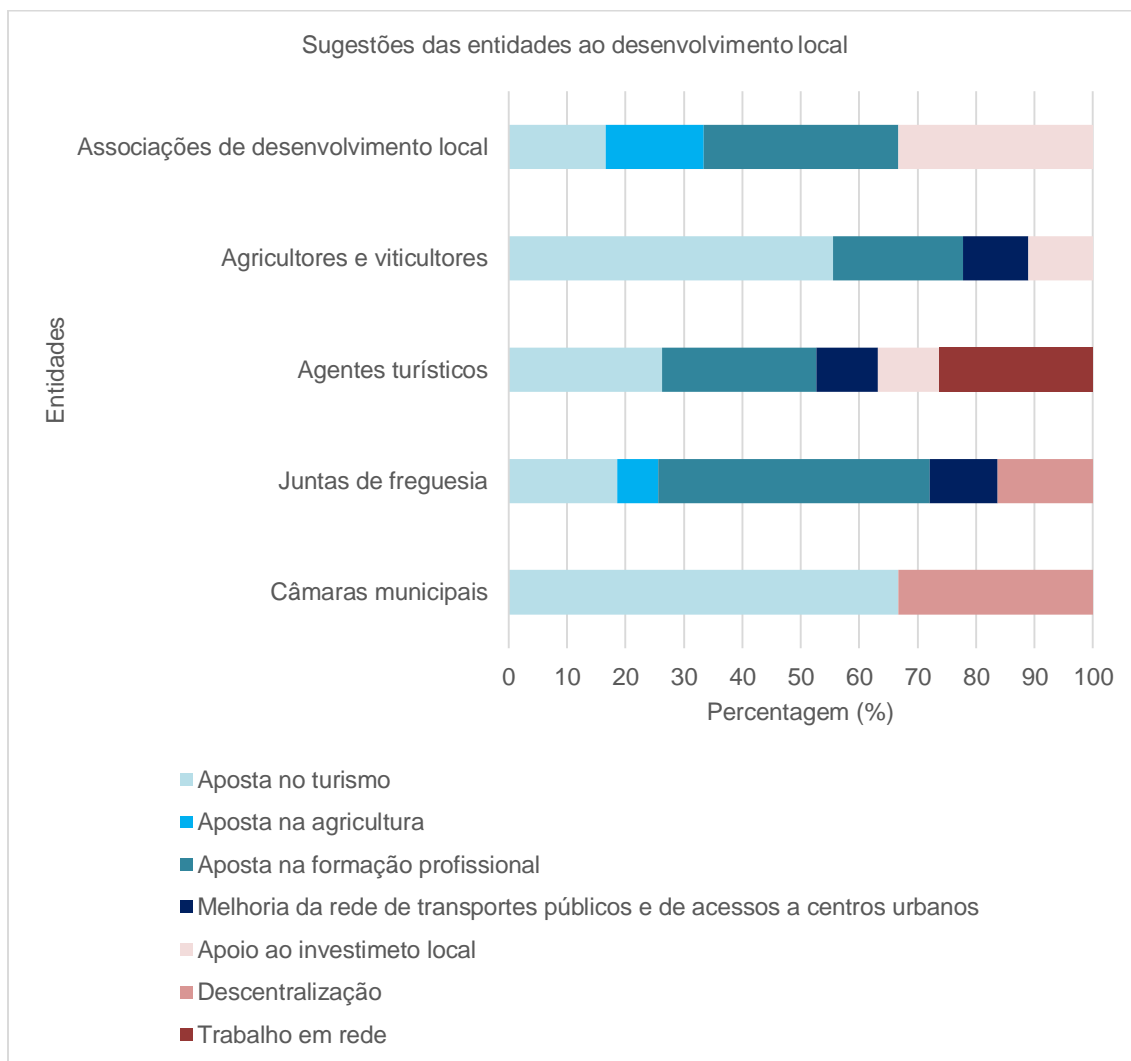


Figura 5.58 - Sugestões de todas as entidades ao desenvolvimento local na região em estudo.

5.4. Análise SWOT

Com o objetivo de avaliar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da região Trás-os-Montes e Alto Douro, procedeu-se à elaboração de uma matriz SWOT (Tabela 5.2 e Tabela 5.3).

Os dados que permitiram a elaboração da matriz resultam de entrevistas e inquéritos a agentes políticos, agentes turísticos, associações de desenvolvimento, agricultores e vitivicultores. Refletem a opinião que estes têm dos valores intrínsecos e extrínsecos à região.

Tabela 5.2 – Tabela com a análise SWOT, Forças e Fraquezas.

FORÇAS e FRAQUEZAS	Inquéritos					Reuniões				
	CM	JF	AT	AV	ADL	CM	JF	AT	AV	ADL
Evolução demográfica	2,7	2,2	2,2	2,1	2,4					
Rendimento médio mensal	2,3	2,3	2,4	2,1	2,8					
Taxa de desemprego	2,2	2,0	2,4	2,6	2,2					
Idade da população	3,0	3,3	2,4	2,1	2,0					
Acesso a serviços de saúde	2,8	2,6	2,2	2,4	2,1					
Acesso a serviços de educação	3,8	3,0	2,5	2,7	3,0					
Acesso a serviços culturais	3,8	2,6	2,5	2,4	3,4					
Acesso a outros serviços públicos	3,6	3,1	3,1	3,1	3,7					
Paisagem natural	4,3	4,3	4,2	4,5	4,0					
Paisagem humanizada	4,0	4,3	4,3	4,1	4,3					
Património cultural	4,1	4,0	3,8	4,1	4,2					
Agricultura	4,3	4,0	3,7	4,0	3,8					
Produtos da região	4,8	4,6	4,4	4,4	4,3					
Rede de transportes públicos										
Articulação entre entidades			2,4	2,3	3,1					
Qualidade da água dos rios										
Profissionais especializado										
Aldeias abandonadas										
Divulgação dos produtos locais										
Funcionamento dos postos de turismo										
Apoio do poder local			2,5	2,2	3,3					
Vinhas abandonadas										
Infraestruturas TER										
Rios em estado livre										

CM	Câmaras municipais	JF	Juntas de freguesia	AG	Agentes turísticos
AV	Agricultores e vitivicultores	ADL	Associações de desenvolvimento local		

Média					
1	Muito Insatisfeito	2	Insatisfeito	3	Indiferente
4	Satisfeito	5	Muito satisfeito		
Moda					
	Muito negativo		Negativo		Indiferente
					Positivo
					Muito positivo

Tabela 5.3 - Tabela com a análise SWOT, Fraquezas e Oportunidades.

OPORTUNIDADES e AMEAÇAS	Inquéritos					Reuniões				
	CM	JF	AT	AV	ADL	CM	JF	AT	AV	ADL
Construção do IC5	4,0	3,9	3,7	3,4	4,3					
Transformação do IP4 em A4 (com portagem)	3,0	2,9	3,2	3,6	3,4					
Construção da barragem de Foz Tua	2,9	3,4	2,7	2,6	2,9					
Recuperação da Linha do Tua	4,2	4,0	3,7	4,4	4,1					
Trabalho em rede	3,8	3,8	4,0	3,8	4,2					
Criação de emprego local	4,5	4,3	4,2	4,1	4,0					
Diminuição do despovoamento	4,5	4,3	3,7	3,7	3,7					
Aumento do número de visitantes	4,5	4,5	4,4	4,2	4,5					
Apoio externo			2,5	2,0	2,9					
Tempo de permanência dos visitantes										

CM	Câmaras municipais	JF	Juntas de freguesia	AG	Agentes turísticos
AV	Agricultores e vitivinicultores	ADL	Associações de desenvolvimento local		

Média									
1	Muito Insatisfeito	2	Insatisfeito	3	Indiferente	4	Satisfeito	5	Muito satisfeito

Moda									
	Muito negativo		Negativo		Indiferente		Positivo		Muito positivo

Da análise efetuada, sintetizou-se as principais valências que caracterizam a região. Apesar de não existir uma convergência de opiniões em todas as questões é possível verificar alguma abrangência.

As principais “Forças” apontadas são: paisagem natural, paisagem humanizada, património cultural, agricultura, produtos da região e rios em estado livre. Quanto às fraquezas evidencia-se: evolução demográfica, rendimento médio mensal, taxa de desemprego, articulação entre entidades e apoio do poder local.

Em relação às “Oportunidades”, salienta-se: a construção do IC5, a recuperação da Linha do Tua, trabalho em rede, criação de emprego local, diminuição do despovoamento e aumento do número de visitantes. No que diz respeito às “Ameaças” destaca-se: a construção da barragem de Foz Tua e apoio externo.

Este resultado reflete a preocupação das entidades em torno de temas que são intrínsecos da região. Para os quais se tem de encontrar uma solução que beneficie a população, a economia local, o ambiente e o território.

6. Conclusões

6.1. Síntese

Na região em estudo, com base nos indicadores de desenvolvimento estudados, verificou-se que não existem diferenças significativas entre os concelhos com e sem albufeira. Apesar da aposta em aproveitamentos hidroelétricos para a região, conclui-se que a existência dessa infraestrutura não significa maior desenvolvimento na região em estudo.

A realização de entrevistas e inquéritos foi muito importante para conhecer e entender as diferentes perspetivas de cada entidade face ao desenvolvimento e ao turismo. Permitiram identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Através dos resultados obtidos, conclui-se que os obstáculos ao desenvolvimento local são: evolução demográfica, rendimento médio mensal e o apoio do poder local. A paisagem natural e humanizada, bem como a agricultura e a gastronomia são as características mais valorizadas pelas entidades.

Contudo, o acesso a serviços de educação, acesso a serviços de saúde, a transformação do IP4 em A4 (com portagem) e a construção da barragem de Foz Tua são temáticas em que existe uma clara divergência de opiniões.

Na generalidade, as entidades estão disponíveis para integrar uma rede de turismo, apesar de algumas condicionantes, tais como: a entidade dos parceiros e os custos associados. Reconhecem os benefícios do trabalho em rede, e as oportunidades que o mesmo pode trazer para o desenvolvimento da região.

Conclui-se que o estudo realizado foi relevante para identificar quais as dificuldades e potencialidades da região. Os resultados permitiram concluir que, apesar de haver consenso sobre a importância do turismo e das vantagens do trabalho em rede, o maior obstáculo ao desenvolvimento local é a falta de interação e coordenação entre as diferentes entidades.

A região de Trás-os-Montes e Alto Douro tem uma riqueza natural e cultural ímpar. Dotada de características únicas, tais como: paisagem natural, paisagem humanizada, fauna e flora selvagem e património cultural tem potencialidade para apostar num desenvolvimento assente no turismo. Com a liderança e a coordenação certa o trabalho em rede pode ser bem-sucedido na região em estudo.

O turismo justifica uma abordagem de gestão em rede devido ao facto de se desenvolver em áreas que são utilizadas não só pelos visitantes como pelos residentes. É essencial a participação da comunidade local, agentes políticos e agentes turísticos (sector público e privado). A chave para o sucesso do desenvolvimento de uma região através do turismo é o trabalho em rede entre todos os envolvidos.

6.2. Limitações

A principal limitação ao desenvolvimento deste estudo foi o facto de não ser possível, face ao tempo para a elaboração da dissertação, realizar mais entrevistas e obter mais respostas aos inquéritos realizados, a amostra conseguida foi reduzida tendo em conta o número de entidades (agentes políticos, agentes turísticos, agricultores e vitivinicultores e associações de desenvolvimento local) existentes na região. No entanto, as entrevistas conseguidas bem como as respostas obtidas foram uma ajuda crucial para conhecer a realidade da área em estudo.

6.3. Desenvolvimentos futuros

O desenvolvimento de estudos futuros no Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro e Terras Trás-os-Montes, tendo em conta o que já foi iniciado com a presente dissertação, considera-se importante e interessante continuar o trabalho de campo, reunir com mais entidades, conhecer com mais detalhe os problemas da área em estudo, identificar e solucionar os maiores impeditivos ao desenvolvimento local.

Considera-se também de elevada importância colocar em prática a ideia da rede de turismo sustentável, tendo em conta que todas as entidades com quem foi possível reunir bem como aquelas que responderam aos inquéritos reconheceram a importância do turismo e mostraram disponibilidade em integrar numa rede de turismo para o desenvolvimento local, para esse objetivo ser conseguido seria interessante realizar reuniões conjuntas (com várias entidades) em vez de reuniões individuais.

Com mais tempo, seria interessante, realizar um teste piloto, com um mínimo de seis meses, para demonstrar a todos os envolvidos os benefícios do trabalho em rede para a região. Apesar de haver muita vontade de o fazer foi também evidente alguma desconfiança e individualismo por parte de algumas entidades.

Bibliografia

- Afonso, M. J., Silva, J. (Produtores), & Afonso, M. J. (Realizador). (2013). *Uma barragem mais três vales a menos* [Filme]. Portugal. Obtido em Junho de 27 de 2015, de https://www.youtube.com/watch?v=ZAWMuv6_RxI
- Albrecht, J. N. (2013). Networking for sustainable tourism - towards a research agenda. *Journal of Sustainable Tourism*, 639-657. doi:10.1080/09669582.2012.721788
- APA. (2008b). *Estratégia nacional de desenvolvimento sustentável*. Agência Portuguesa do Ambiente.
- APA. (2008). *Estratégia nacional de desenvolvimento sustentável - ENDS 2015*. Portugal: Agência Portuguesa do Ambiente.
- APA. (2015). *Barragens de Portugal*. (A. P. Ambiente, Editor) Obtido em Agosto de 15 de 2015, de Web site da APA: <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=77&subref=839>
- Barke, M., & Newton, M. (1999). The EU LEADER Initiative and Endogenous Rural Development: the Application of the Programme in Two Rural Areas of Andalusia, Southern Spain. *Journal of Rural Studies*, 13, 319-341.
- Barquero, A. V. (1995). Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do Capital. (P. Alegre, Ed.) *Ensaio FEE*, 221-241.
- Breda, Z. M. (2010). *Redes Relacionadas e a Internacionalização da economia e do turismo*. Universidade de Aveiro Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial.
- Brisa. (2009). *A4 – Auto-estrada Porto/Amarante*. Obtido em 5 de Setembro de 2015, de Web site da Brisa: <http://www.brisa.pt/PresentationLayer/textosdetail.aspx?menuid=240&textoid=1391>
- Calvário, R. M. (2010). *Política de Desenvolvimento Rural na União Europeia: Agricultura, Ambiente e Território*. Dissertação de mestrado, Universidade ova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências de Engenharia do Ambiente, Lisboa.
- Carvalho, I. C., Batista, M. M., & Costa, C. M. (2010). As redes em turismo cultural: um olhar sobre a relação entre o turismo e a cultura. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 29-38.
- Cawley, M., & Gillmor, D. A. (2008). Integrated rural tourism: Concepts and practice. (Elsevier, Ed.) *Annals of Tourism Research*, 35, 316–337.
- CCDRn. (2008). *Plano Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro*.
- CCDRn. (2013). *O Novo Norte: Programa Operacional Regional do Norte*.
- Clark, G., Huxley, J., & Mountford, D. (2010). *The Role of Development Agencies and Companies*. OCDE.
- Comissão Europeia. (Abril de 2014). *Portugal rumo ao crescimento: A política agrícola comum*. Obtido em 29 de Julho de 2015, de Web site da Comissão Europeia: http://ec.europa.eu/portugal/comissao/destaques/20140408_politica_de_coesao_pt.htm#pac
- Cornescu, V., & Adam, R. (2014). Considerations regarding the role of indicators used in the analysis and assessment of sustainable development in the E.U. (Elsevier, Ed.) *Procedia Economics and Finance*, 10 – 16.

Cristina, M. D. (2014). Saferational approach to a valid sustainable development. *Procedia Economics and Finance* , 497 – 504.

Cristóvão, A. F. (2000). Ambiente e desenvolvimento de áreas rurais marginais. (Alegre, Ed.) *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 46-56.

Dredge, D. (2004). Policy networks and the local organisation of tourism. (Elsevier, Ed.) *Tourism Management*, 269–280.

EDP/Agri.pro Ambiente. (2009). *Estudo de impacte ambiental do aproveitamento hidroelétrico do Fridão*.

EDP/Profico Ambiente. (2008). *Estudo de impacte ambiental do aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua*.

European Commission. (18 de Abril de 2008). *Rural Development Policy 2007-2013*. Obtido em 15 de Julho de 2015, de Web site de Commission European: http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index_en.htm

European Commission. (2013). *Rural Development in the EU - Statistical and Economic Information*. European Union.

European Commission. (2014a). *The EU's common agricultural policy (CAP): for our food, for our countryside, for our environmental*. Luxemburgo: European Union.

European Commission. (30 de Julho de 2014b). *European Commission adopts 'Partnership Agreement' with Portugal on using EU structural and investment funds for growth and jobs in 2014-2020*. European Union.

EUROSTAT. (13 de Agosto de 2015). *PIB a nível regional*. Obtido em 27 de Agosto de 2015, de Web site da EUROSTAT: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/GDP_at_regional_level/pt#PIB_regional_por_habitante

Filho, A. C., Toebe, M., Burin, C., Silveira, T. R., & Casarotto, G. (2010). Tamanho de amostra para estimação do coeficiente de correlação linear de Pearson entre caracteres de milho. *Pesquisa Agropecuária Brasileira – PAB* , 1363-1371.

Gao, C.-Y., & Peng, D.-H. (6 de Março de 2010). Consolidating SWOT analysis with nonhomogeneous uncertain preference information. *Knowledge-Based Systems* , 796-808.

Hristov, D., & Petrova, P. (2013). Public sector alliances in marketing urban heritage tourism: A post-communist perspective. *Tourismos: An international multidisciplinary journal of tourism*, 8, 59-76.

INE. (2014a). *Anuário Estatístico da Região Norte 2013*. Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

INE. (19 de Dezembro de 2014b). *Anuários Estatísticos Regionais - Informação estatística à escala regional e municipal - 2013*. Obtido em 20 de Junho de 2015, de Web site do Instituto Nacional de Estatística: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=211525119&DESTAQUEStema=00&DESTAQUESmodo=2

INE. (2014c). *Estatísticas territoriais*. Obtido em 15 de Agosto de 2015, de Web site do Instituto Nacional de Estatística: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3

- INE. (2015a). *Estatística do Turismo 2014*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE. (2015b). *NUTS 2013: As novas unidades territoriais para fins estatísticos*. Obtido em 3 de Julho de 2015, de Web site do Instituto Nacional de Estatística: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=230205992&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2
- INE. (2015c). *Retrato Territorial de Portugal 2013* (2015 ed.). (I. N. Estatística, Ed.) Lisboa, Portugal.
- Kavoura, A., & Katsoni, V. (2013). From e-business to c-commerce: Colaboration and network creation for an e-marketing tourism strategy. *Tourismos: An international multidisciplinary journal of tourism*, 113-128.
- Kisman, Z. A., & Tasar, I. (2014). The key elements of local development. (Elsevier, Ed.) *Procedia Economics and Finance*, 1689 – 1696.
- Luís, E. (2002). Turismo e desenvolvimento rural: O caso do concelho de Santa Marta de Penaguião. pp. 63-79.
- Martinez, L. F., & Ferreira, A. I. (2007). *Análise de dados com SPSS - Primeiros passos*. Lisboa: Escolar.
- Melo, J. J. (2009). Public works policy in Portugal: A case study in unsustainability. *International journal os engineering and insdustrial management*, 195-208.
- Mendes, M. M. (2012). *Análise da eficácia da avaliação de impactes da rede nacional de auto-estradas*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Faculdade Nova de Lisboa.
- Michalek, J., & Zarnekow, N. (2011). *Application of the Rural Development Index to Analysis of Rural Regions in Poland and Slovakia*. Springer Science Business Media.
- Millar, D. (2014). Endogenous development: some issues of concern. (CrossMark, Ed.) *Development in Practice*, 637-647.
- Nikolaou, I., & Evangelinos, K. (16 de Fevereiro de 2010). A SWOT analysis of environmental management practices in Greek mining and mineral industry. *Resource Policy*, 226-234.
- OCDE. (Julho de 2011). *OCDE Regional Typology*. Obtido em 2 de Agosto de 2015, de Web site da OCDE: http://www.oecd.org/gov/regional-policy/OECD_regional_typology_Nov2012.pdf
- ONU. (2012). *O futuro que queremos*. Organização das Nações Unidas, Rio de Janeiro.
- PDR2020. (12 de Dezembro de 2014). *Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020*. Obtido em 3 de Agosto de 2015, de Web de PDR2020: <http://www.pdr-2020.pt/site/O-PDR2020>
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2014). *Análise de dados para ciências sociais - A complementaridade do SPSS* (6ª ed.). Lisboa: Sílabo.
- PORDATA. (2013). *Números dos municípios e regiões de Portugal*. Obtido em 15 de Agosto de 2015, de Web site da Pordata: [http://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Abrantes+\(Munic%C3%ADpio\)-6405](http://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Abrantes+(Munic%C3%ADpio)-6405)
- PORDATA. (26 de Junho de 2015a). *População Residente*. Obtido em 15 de Agosto de 2015, de Web site da PORDATA: <http://www.pordata.pt/Subtema/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+Residente-214>

PORDATA. (2015b). *Glossário*. Obtido em 15 de Agosto de 2015, de Web site da PORDATA: <http://www.pordata.pt/Glossario>

PORDATA. (26 de Junho de 2015c). *Taxa de desemprego segundo os Censos*. Obtido em 15 de Agosto de 2015, de Web site da PORDATA: <http://www.pordata.pt/Municipios/Taxa+de+desemprego+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo+%28percentagem%29-405>

PORDATA. (24 de Julho de 2015d). *Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo*. Obtido em 15 de Agosto de 2015, de Web site da PORDATA: <http://www.pordata.pt/Municipios/Ganho+m%C3%A9dio+mensual+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+sexo-282>

PORDATA. (2015). *Turismo*. Obtido em 15 de Agosto de 2015e, de Web site da PORDATA: <http://www.pordata.pt/Tema/Municipios/Turismo-84>

PROCESL. (2010). *Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamentos Hidroeléctricos de Gouvães, Padroselos, Alto Tâmega e Daivões*.

ProDer. (2011). *Plano Estratégico Nacional 2007-2013*. Obtido em 2015 de Julho de 28, de Web site de ProDer : <http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=428>

ProDer. (Janeiro de 2012). *Programa de desenvolvimento rural do Continente 2007-2013*. Obtido em 25 de Julho de 2015, de Web site de ProDer: <http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=366&eid=298>

PST. (2014). *Memorando sobre os transportes no Tua*.

Quivy, R., & Campenhoudt, I. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ray, C. (1999). Endogenous Development in the Era of Reflexive Modernity. (Pergamon, Ed.) *Journal of Rural Studies* , 257-267.

Ray, C. (2000). Endogenous socio-economic development in the European Union: issues of evaluation. *Journal of rural studies* , 447-458.

Ribeiro, M., & Marques, C. (2002). Rural tourism and the development of less favoured areas - between rhetoric and practice. *International journal of tourism research*, 211-220.

Richards, G. (2010). Tourism development trajectories - from culture to creativity? *Encontros científicos - Tourism & Management Studies*, 9-15.

Rolo, J. C., & Cordovil, F. (2014). *Rural, Agriculturas e Políticas*. Venda do Pinheiro: Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.

Sabin-loan, Gal, J., & Dumitrescu, C. D. (2014). Analysis of a dynamic regional system for the operationalizing of the sustainable development concept. *Procedia: Social and behavioral sciences* , 331-338.

Scolozzi, R., Schirpke, U., Morri, E., D'Amato, D., & Santolini, R. (11 de Setembro de 2014). Ecosystem services-based SWOT analysis of protected areas for conservation strategies. *Journal of environmental management* , 543-551.

Simão, J. P. (2009). *Turismo como Motor de Desenvolvimento Turismo como Motor de Desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Lisboa.

Simão, J. V., & Melo, J. J. (2011). *Impact of nature and cultural tourism in the Tua Valley*. Puebla: IAIA.

Silva, F. V., Silva, L. A., & Barbas, M. d.-C. (2006). *Explorar o SPSS em contexto educativo*. (E. S. Santarém, Ed.) Santarém.

Srivastava, P., Kulshreshtha, K., Mohanty, C., Pushpangadan, P., & Singh, A. (2004). Stakeholder-based SWOT analysis for successful municipal solid waste management in Lucknow, India. *Waste Management*, 531-537.

Stevens, C. (Setembro de 2005). *Statistics Brief*. Obtido em 20 de Julho de 2015, de Web site da OCDE: <http://www.oecd.org/std/35407580.pdf>

Trancoso, P. (Produtor), & Pelicano, J. (Realizador). (2010). *Pare, Escute, Olhe* [Filme]. Portugal.

Turismo de Portugal. (2013). *Plano Estratégico Nacional do Turismo - PENT*. Lisboa.

UNEP. (2013). *Green economy and trade - Trends, challenges and opportunities*. United Nations Environmental Programme.

UNESCO. (2005). *UNESCO and Sustainable Development*. Paris, França: UNESCO.

UNWTO. (2013). *Sustainable tourism for development*. World Tourism Organization, Madrid.

UNWTO. (2014a). *Tourism visa openness report for the silk road countries*. World Tourism Organization, Berlim.

UNWTO. (2014b). *Annual report 2012*. Spain: World Tourism Organization.

UNWTO. (6 de Fevereiro de 2015a). *UNWTO/UNESCO World Conference on Tourism and Culture gathers Ministers of Tourism and Culture for the first time*. Obtido em 8 de Agosto de 2015, de Web site da World Tourism Organization: <http://media.unwto.org/press-release/2015-02-06/unwtounesco-world-conference-tourism-and-culture-gathers-ministers-tourism->

UNWTO. (5-6 de Fevereiro de 2015b). *UNWTO/UNESCO World Conference on Tourism and Culture: Building a New Partnership*. Obtido em 5 de Agosto de 2015, de Web site da UNWTO: <http://tourismandculture.cvent.com/events/world-conference-on-tourism-and-culture/custom-120-31e858760d0a4a5287d626b2b638cc8e.aspx>

Vareiro, L. C., & Ribeiro, J. C. (2007). Sustainable use of endogenous touristic resources of rural areas: two portuguese case studies. (A. S. Talavera, Ed.) *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 5, 193-207.

WCD. (2000). *Dams and Development: a new framework for decision-making. The report of the World Commission on Dams*. Earthscan. Earthscan.

WTTC. (2015). *Travel & Tourism Economic Impact 2015 Portugal*. London: World Travel & Tourism Council.

Yildirim, T. B., Ak, T., & Olmez, Z. (2008). Assessment of natural-cultural resources in Çanakkale for nature-based tourism. (Springer, Ed.) *Environmental, Development and Sustainable*, 10, 871-881.

Anexos

Anexo I – E-mail: Marcação de entrevistas

Caro/a Exmo/a,

O meu nome é Ana Bento e sou aluna na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Em cópia encontra-se a Ana Brazão, que trabalha no Projeto Rios Livres no GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, e o professor João Joanaz de Melo, meu orientador, professor na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Encontro-me atualmente a desenvolver a minha tese de mestrado, sob o tema "Rede de turismo sustentável na região Trás-os-Montes e Alto Douro", que tem como objetivo último do trabalho contribuir para a criação, em Trás-os-Montes e Alto Douro, de um destino turístico capaz de trabalhar em rede. Como objetivos intermédios pretende-se conhecer a realidade da região, ao nível dos indicadores estatísticos disponíveis, dos diversos valores e projetos existentes; de modo a ser possível identificar obstáculos, dificuldades e soluções.

Como tal, tenho contado com a colaboração do GEOTA, que tem vindo a desenvolver muito trabalho nesta área nos últimos anos.

Durante a minha pesquisa bibliográfica, tive oportunidade de verificar que a (entidade a contactar) tem vindo a desenvolver trabalho no sentido de promover o turismo na região, demonstrando preocupações ao nível da conservação da natureza e seguir boas práticas ambientais consideradas fulcrais neste sector, tendo mesmo desenvolvido atividades como estimular a conversão económica, a diversificação e as redes de inovação.

No próximo (data), estaremos na zona de (sub-região). Nesse sentido, gostaríamos muito de poder agendar uma reunião consigo, no sentido de compreender a política ambiental aplicada ao turismo sustentável, bem como reunir informação que possa ser disponibilizada para a realização desta tese de mestrado.

Antecipadamente grata pela atenção e colaboração.

Melhores cumprimentos.

Ana Bento

Anexo II – Guião das entrevistas

As entrevistas realizadas tiveram uma base comum de questões a todas as entidades, seguida de perguntas direcionadas a cada entidade de acordo como carácter de cada uma.

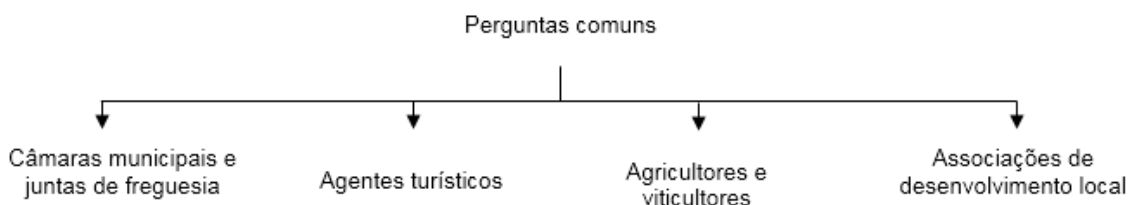


Figura II.1 - Guião das entrevistas esquematizado.

Questões comuns:

1. Qual o papel do turismo para o desenvolvimento da região?
2. De que forma os valores da região são valorizados?
 - Naturais (p.e. rios e vales do Tua e Tâmega); Culturais (p.e. agricultura, viticultura); Patrimoniais (p.e. museus, castelos).
3. Qual a relação com o Turismo de Portugal e Missão Douro?
4. Quais as forças. Fraquezas, oportunidades e ameaças da região onde se inserem?
5. Já aproveitaram ou pensam aproveitar a existência de uma albufeira?
6. Há a preocupação de verificar a qualidade da água dos rios da região?
7. Atraem turistas para a região ou a região atrai turistas?
8. Pertencem a alguma rede de turismo?
9. Há a necessidade de partilha de conhecimento e trabalho em rede?
10. Quais as próximas metas?

Câmaras municipais e Juntas de freguesia:

1. Prestam algum tipo de apoio a agentes turísticos, associações de desenvolvimento, a agricultores e vitivinicultores?
2. A existência de albufeiras traz benefícios para o município? Quais?
3. A existência de rios de águas bravas traz benefícios para a região? Quais?
4. Existe a aposta no turismo para a região?
5. Quais as iniciativas realizadas e / ou projetadas de promoção para a região?

Agentes turísticos:

1. Como, quando e o porque da vossa existência?
2. Que valores defendem?
3. Existe a preocupação prioritária da utilização de produtos e mão-de-obra local?
4. Divulgam ou promovem eventos / atividades?
5. Existem parcerias formais ou informais com produtores locais?
6. Há uma aposta na produção biológica?
7. Há a procura de albufeiras por parte dos visitantes?
8. Há a procura de rios de águas bravas por parte dos visitantes?
9. Contam com o apoio da autarquia?
10. Têm metas de desempenho ambiental?
11. Quais as preocupações e / ou dificuldades em metas ambientais (consumo energético, gestão de resíduos, consume de água, transportes)?
12. Os impactes ambientais da vossa atividade são tidos em conta?
13. Qual o vosso ex-líbris?

Agricultores e vitivinicultores:

1. Quais as preocupações e / ou dificuldades em metas ambientais (consumo energético, gestão de resíduos, consume de água, transportes)?
2. Os impactes ambientais da vossa atividade são tidos em conta?
3. Há uma aposta na produção biológica?
4. Há a preocupação com a qualidade das vinhas devido à construção das novas barragens?

Associações de desenvolvimento local:

1. Como, quando e o porque da vossa existência?
2. Que valores defendem?
3. Que municípios promovem e / ou atuam?
4. Existe a preocupação de divulgar os produtos locais?
5. Existem parcerias formais ou informais com agentes turísticos e / ou produtores locais?
6. Que tipo de eventos e / ou atividades promovem?
7. Contam com o apoio da autarquia?
8. Como promovem eventos / atividades? A nível local, regional ou nacional?

Anexo III – Inquérito a câmaras municipais e Juntas de freguesia

Inquérito aos presidentes de câmaras municipais e juntas de freguesia

Este inquérito destina-se à realização de uma tese de Mestrado em Engenharia do Ambiente na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, sobre o tema "contributo do turismo de Rural, de Natureza e Cultural para o desenvolvimento regional: o caso do Trás-os-Montes e Alto Douro".

As respostas destinam-se exclusivamente a ser utilizadas no âmbito deste projecto, sendo tratadas sob reserva de confidencialidade; na tese não constarão respostas individuais, apenas dados tratados estatisticamente.

A sua participação é fundamental para o sucesso deste trabalho. Esperamos poder contar com a sua colaboração.

Lisboa, Junho de 2015

Ana Raquel Bento
Estudante de Engenharia do Ambiente

*Obrigatório

1. Localização

1a. Em que município se insere? *

- Alfândega da Fé
- Alijó
- Amarante
- Armamar
- Baião
- Boticas
- Bragança
- Carrazeda de Ansiães
- Castelo de Paiva
- Celorico de Basto
- Chaves
- Cinfães
- Felgueiras
- Freixo de Espada à Cinta
- Lamego
- Lousada
- Macedo de Cavaleiros
- Marco de Canaveses
- Mesão Frio
- Miranda do Douro

- Miranda do Douro
- Mirandela
- Mogadouro
- Moimenta da Beira
- Montalegre
- Murça
- Paços de Ferreira
- Penafiel
- Penedono
- Peso da Régua
- Resende
- Ribeira da Pena
- Sabrosa
- Santa Marta de Penaguião
- São João da Pesqueira
- Sernacelhe
- Tabuaço
- Tarouca
- Torre de Moncorvo
- Valpaços
- Vila Flor
- Vila Nova de Foz Côa
- Vila Pouca de Aguiar
- Vimioso
- Vila Real
- Vinhais

1b. Está a responder em nome de um município ou de uma junta de freguesia?

1c. A que junta de freguesia pertence?

2. Problemas de desenvolvimento.

Como classifica a sua satisfação com os seguintes indicadores de desenvolvimento na sua área de intervenção.

(1 = Muito insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Indiferente; 4 = Satisfeito; 5 = Muito satisfeito)

2a. Evolução demográfica

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2b. Rendimento médio mensal

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2c. Taxa de desemprego

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2d. Idade da população

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2e. Acesso a serviços de saúde

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2f. Acesso a serviços de educação

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2g. Acesso a serviços culturais

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2h. Acesso a outros serviços públicos (p.e. CTT, Finanças)

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2i. Que sugestão faria para desenvolver a sua região?

3. Importância de infraestruturas e património para o desenvolvimento

Como classifica a importância das seguintes infraestruturas e elementos do património para o desenvolvimento da região?

(1 = Muito negativo; 2 = Negativo; 3 = Indiferente; 4 = Positivo; 5 = Muito positivo)

3a. Construção do IC5

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3b. Transformação do IP4 em A4 (com portagem)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3c. Construção da barragem de Foz Tua

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3d. Eventual recuperação da Linha do Tua

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3e. Paisagens naturais (p.e. rio e vale do Tua / Tâmega)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3f. Paisagens humanizadas (p.e. terraços da vinha)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3g. Património cultural (p.e. gravuras de Foz Côa)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.1. Funcionamento de uma rede de turismo

Trabalho conjunto entre governo, empresas e comunidade de modo a promover e desenvolver um destino turístico, através do intercâmbio de conhecimento de todas as partes envolvidas.

4.1a. Tendo em conta no que consiste uma rede de turismo, quem a deveria liderar?

- Municípios
- Associações de desenvolvimento local
- Empresas
- Outra:

4.1b. Estaria disponível para integrar uma Rede de Turismo Regional, que potenciase a partilha de experiências entre profissionais e possibilitasse o estabelecimento de parcerias na área do turismo sustentável?

Indicar as opções aplicáveis (máximo 3 respostas)

- Sim, considero muito necessária.
- Sim, pelo facto de possíveis vantagens na promoção da minha atividade
- Sim, pela possibilidade de estabelecer parcerias profícuas.
- Sim, pela possibilidade de partilha de conhecimentos (p.e. regulamentação, certificação).
- Depende de quem são os parceiros.
- Depende das potencialidades em estar em rede (p.e. funcionalidades, serviços).
- Depende do número de parceiros.
- Depende da logística associada à manutenção da minha participação na rede.
- Depende da existência de custos associados.
- Não considero viável nem vantajoso.
- Não disponho de recursos humanos necessários.
- Não, já integro uma rede / plataforma semelhante.

4.1c. Como considera a participação de vitivinicultores e agricultores na criação de uma rede de turismo para a região?

1 = Muito negativo; 2 = Negativo; 3 = Indiferente; 4 = Positivo; 5 = Muito positivo.

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2. Efeitos da rede de turismo

A cooperação entre agentes económicos através de uma rede de turismo poderá trazer mais valias para a região. Por favor indique quais os efeitos que esperaria de tal rede.

(1 = Muito negativo; 2 = Negativo; 3 = Indiferente; 4 = Positivo; 5 = Muito positivo)

4.2a. Criação de emprego local

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2b. Diminuição do despovoamento

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2c. Contributo para a melhoria do rendimento médio das famílias

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2d. Divulgação dos produtos da região

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2e. Contributo para o aumento do número de visitantes

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

5. Importância dos atrativos turísticos

Por favor classifique a importância dos seguintes aspetos para o desenvolvimento turístico.
(1 = Sem importância; 2 = Pouco importante; 3 = Médio; 4 = Importante; 5 = Muito importante)

5a. Capacidade de acolhimento convencional (hotelaria)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5b. Capacidade de acolhimento alternativo (p.e. hostel, turismo rural e de aldeia)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5c. Gastronomia

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5d. Enoturismo

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5e. Atrações únicas (p.e. linha do Tua, gravuras de Foz Côa)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5f. Paisagem humanizada (p.e. vinhas do Douro e arquitetura tradicional)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5g. Paisagem natural (p.e. rios e vales do Tua / Tâmega)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5h. Observação de fauna e flora selvagem e património geológico

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5i. Desporto de águas bravas (p.e. canoagem, rafting, canyoning)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5j. Outros desportos de natureza (p.e. BTT, caminhada)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5k. Existência de praias fluviais

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5l. Desporto motorizado (p.e. todo o terreno, motonáutica)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5m. Eventos culturais urbanos (p.e. festas, mercados, concertos)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5n. Infraestruturas culturais (p.e. Museu de Foz Côa)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5o. Existência de atrações diversificadas na região

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

6. Desenvolvimento

6a. Existe um plano de desenvolvimento para a freguesia / município?

- Sim
- Não

6b. Se a resposta foi afirmativa, de que forma está equacionado o turismo de natureza e cultural no plano de desenvolvimento para a freguesia / município.

6c. Quais os obstáculos ao desenvolvimento local na sua freguesia / município?

Indicar as opções aplicáveis (máximo 2 respostas)

- Despovoamento
- Desemprego
- Falta de acessos
- Má rede de transporte rodoviário
- Má rede de transporte ferroviário
- Outra:

6d. A sua freguesia / município tem potencialidade interna para o desenvolvimento local?

- Sim
- Não
- Outra:

6e. Caso tenha respondido negativamente na questão anterior. Porquê? (p.e. necessidade de apoio externo).

6f. Há a necessidade de cooperar com outras entidades para o desenvolvimento local?

- Sim
- Não

6g. Caso a resposta anterior tenha sido positiva. Que entidades?

Indicar as opções aplicáveis (máximo 2 respostas)

- Associações
- Empresas de animação
- Outras freguesias / municípios
- Empresas de desportos
- Outra:

6h. Selecione um conjunto de duas afirmações que se enquadrem na opção estratégica de desenvolvimento da sua freguesia / município.

Indicar as opções aplicáveis (máximo 2 respostas)

- Será um desenvolvimento assente na construção
- Será um desenvolvimento assente na atividade industrial
- Será um desenvolvimento assente na atividade turística e cultural
- Será um desenvolvimento assente na agricultura

6i. Que atividades tem vindo a promover no sentido da dinamização do turismo de natureza?

Indicar as opções aplicáveis (máximo 2 respostas)

- Apoio a agentes turísticos na análise e cumprimento de requisitos legais (p.e. licenciamento)
- Promoção do estabelecimento de parcerias entre agentes turísticos
- Apoio à divulgação destas atividades (online, brochuras, etc.)
- Promoção do estabelecimento de parcerias entre agentes turísticos e associações locais ou nacionais
- Melhoria de instalações ou equipamentos
- Desenvolvimento de candidaturas a fundos estruturais relacionados diretamente com o turismo de natureza
- Outra:

Contacto (telefone e / ou e-mail) caso tenha disponibilidade para uma futura entrevista ou esclarecimento de dúvidas.

Anexo IV – Inquérito a agentes turísticos

Inquérito aos agentes turísticos

Este inquérito destina-se à realização de uma tese de Mestrado em Engenharia do Ambiente na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, sobre o tema "contributo do turismo de Rural, de Natureza e Cultural para o desenvolvimento regional: o caso de Trás-os-Montes e Alto Douro".

As respostas destinam-se exclusivamente a ser utilizadas no âmbito deste projecto, sendo tratadas sob reserva de confidencialidade; na tese não constarão respostas individuais, apenas dados tratados estatisticamente.

A sua participação é fundamental para o sucesso deste trabalho. Esperamos poder contar com a sua colaboração.

Lisboa, Junho de 2015

Ana Raquel Bento
Estudante de Engenharia do Ambiente

*Obrigatório

1. Localização e caracterização.

1a. Município(s) em que opera *

Indicar as opções aplicáveis.

- Alfândega da Fé
- Alijó
- Amarante
- Armamar
- Baião
- Boticas
- Bragança
- Carrazeda de Ansiães
- Castelo de Paiva
- Celorico de Basto
- Chaves
- Cinfães
- Felgueiras
- Freixo de Espada à Cinta
- Lamego
- Lousada
- Macedo de Cavaleiros
- Marco de Canaveses
- Mesão Frio
- Miranda do Douro

- Miranda do Douro
- Mirandela
- Mogadouro
- Moimenta da Beira
- Montalegre
- Murça
- Paços de Ferreira
- Penafiel
- Penedono
- Peso da Régua
- Resende
- Ribeira da Pena
- Sabrosa
- Santa Marta de Penaguião
- São João da Pesqueira
- Sernacelhe
- Tabuaço
- Tarouca
- Torre de Moncorvo
- Valpaços
- Vila Flor
- Vila Nova de Foz Côa
- Vila Pouca de Aguiar
- Vimioso
- Vila Real
- Vinhais

1b. Denominação da empresa / estabelecimento *

1c. Tipologia de atividade *

Indicar as opções aplicáveis.

- Estabelecimento hoteleiro
- Apartamento turístico
- Colónia ou campo de férias
- Parque de campismo e/ou caravanismo
- Quintas de enoturismo
- Quintas de agroturismo
- Turismo em espaço rural
- Desporto de natureza em meio terrestre (excluindo motorizado)
- Desporto de natureza aquático (excluindo motorizado)
- Desporto motorizado
- Restauração
- Loja de produtos locais
- Animação turística em espaço próprio (p.e. parque temático)
- Realização de eventos
- Outra:

1d. Capacidade

Hotelaria (camas); Restaurante (lugares); Animação (dimensão máxima de grupo).

1e. Número de clientes em 2014

1 cliente = 1 estadia ou 1 refeição ou 1 actividade

1f. Número de colaboradores em 2014

1g. Volume de vendas em 2014

2. Problemas de desenvolvimento

Como classifica a sua satisfação com os seguintes indicadores de desenvolvimento na sua área de intervenção?

(1 = Muito insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Indiferente; 4 = Satisfeito; 5 = Muito satisfeito)

2a. Taxa de desemprego

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2b. Evolução demográfica

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2c. Rendimento médio das famílias

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2d. Idade da população

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2e. Acesso a serviços de saúde

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2f. Acesso a serviços de educação

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2g. Acesso a serviços culturais

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2h. Acesso a outros serviços públicos (p.e. CTT, Finanças)

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2i. Que sugestão faria para desenvolver a sua região?

3. Importância de infraestruturas e património para o desenvolvimento

Como classifica a importância das seguintes infraestruturas e elementos do património para o desenvolvimento da região?

(1 = Muito negativo; 2 = Negativo; 3 = Indiferente; 4 = Positivo; 5 = Muito positivo)

3a. Construção do IC5

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3b. Transformação do IP4 em A4 (com portagem)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3c. Construção da barragem de Foz Tua

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3d. Eventual recuperação da Linha do Tua

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3e. Paisagens naturais (p.e. rio e vale do Tua / Tâmega)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3f. Paisagens humanizadas (p.e. terraços da vinha)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3g. Património cultural (p.e. gravuras de Foz Côa)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.1. Funcionamento de uma rede de turismo

Trabalho conjunto entre governo, empresas e comunidade de modo a promover e desenvolver um destino turístico, através do intercâmbio de conhecimento de todas as partes envolvidas.

4.1a. Tendo em conta no que consiste uma rede de turismo, quem a deveria liderar?

- Municípios
- Associações de desenvolvimento local
- Empresas
- Outra:

4.1b. Estaria disponível para integrar uma Rede de Turismo Regional, que potenciase a partilha de experiências entre profissionais e possibilitasse o estabelecimento de parcerias na área do turismo sustentável?

Indicar as opções aplicáveis (máximo 3 respostas)

- Sim, considero muito necessária
- Sim, pelo facto de possíveis vantagens na promoção da minha atividade
- Sim, pela possibilidade de estabelecer parcerias profícuas
- Sim, pela possibilidade de partilha de conhecimentos (p.e. regulamentação, certificação)
- Depende de quem são os parceiros
- Depende das potencialidades em estar em rede (p.e. funcionalidades, serviços)
- Depende do número de parceiros
- Depende da logística associada à manutenção da minha participação na rede
- Depende da existência de custos associados
- Não considero viável nem vantajoso
- Não disponho de recursos humanos necessários
- Não, já integro uma rede / plataforma semelhante

4.1c. Como considera a participação de vitivinicultores e agricultores na criação de uma rede de turismo para a região?

1 = Muito negativo; 2 = Negativo; 3 = Indiferente; 4 = Positivo; 5 = Muito positivo.

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2. Efeitos da rede de turismo

A cooperação entre agentes económicos através de uma rede de turismo poderá trazer mais valias para a região. Por favor indique quais os efeitos que esperaria de tal rede.

(1 = Muito negativo; 2 = Negativo; 3 = Indiferente; 4 = Positivo; 5 = Muito positivo)

4.2a. Criação de emprego local

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2b. Diminuição do despovoamento

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2c. Contributo para a melhoria do rendimento médio das famílias

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2d. Divulgação dos produtos da região

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2e. Contributo para o aumento do número de visitantes

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

5. Importância dos atractivos turísticos

Por favor classifique a importância dos seguintes aspetos para o desenvolvimento turístico.
(1 = Sem importância; 2 = Pouco importante; 3 = Médio; 4 = Importante; 5 = Muito importante)

5a. Capacidade de acolhimento convencional (hotelaria)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5b. Capacidade de acolhimento alternativo (p.e. hostel, turismo rural e de aldeia)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5c. Gastronomia

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5d. Enoturismo

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5e. Atracções únicas (p.e. linha do Tua, gravuras de Foz Côa)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5f. Paisagem humanizada (p.e. vinhas do Douro e arquitectura tradicional)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5g. Paisagem natural (p.e. rios e vales do Tua / Tâmega)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5h. Observação de fauna e flora selvagem e património geológico

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5i. Desporto de águas bravas (p.e. canoagem, rafting, canyoning)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5j. Outros desportos de natureza (p.e. BTT, caminhada)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5k. Existência de praias fluviais

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5l. Desporto motorizado (p.e. todo o terreno, motonáutica)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5m. Eventos culturais urbanos (p.e. festas, mercados, concertos)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5n. Infraestruturas culturais (p.e. Museu de Foz Côa)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5o. Existência de atrações diversificadas na região

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

6. Apoios

(1 = Inexistente; 2 = Pouco existente; 3 = Indiferente; 4 = Presente; 5 = Muito presente)

6a. Como classifica o apoio recebido por parte da autarquia, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito presente

6b. Como classifica o apoio recebido por parte do Turismo de Portugal, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito presente

6c. Como classifica a interação com outros agentes turísticos, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito presente

6d. Como classifica a interação com associações de desenvolvimento locais ou nacionais, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito presente

6e. Como classifica a interação com agricultores e vitivinicultores, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito presente

6f. Tem conhecimento do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) ?

- Sim
- Não

6g. Se respondeu afirmativamente à questão anterior. Alguma vez o consultou?

- Sim
- Não

Contacto (telefone e / ou e-mail) caso tenha disponibilidade para uma futura entrevista ou esclarecimento de dúvidas.

Anexo V – Inquérito aos agricultores e vitivinicultores

Inquérito aos agricultores e vitivinicultores.

Este inquérito destina-se à realização de uma tese de Mestrado em Engenharia do Ambiente na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, sobre o tema "contributo do turismo de Rural, de Natureza e Cultural para o desenvolvimento regional: o caso de Trás-os-Motes e Alto Douro".

As respostas destinam-se exclusivamente a ser utilizadas no âmbito deste projecto, sendo tratadas sob reserva de confidencialidade; na tese não constarão respostas individuais, apenas dados tratados estatisticamente.

A sua participação é fundamental para o sucesso deste trabalho. Esperamos poder contar com a sua colaboração.

Lisboa, Junho de 2015

Ana Raquel Bento
Estudante de Engenharia do Ambiente

*Obrigatório

1. Localização

Em que município(s) exerce a sua actividade? *

- Alfândega da Fé
- Alijó
- Amarante
- Armamar
- Baião
- Boticas
- Bragança
- Carrazeda de Ansiães
- Castelo de Paiva
- Celorico de Basto
- Chaves
- Cinfães
- Felgueiras
- Freixo de Espada à Cinta
- Lamego
- Lousada
- Macedo de Cavaleiros
- Marco de Canaveses
- Mesão Frio
- Miranda do Douro

- Miranda do Douro
- Mirandela
- Mogadouro
- Moimenta da Beira
- Montalegre
- Murça
- Paços de Ferreira
- Penafiel
- Penedono
- Peso da Régua
- Resende
- Ribeira da Pena
- Sabrosa
- Santa Marta de Penaguião
- São João da Pesqueira
- Sernacelhe
- Tabuaço
- Tarouca
- Torre de Moncorvo
- Valpaços
- Vila Flor
- Vila Nova de Foz Côa
- Vila Pouca de Aguiar
- Vimioso
- Vila Real
- Vinhais

2. Problemas de desenvolvimento

Como classifica a sua satisfação com os seguintes indicadores de desenvolvimento na sua área de intervenção?

(1 = Muito insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Indiferente; 4 = Satisfeito; 5 = Muito satisfeito)

2a. Taxa de desemprego

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2b. Evolução demográfica

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2c. Rendimento médio das famílias

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2d. Idade da população

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2e. Acesso a serviços de saúde

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2f. Acesso a serviços de educação

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2g. Acesso a serviços culturais

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2h. Acesso a outros serviços públicos (p.e. CTT, Finanças)

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2i. Que sugestão faria para desenvolver a sua região?

3. Importância de infraestruturas e património para o desenvolvimento

Como classifica a importância das seguintes infraestruturas e elementos do património para o desenvolvimento da região?

(1 = Muito negativo; 2 = Negativo; 3 = Indiferente; 4 = Positivo; 5 = Muito positivo)

3a. Construção do IC5

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3b. Transformação do IP4 em A4 (com portagem)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3c. Construção da barragem de Foz Tua

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3d. Eventual recuperação da Linha do Tua

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3e. Paisagens naturais (p.e. rio e vale do Tua / Tâmega)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3f. Paisagens humanizadas (p.e. terraços da vinha)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3g. Património cultural (p.e. gravuras de Foz Côa)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.1. Funcionamento de uma rede de turismo

Trabalho conjunto entre governo, empresas e comunidade de modo a promover e desenvolver um destino turístico, através do intercâmbio de conhecimento de todas as partes envolvidas.

4.1a. Tendo em conta no que consiste uma rede de turismo, quem a deveria liderar?

- Municípios
- Associações de desenvolvimento local
- Empresas
- Outra:

4.1b. Estaria disponível para integrar uma Rede de Turismo Regional, que potenciase a partilha de experiências entre profissionais e possibilitasse o estabelecimento de parcerias na área do turismo sustentável?

Indicar as opções aplicáveis (máximo 3 respostas)

- Sim, considero muito necessária
- Sim, pelo facto de possíveis vantagens na promoção da minha atividade
- Sim, pela possibilidade de estabelecer parcerias profícuas
- Sim, pela possibilidade de partilha de conhecimentos (p.e. regulamentação, certificação)
- Depende de quem são os parceiros
- Depende das potencialidades em estar em rede (p.e. funcionalidades, serviços)
- Depende do número de parceiros
- Depende da logística associada à manutenção da minha participação na rede
- Depende da existência de custos associados
- Não considero viável nem vantajoso
- Não disponho de recursos humanos necessários
- Não, já integro uma rede / plataforma semelhante

4.1c. Como considera a participação de vitivinicultores e agricultores na criação de uma rede de turismo para a região?

1 = Muito negativo; 2 = Negativo; 3 = Indiferente; 4 = Positivo; 5 = Muito positivo.

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2. Efeitos da rede de turismo

A cooperação entre agentes económicos através de uma rede de turismo poderá trazer mais valias para a região. Por favor indique quais os efeitos que esperaria de tal rede.

(1 = Muito negativo; 2 = Negativo; 3 = Indiferente; 4 = Positivo; 5 = Muito positivo)

4.2a. Criação de emprego local

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2b. Diminuição do despovoamento

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2c. Contributo para a melhoria do rendimento médio das famílias

1 2 3 4 5

Nada positivo Muito positivo

4.2d. Divulgação dos produtos da região

1 2 3 4 5

Nada positivo Muito positivo

4.2e. Contributo para o aumento do número de visitantes

1 2 3 4 5

Nada positivo Muito positivo

5. Apoios

(1 = Inexistente; 2 = Pouco presente; 3 = Indiferente; 4 = Presente; 5 = Muito presente)

5a. Como classifica o apoio recebido por parte da autarquia, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito presente

5b. Como classifica o apoio recebido por parte do Turismo de Portugal, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito presente

5c. Como classifica a interação com agentes turísticos, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito presente

5d. Como classifica a interação com associações de desenvolvimento locais ou nacionais, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito presente

5e. Como classifica a interação com outros agricultores e vitivinicultores na sua atividade, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito presente

5f. Como classifica o apoio recebido por parte da DGADR, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito presente

Contacto (telefone e / ou e-mail) caso tenha disponibilidade para uma futura entrevista ou esclarecimento de dúvidas.

Anexo VI – Inquérito a Associações de desenvolvimento local

Inquérito a associações de desenvolvimento local

Este inquérito destina-se à realização de uma tese de Mestrado em Engenharia do Ambiente na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, sobre o tema "contributo do turismo de Rural, de Natureza e Cultural para o desenvolvimento regional: o caso de Trás-os-Montes e Alto Douro".

As respostas destinam-se exclusivamente a ser utilizadas no âmbito deste projecto, sendo tratadas sob reserva de confidencialidade; na tese não constarão respostas individuais, apenas dados tratados estatisticamente.

A sua participação é fundamental para o sucesso deste trabalho. Esperamos poder contar com a sua colaboração.

Lisboa, Junho de 2015

Ana Raquel Bento
Estudante de Engenharia do Ambiente

*Obrigatório

1. Localização e caracterização.

1a. Em que município(s) opera? *

Indicar as opções aplicáveis.

- Alfândega da Fé
- Alijó
- Amarante
- Armamar
- Baião
- Boticas
- Bragança
- Carrazeda de Ansiães
- Castelo de Paiva
- Celorico de Basto
- Chaves
- Cinfães
- Felgueiras
- Freixo de Espada à Cinta
- Lamego
- Lousada
- Macedo de Cavaleiros
- Marco de Canaveses
- Mesão Frio
- Miranda do Douro

- Mirandela
- Mogadouro
- Moimenta da Beira
- Montalegre
- Murça
- Paços de Ferreira
- Penafiel
- Penedono
- Peso da Régua
- Resende
- Ribeira da Pena
- Sabrosa
- Santa Marta de Penaguião
- São João da Pesqueira
- Sernacelhe
- Tabuaço
- Tarouca
- Torre de Moncorvo
- Valpaços
- Vila Flor
- Vila Nova de Foz Côa
- Vila Pouca de Aguiar
- Vimioso
- Vila Real
- Vinhais

1b. Denominação da associação *

2. Problemas de desenvolvimento

Como classifica a sua satisfação com os seguintes indicadores de desenvolvimento na sua área de intervenção?

(1 = Muito insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Indiferente; 4 = Satisfeito; 5 = Muito satisfeito)

2a. Taxa de desemprego

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2b. Evolução demográfica

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2c. Rendimento médio das famílias

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2d. Idade da população

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2e. Acesso a serviços de saúde

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2f. Acesso a serviços de educação

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2g. Acesso a serviços culturais

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2h. Acesso a outros serviços públicos (p.e. CTT, Finanças)

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito Muito satisfeito

2i. Que sugestão faria para desenvolver a sua região?

3. Importância de infraestruturas e património para o desenvolvimento

Como classifica a importância das seguintes infraestruturas e elementos do património para o desenvolvimento da região?

(1 = Muito negativo; 2 = Negativo; 3 = Indiferente; 4 = Positivo; 5 = Muito positivo)

3a. Construção do IC5

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3b. Transformação do IP4 em A4 (com portagem)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3c. Construção da barragem de Foz Tua

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3d. Eventual recuperação da Linha do Tua

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3e. Paisagens naturais (p.e. rio e vale do Tua / Tâmega)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3f. Paisagens humanizadas (p.e. terraços da vinha)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

3g. Património cultural (p.e. gravuras de Foz Côa)

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.1. Funcionamento de uma rede de turismo

Trabalho conjunto entre governo, empresas e comunidade de modo a promover e desenvolver um destino turístico, através do intercâmbio de conhecimento de todas as partes envolvidas.

4.1a. Tendo em conta no que consiste uma rede de turismo, quem a deveria liderar?

- Municípios
- Associações de desenvolvimento local
- Empresas
- Outra:

4.1b. Estaria disponível para integrar uma Rede de Turismo Regional, que potenciase a partilha de experiências entre profissionais e possibilitasse o estabelecimento de parcerias na área do turismo sustentável?

Indicar as opções aplicáveis (máximo 3 respostas)

- Sim, considero muito necessária.
- Sim, pelo facto de possíveis vantagens na promoção da minha atividade
- Sim, pela possibilidade de estabelecer parcerias proficuas.
- Sim, pela possibilidade de partilha de conhecimentos (p.e. regulamentação, certificação).
- Depende de quem são os parceiros.
- Depende das potencialidades em estar em rede (p.e. funcionalidades, serviços).
- Depende do número de parceiros.
- Depende da logística associada à manutenção da minha participação na rede.
- Depende da existência de custos associados.
- Não considero viável nem vantajoso.
- Não disponho de recursos humanos necessários.
- Não, já integro uma rede / plataforma semelhante.

4.1c. Como considera a participação de vitivinicultores e agricultores na criação de uma rede de turismo para a região?

1 = Muito negativo; 2 = Negativo; 3 = Indiferente; 4 = Positivo; 5 = Muito positivo.

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2. Efeitos da rede de turismo

A cooperação entre agentes económicos através de uma rede de turismo poderá trazer mais valias para a região. Por favor indique quais os efeitos que esperaria de tal rede.

(1 = Muito negativo; 2 = Negativo; 3 = Indiferente; 4 = Positivo; 5 = Muito positivo)

4.2a. Criação de emprego local

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2b. Diminuição do despovoamento

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2c. Contributo para a melhoria do rendimento médio das famílias

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2d. Divulgação dos produtos da região

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

4.2e. Contributo para o aumento do número de visitantes

1 2 3 4 5

Muito negativo Muito positivo

5. Importância dos atractivos turísticos

Por favor classifique a importância dos seguintes aspectos para o desenvolvimento turístico.
(1 = Sem importância; 2 = Pouco importante; 3 = Médio; 4 = Importante; 5 = Muito importante)

5a. Capacidade de acolhimento convencional (hotelaria)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5b. Capacidade de acolhimento alternativo (p.e. hostel, turismo rural e de aldeia)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5c. Gastronomia

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5d. Enoturismo

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5e. Atrações únicas (p.e. linha do Tua, gravuras de Foz Côa)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5f. Paisagem humanizada (p.e. vinhas do Douro e arquitectura tradicional)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5g. Paisagem natural (p.e. rios e vales do Tua / Tâmega)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5h. Observação de fauna e flora selvagem e património geológico

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5i. Desporto de águas bravas (p.e. canoagem, rafting, canyoning)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5j. Outros desportos de natureza (p.e. BTT, caminhada)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5k. Existência de praias fluviais

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5l. Desporto motorizado (p.e. todo o terreno, motonáutica)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5m. Eventos culturais urbanos (p.e. festas, mercados, concertos)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5n. Infraestruturas culturais (p.e. Museu de Foz Côa)

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

5o. Existência de atrações diversificadas na região

1 2 3 4 5

Sem importância Muito importante

6. Apoios

(1 = Inexistente; 2 = Pouco Presente; 3 = Indiferente; 4 = Presente; 5 = Muito presente)

6a. Como classifica o apoio recebido por parte da autarquia, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito presente

6b. Como classifica o apoio recebido por parte do Turismo de Portugal, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito presente

6c. Como classifica a interação com agentes turísticos, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito presente

6d. Como classifica a interação com outras associações de desenvolvimento locais ou nacionais, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito presente

6e. Como classifica a interação com agricultores e vitivinicultores, nos últimos anos?

1 2 3 4 5

Inexistente Muito Presente

6f. Tem conhecimento do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) ?

- Sim
- Não

6g. Se respondeu afirmativamente à questão anterior. Alguma vez o consultou?

- Sim
- Não

Contacto (telefone e / ou e-mail) caso tenha disponibilidade para uma futura entrevista ou esclarecimento de dúvidas.

Anexo VII – Variação populacional

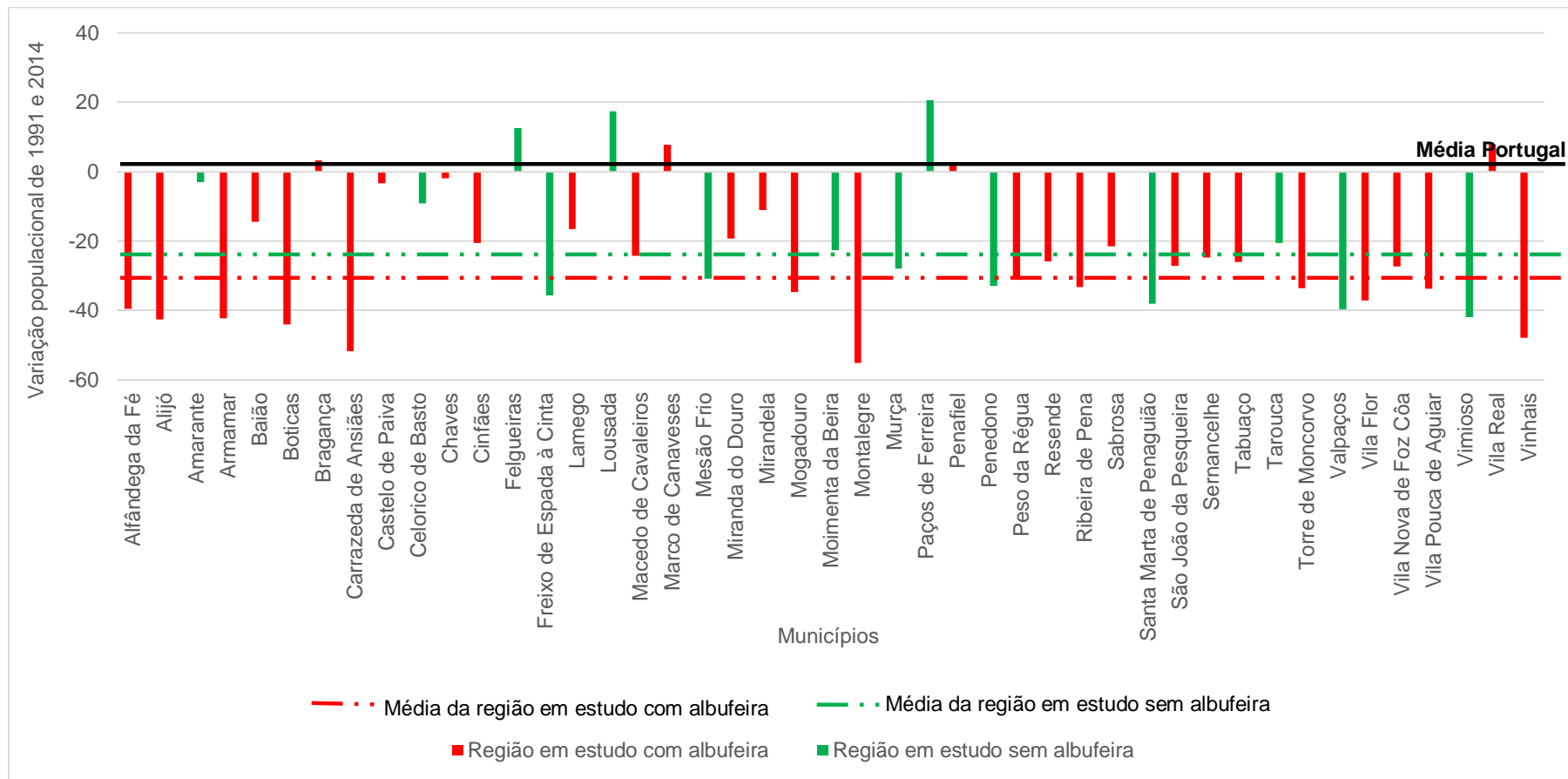


Figura VII.1 - Variação populacional na região em estudo, nos concelhos com e sem albufeira, e em Portugal (INE, 2014c).

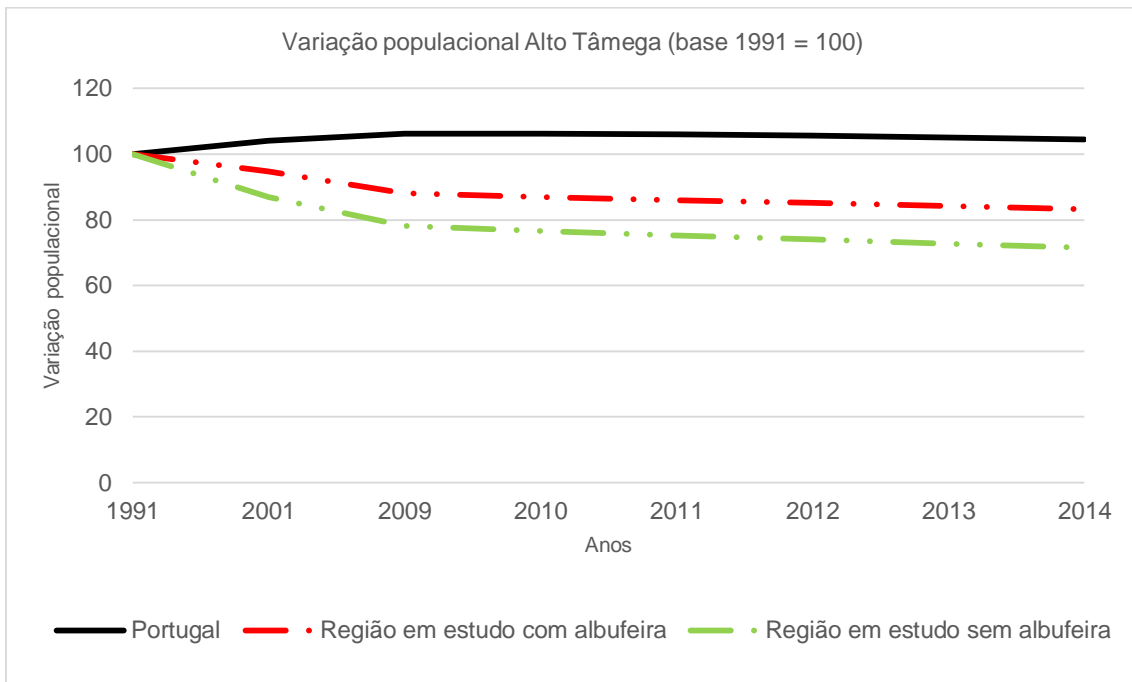


Figura VII.2 - Variação populacional na sub-região Alto Tâmega, nos concelhos com e sem albufeira, e em Portugal (INE, 2014c).

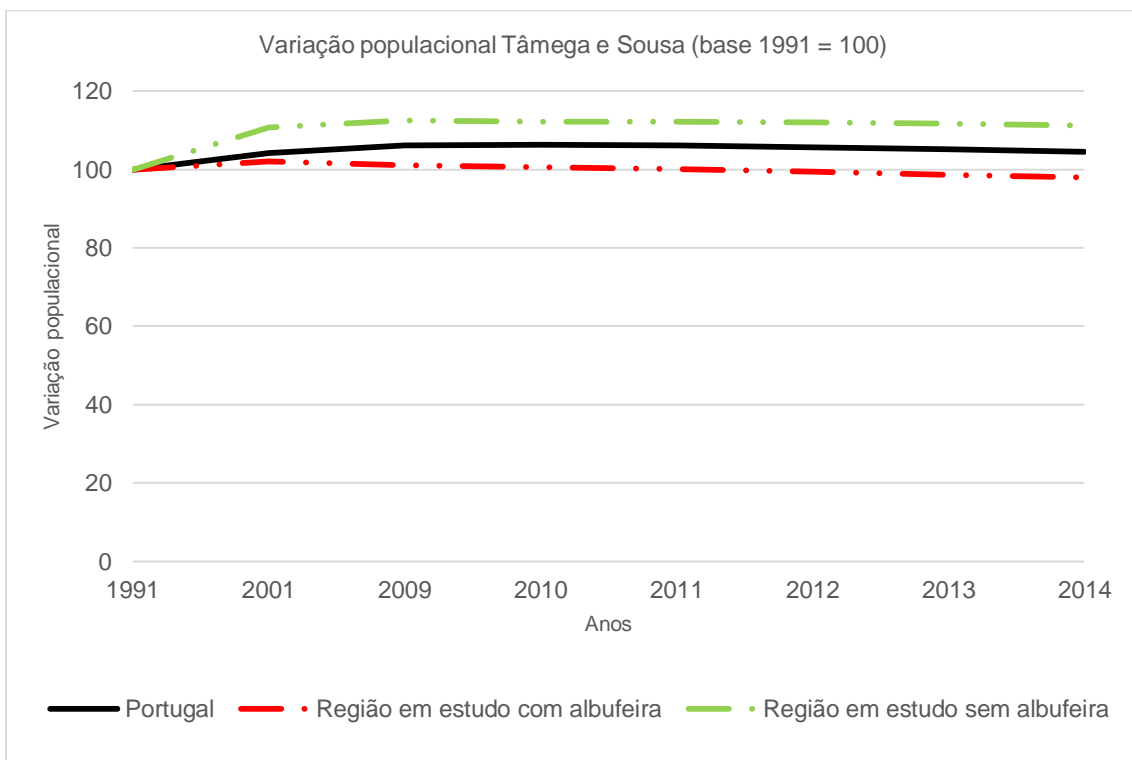


Figura VII.3 - Variação populacional na sub-região Tâmega e Sousa, nos concelhos com e sem albufeira, e em Portugal (INE, 2014c).

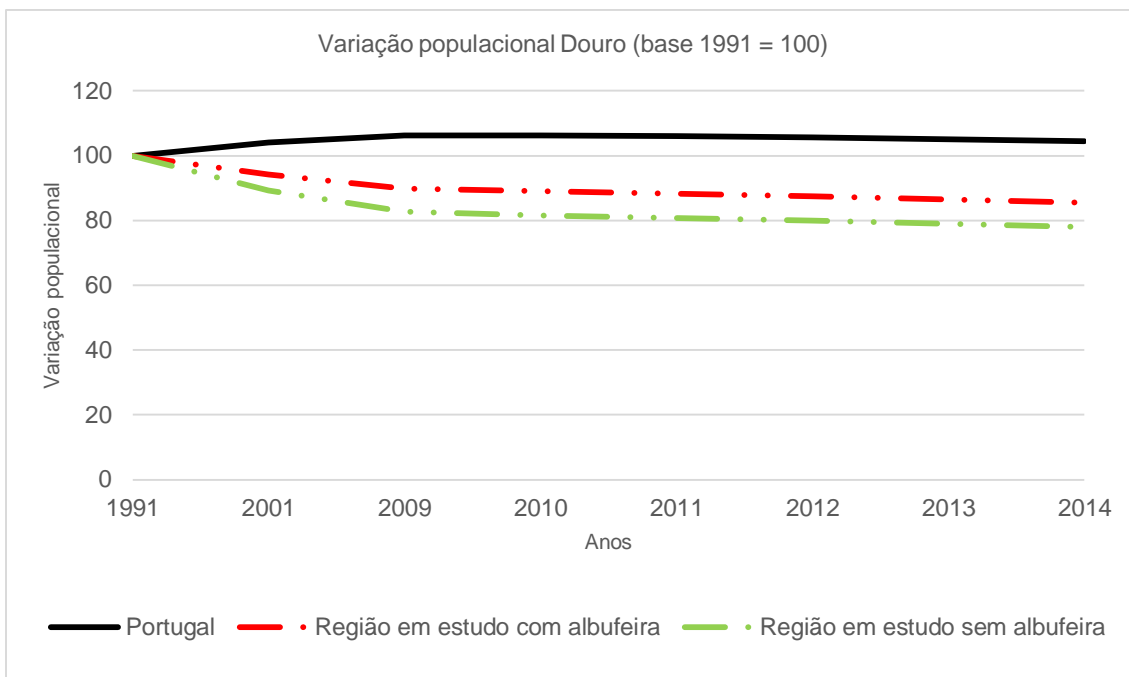


Figura VII.4 - Variação populacional na sub-região Douro, nos concelhos com e sem albufeira, e em Portugal (INE, 2014c).

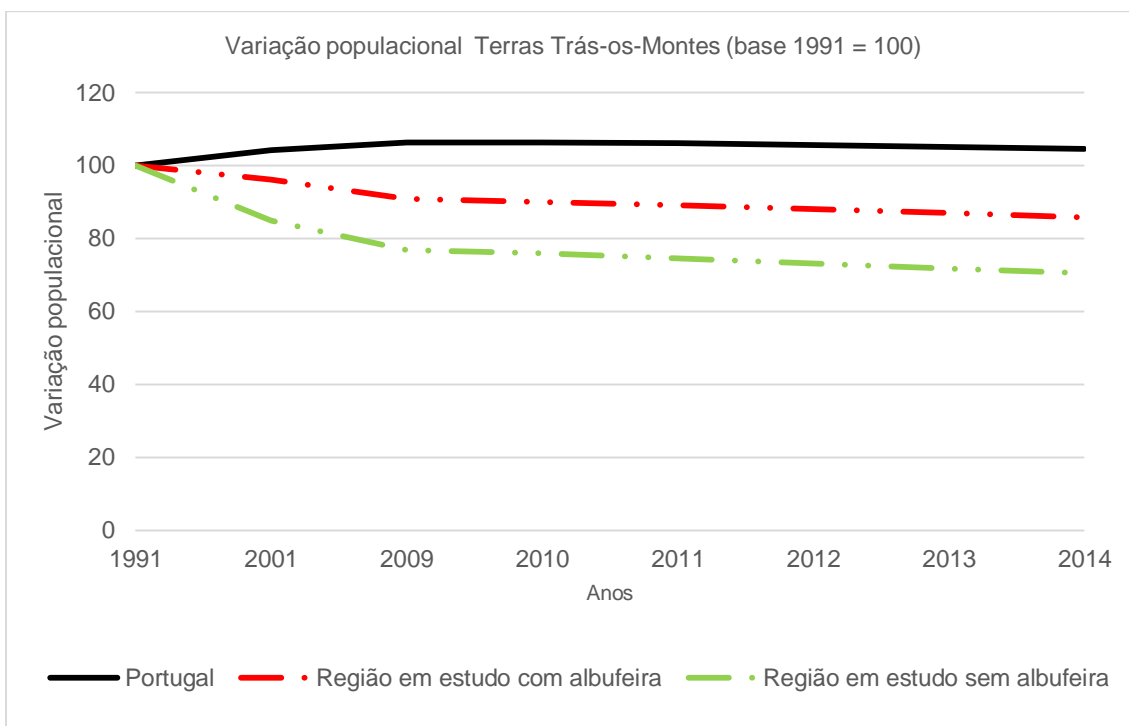


Figura VII.5 - Variação populacional na sub-região Terras Trás-os-Montes, nos concelhos com e sem albufeira, e em Portugal (INE, 2014c).

Anexo VIII - Taxa de desemprego

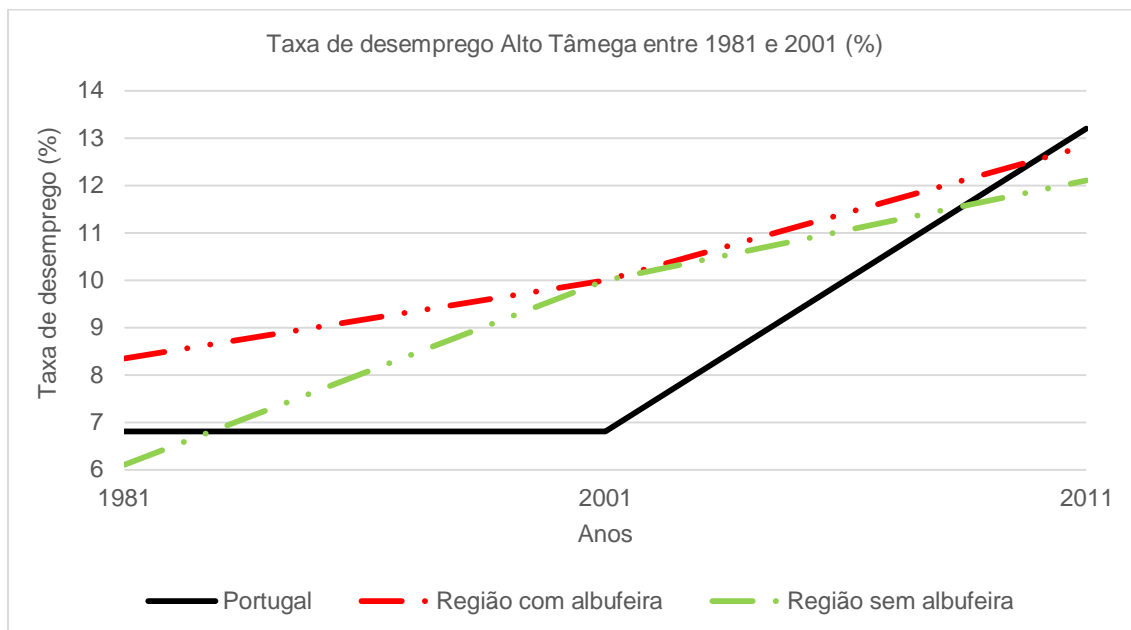


Figura VIII.1 - Taxa de desemprego na sub-região Alto Tâmega, nos concelhos com e sem albufeiras, e em Portugal (PORDATA, 2015c).

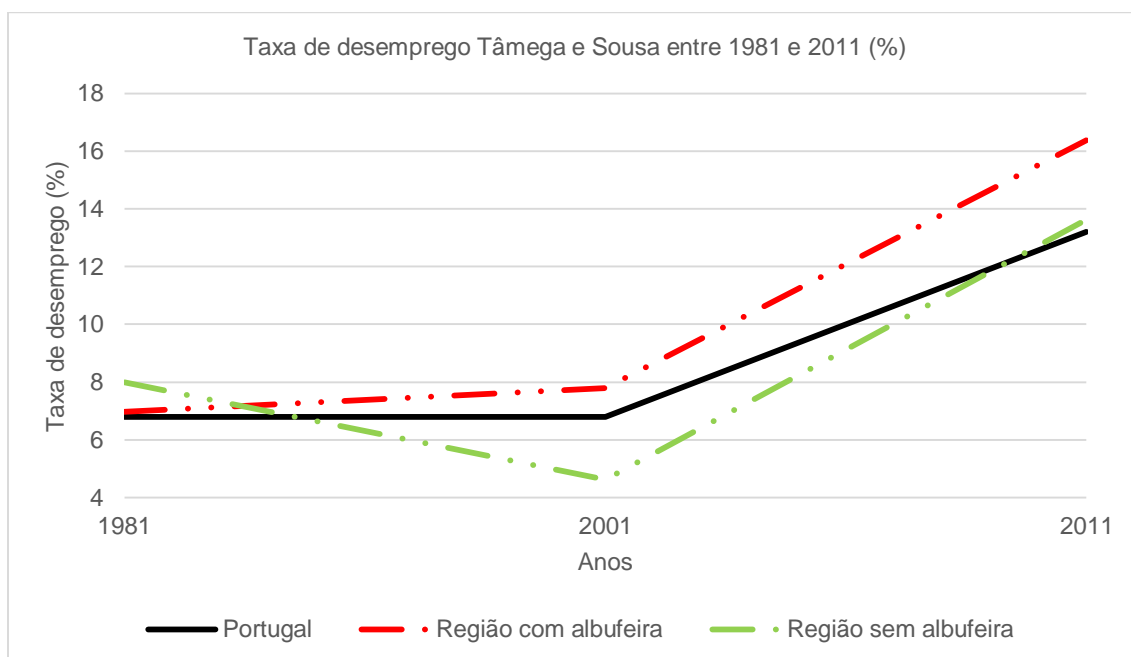


Figura VIII.2 - Taxa de desemprego na sub-região Tâmega e Sousa, nos concelhos com e sem albufeiras, e em Portugal (PORDATA, 2015c).

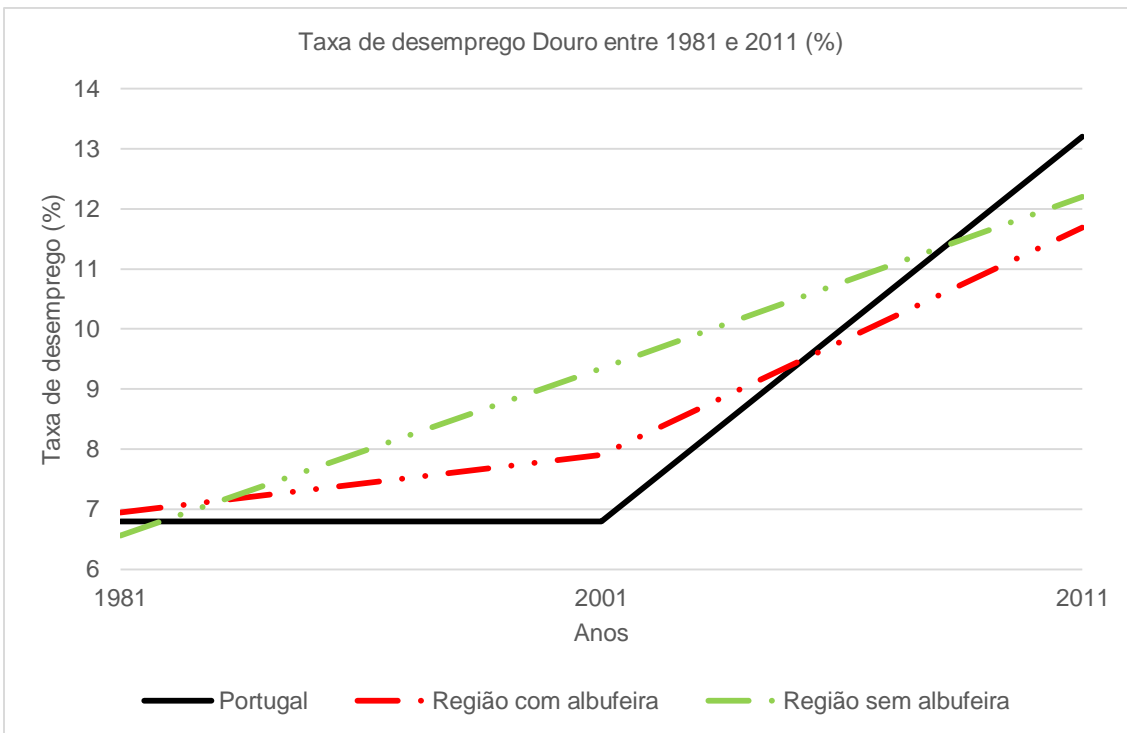


Figura VIII.3 - Taxa de desemprego na sub-região Douro, nos concelhos com e sem albufeiras, e em Portugal (PORDATA, 2015c).

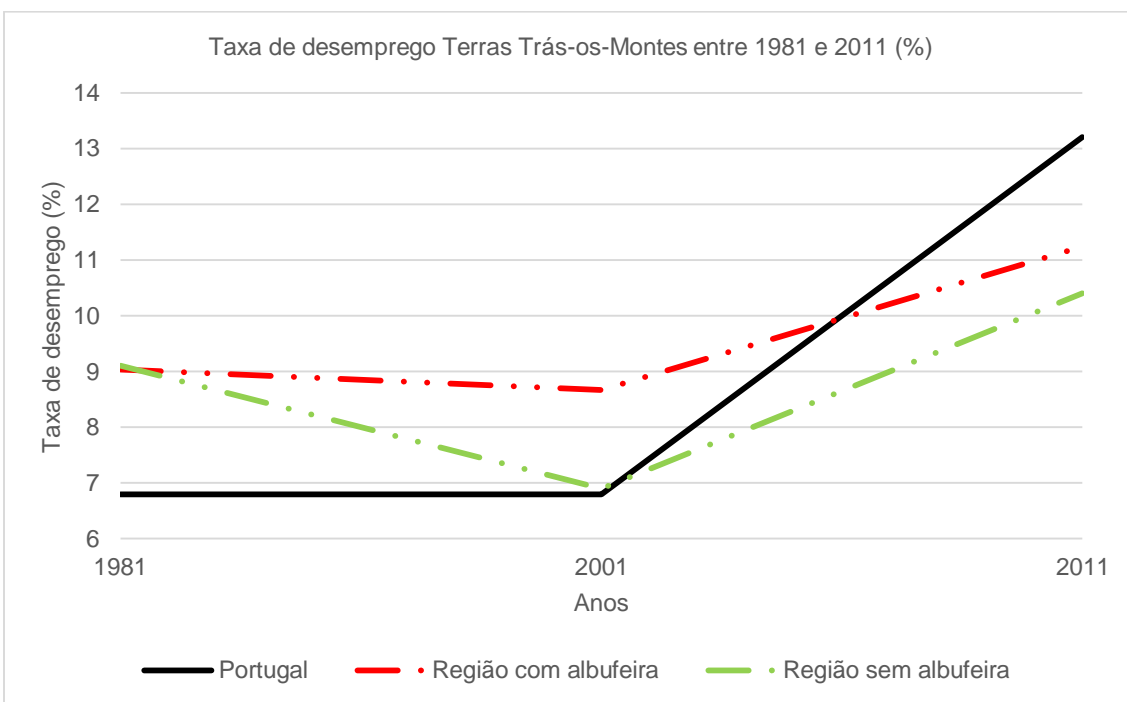


Figura VIII.4 - Taxa de desemprego na sub-região Terras Trás-os-Montes, nos concelhos com e sem albufeiras, e em Portugal (PORDATA, 2015c).

Anexo IX - Ganho médio mensal

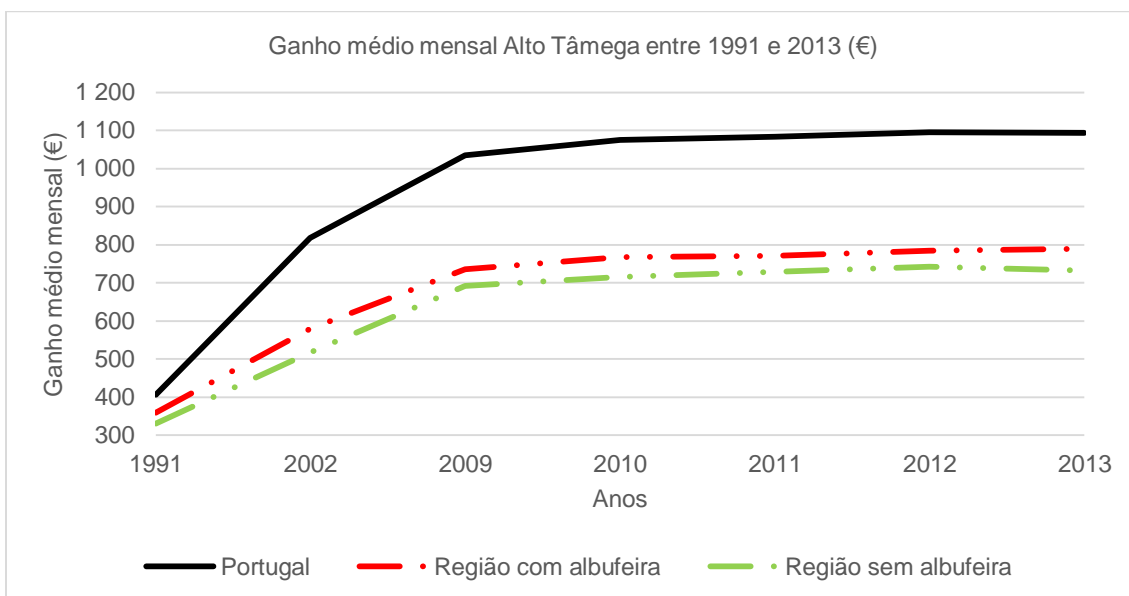


Figura IX.1 - Ganho médio mensal na sub-região Alto Tâmega, nos concelhos com e sem albufeiras, em comparação com Portugal (PORDATA, 2015c).

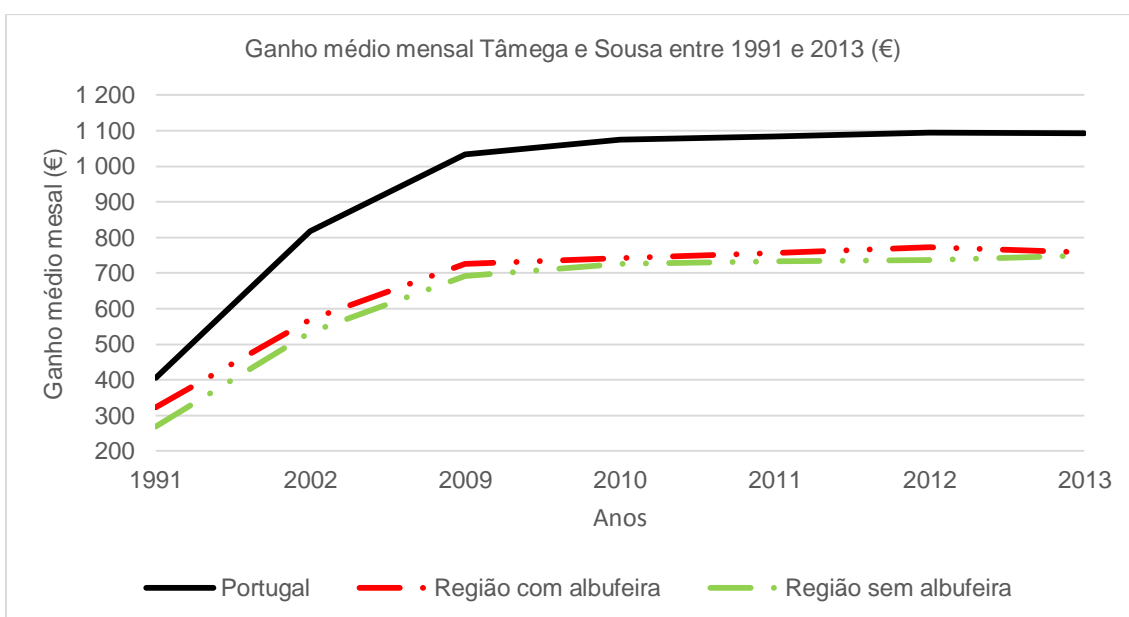


Figura IX.2 - Ganho médio mensal na sub-região Tâmega e Sousa, nos concelhos com e sem albufeiras, em comparação com Portugal (PORDATA, 2015c).

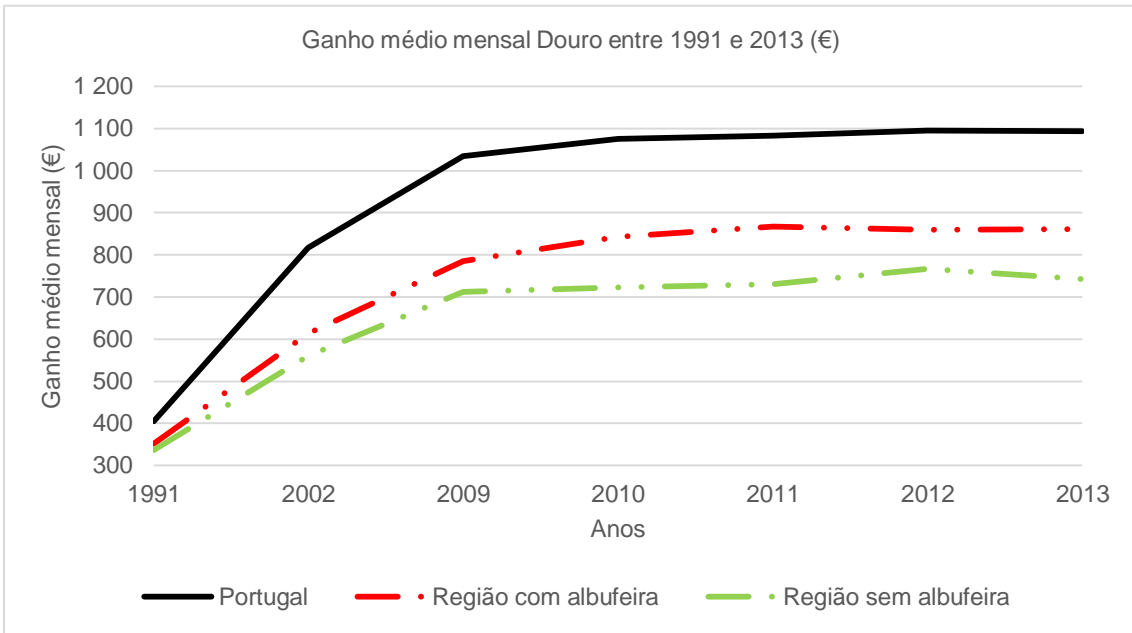


Figura IX.3 - Ganho médio mensal na sub-região Douro, nos concelhos com e sem albufeiras, em comparação com Portugal (PORDATA, 2015c).

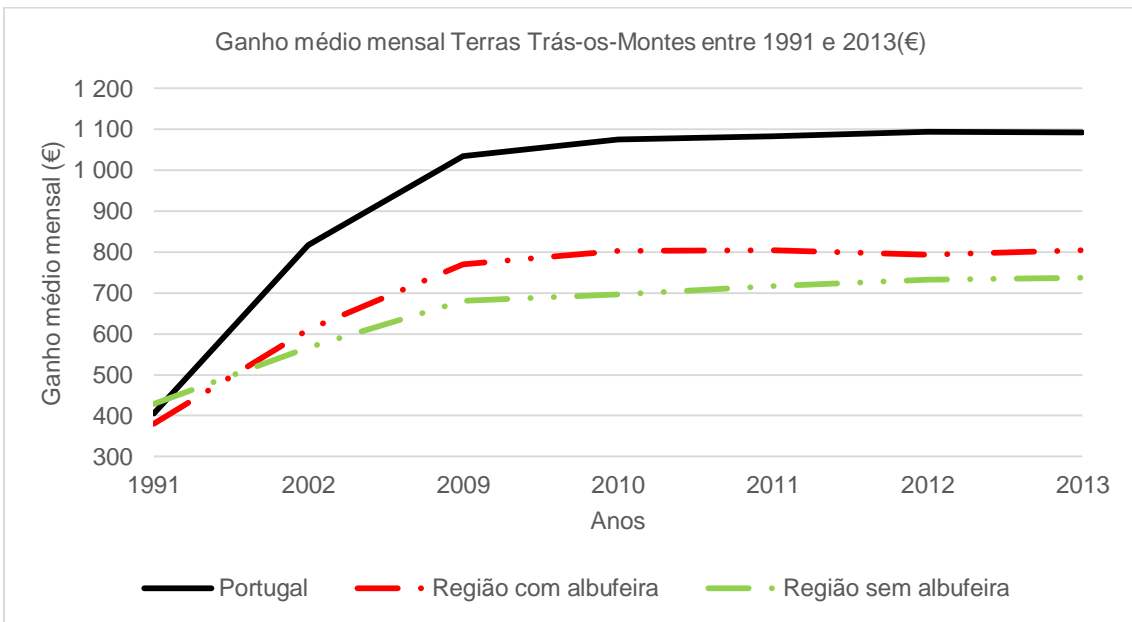


Figura IX.4 - Ganho médio mensal na sub-região Terras Trás-os-Montes, nos concelhos com e sem albufeiras, em comparação com Portugal (PORDATA, 2015c).

Anexo X – Tabelas de Pearson: Câmaras municipais e juntas de freguesia

Tabela X.1 - Tabela de Person, participação e divulgação.

		4.2d. Divulgação dos produtos da região
4.1c. Como considera a participação de viticultores e agricultores na criação de uma rede de turismo para a região?	Correlação de Pearson Sig. (bilateral) N	,240* ,029 83

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral).

Tabela X.2 - Tabela de Pearson, potencialidade e necessidade.

		4.2d. Divulgação dos produtos da região
4.1c. Como considera a participação de viticultores e agricultores na criação de uma rede de turismo para a região?	Correlação de Pearson Sig. (bilateral) N	,240* ,029 83

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral).

Tabela X.3 - Tabela de Person, município e barragem.

		3c. Construção da barragem de Foz Tua
1a. Em que município se insere?	Correlação de Pearson Sig. (bilateral) N	-,092 ,414 81

Tabela X.4 - Tabela de Pearson, município e paisagens naturais.

		3e. Paisagens naturais (p.e. rio e vale do Tua / Tâmega)
1a. Em que município se insere?	Correlação de Pearson	-, 008
	Sig. (bilateral)	, 946
	N	82

Tabela X.5 - Tabela de Pearson, município e desportos de águas bravas.

		5i. Desporto de águas bravas (p.e. canoagem, rafting, canyoning)
1a. Em que município se insere?	Correlação de Pearson	-, 093
	Sig. (bilateral)	, 416
	N	78

Anexo XI – Tabelas de Pearson: Agentes turísticos

Tabela XI.1 - Tabela de Pearson, participação e divulgação.

		4.1c. Como considera a participação de viticultores e agricultores na criação de uma rede de turismo para a região?
4.2d. Divulgação dos produtos da região	Correlação de Pearson	,356
	Sig. (bilateral)	,075
	N	26

Tabela XI.2 - Tabela de Pearson, barragem de Foz Tua e Linha do Tua.

		3d. Eventual recuperação da Linha do Tua
3c. Construção da barragem de Foz Tua	Correlação de Pearson	,555**
	Sig. (bilateral)	,004
	N	25

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Tabela XI.3 - Tabela de Pearson, divulgação dos produtos da região e aumento do número de visitantes.

		4.2e. Contributo para o aumento do número de visitantes
4.2d. Divulgação dos produtos da região	Correlação de Pearson	,877**
	Sig. (bilateral)	,000
	N	26

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Tabela XI.4 - Tabela de Pearson, aumento do número de visitantes e capacidade de acolhimento convencional.

		5a. Capacidade de acolhimento convencional (hotalaria)
4.2e. Contributo para o aumento do número de visitantes	Correlação de Pearson	,265
	Sig. (bilateral)	,200
	N	25

Tabela XI.5 - Tabela de Pearson, aumento do número de visitantes e capacidade de acolhimento alternativo.

		5b. Capacidade de acolhimento alternativo (p.e. hostel, turismo rural e de aldeia)
4.2e. Contributo para o aumento do número de visitantes	Correlação de Pearson	,195
	Sig. (bilateral)	,349
	N	25

Tabela XI.6 - Tabela de Pearson, paisagem natural e aumento do número de visitantes.

		4.2e. Contributo para o aumento do número de visitantes
5g. Paisagem natural (p.e. rios e vales do Tusa e Tâmega)	Correlação de Pearson	,625**
	Sig. (bilateral)	,001
	N	25

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Anexo XII – Tabelas de Pearson: Agricultores e vitivinicultores

Tabela XII.1 - Tabela de Pearson, participação e divulgação.

		4.1c. Como considera a participação de viticultores e agricultores na criação de uma rede de turismo para a região?
4.2d. Divulgação dos produtos da região	Correlação de Pearson	,747**
	Sig. (bilateral)	,002
	N	14

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Tabela XII.2 - Tabela de Pearson, barragem de Foz Tua e Linha do Tua.

		3d. Eventual recuperação da Linha do Tua
3c. Construção da barragem de Foz Tua	Correlação de Pearson	-,209
	Sig. (bilateral)	,494
	N	13

Tabela XII.3 - Tabela de Pearson, divulgação dos produtos da região e aumento do número visitantes.

		4.2e. Contributo para o aumento do número de visitantes
4.2d. Divulgação dos produtos da região	Correlação de Pearson	,800**
	Sig. (bilateral)	,001
	N	14

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Tabela XII.4 - Tabela de Pearson, apoio recebido e interacção.

		5e. Como classifica a interacção com outros agricultores e vitivinicultores na sua actividade, nos últimos anos?
5a. Como classifica o apoio recebido por parte da Autarquia, nos últimos anos?	Correlação de Pearson Sig. (bilateral) N	,213 ,484 13

Anexo XIII – Tabelas de Pearson: Associações de desenvolvimento local

Tabela XIII.1 - Tabela de Pearson, participação e divulgação.

		4.1c. Como considera a participação de viticultores e agricultores na criação de uma rede de turismo para a região?
4.2d. Divulgação dos produtos da região	Correlação de Pearson	,116
	Sig. (bilateral)	,734
	N	11

Tabela XIII.2 - Tabela de Pearson, barragem de Foz Tua e Linha do Tua.

		3d. Eventual recuperação da Linha do Tua
3c. Construção da barragem de Foz Tua	Correlação de Pearson	-,151
	Sig. (bilateral)	,678
	N	10

Tabela XIII.3 - Tabela de Pearson, divulgação dos produtos da região e aumento do número de visitantes.

		4.2e. Contributo para o aumento do número de visitantes
4.2d. Divulgação dos produtos da região	Correlação de Pearson	,858**
	Sig. (bilateral)	,001
	N	11

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Tabela XIII.4 - Tabela de Pearson, aumento do número de visitantes e acolhimento convencional.

		4.2e. Contributo para o aumento do número de visitantes
5a. Capacidade de acolhimento convencional (hoteleria)	Correlação de Pearson	,514
	Sig. (bilateral)	,105
	N	11

Tabela XIII.5 - Tabela de Pearson, paisagem natural e aumento do número de visitantes.

		5g. Paisagem natural (p.e. rios e vales do Tua e Tâmega)
4.2e. Contributo para o aumento do número de visitantes	Correlação de Pearson	-,089
	Sig. (bilateral)	,807
	N	10

Tabela XIII.6 - Tabela de Pearson, apoio e interacção com outras associações de desenvolvimento local.

		6d. Como classifica a interacção com outras Associações de Desenvolvimento Locais ou Nacionais, nos últimos anos?
6a. Como classifica o apoio recebido por parte da Autarquia, nos últimos anos?	Correlação de Pearson	,544
	Sig. (bilateral)	,084
	N	11

Anexo XIV – Tabelas descritivas das respostas aos inquéritos

Tabela XIV.1 - Distribuição do número de respostas por entidade referente aos problemas de desenvolvimento.

Problemas de desenvolvimento																									
Entidades	CM					JF					AT					AV					ADL				
Nº respondentes	11					73					28					17					11				
Questões	MI	IS	ID	S	MS	MI	IS	ID	S	MS	MI	IS	ID	S	MS	MI	IS	ID	S	MS	MI	IS	ID	S	MS
Evolução demográfica	0	7	0	0	4	16	34	20	6	1	5	13	7	1	0	3	7	3	1	0	2	5	2	2	0
Rendimento médio mensal	0	8	3	0	0	10	35	25	2	0	4	11	7	3	0	3	8	1	2	0	0	5	3	3	0
Taxa de desemprego	2	7	0	2	0	16	35	13	1	1	4	10	9	2	0	3	5	2	3	1	2	6	2	1	0
Idade da população	1	3	2	5	0	6	19	20	18	17	3	10	10	2	0	3	8	1	2	0	2	6	2	0	0
Acesso a serviços de saúde	1	5	0	5	0	15	17	18	17	2	7	11	5	2	0	2	6	5	1	0	2	6	3	0	0
Acesso a serviços de educação	0	1	0	9	0	8	14	21	23	2	5	8	7	6	0	2	3	5	3	0	0	4	2	4	0
Acesso a serviços culturais	0	1	3	4	3	11	27	16	16	3	6	6	8	4	1	3	5	3	3	0	0	1	6	3	1
Acesso a outros serviços públicos	0	2	2	5	2	7	13	21	29	1	1	5	11	9	0	0	4	5	5	4	0	0	5	4	2

CM	Câmaras municipais	JF	Juntas de freguesia	AG	Agentes turísticos	AV	Agricultores e vitivinicultores	ADL	Associações de desenvolvimento local
MI	Muito insatisfeito	IS	Insatisfeito	ID	Indiferente	S	Satisfeito	MS	Muito satisfeito

Tabela XIV.2 - Distribuição do número de respostas por entidade referente à importância de infraestruturas e património para o desenvolvimento e aos efeitos da rede de turismo.

Importância de infraestruturas e património para o desenvolvimento																										
Entidades		CM					JF					AT					AV					ADL				
Nº respondentes		11					73					28					17					11				
Questões		MN	N	I	P	MP	MN	N	I	P	MP	MN	N	I	P	MP	MN	N	I	P	MP	MN	N	I	P	MP
Construção do IC5		0	1	2	3	4	0	6	18	24	24	0	4	7	9	6	2	1	2	6	2	0	0	1	6	4
Transformação do IP4 em A4 (com portagem)		1	2	3	4	0	16	17	13	15	13	2	6	7	6	5	2	1	2	4	5	1	2	2	2	3
Construção da barragem de Foz Tua		0	2	7	1	0	3	6	30	27	7	5	4	11	6	0	5	1	4	2	2	2	1	5	2	1
Eventual recuperação da Linha do Tua		0	0	2	4	4	1	2	12	38	19	1	3	5	9	7	0	0	2	4	7	0	0	2	5	3
Paisagem natural		0	0	2	4	5	1	1	8	29	32	0	2	2	11	11	0	0	1	4	8	0	0	3	4	3
Paisagem humanizada		0	0	1	6	1	0	1	10	31	30	0	0	5	9	12	0	0	2	8	4	0	0	4	6	10
Património cultural		0	0	1	7	2	1	2	18	31	22	0	3	6	10	7	0	0	1	11	2	0	1	1	4	5
Efeitos da rede de turismo																										
Criação de emprego local		0	0	0	5	6	0	1	6	32	33	1	0	3	12	10	1	0	1	7	5	0	0	2	7	2
Diminuição do despovoamento		0	0	1	4	6	2	1	7	27	37	1	5	3	10	7	2	0	1	8	3	0	1	3	5	2
Contributo para a melhoria do rendimento médio das famílias		0	0	0	9	5	0	1	8	36	29	1	1	4	10	9	1	0	1	8	4	0	1	2	7	1
Divulgação dos produtos da região		0	0	0	2	9	0	0	4	19	39	0	0	1	14	11	1	0	0	4	9	0	0	2	4	5
Contributo para o aumento do número de visitantes		0	0	0	5	6	0	1	4	25	43	0	0	1	14	11	1	0	1	5	7	0	0	1	4	6
CM	Câmaras municipais	JF	Juntas de freguesia	AG	Agentes turísticos	AV	Agricultores e vitivinicultores					ADL	Associações de desenvolvimento local													
MN	Muito negativo	N	Negativo	I	Indiferente	P	Positivo					MP	Muito positivo													

Tabela XIV.3 - Distribuição do número de respostas por entidade referente à importância dos atrativos turísticos.

Importância dos atrativos turísticos																				
Entidades	CM					JF					AT					ADL				
Nº respondentes	11					73					28					11				
Questões	SI	PI	M	I	MI	SI	PI	M	I	MI	SI	PI	M	I	MI	SI	PI	M	I	MI
Capacidade de acolhimento convencional	0	0	0	6	5	0	4	9	33	27	1	0	3	11	10	0	0	3	3	5
Capacidade de acolhimento alternativo	0	0	0	4	7	0	1	10	31	30	0	1	4	12	8	0	0	2	1	8
Gastronomia	0	0	0	1	10	0	0	4	28	40	0	0	0	8	17	0	0	1	1	8
Enoturismo	0	0	0	3	8	0	3	12	32	25	0	0	3	11	11	0	0	1	2	8
Atrações únicas	0	0	2	3	6	1	0	18	31	24	0	0	1	12	11	0	0	1	3	7
Paisagem humanizada	0	0	0	4	7	0	0	8	37	22	0	1	0	12	12	0	0	1	0	10
Paisagem natural	0	0	0	3	8	1	0	8	23	27	0	0	1	8	16	0	0	0	3	7
Observação de fauna e flora selvagem e património geológico	0	0	1	5	5	0	0	6	33	27	0	0	3	9	12	0	0	0	4	6
Desporto de águas bravas	0	2	0	3	5	0	5	4	33	26	1	1	3	10	9	0	0	1	5	5
Outros desportos de natureza	0	0	1	3	7	1	0	4	36	31	0	0	3	12	10	0	0	1	3	7
Praias fluviais	0	0	2	5	4	1	6	4	25	34	0	1	1	12	11	0	0	1	3	7
Desporto motorizado	0	0	1	9	1	1	3	11	38	15	0	2	6	11	5	0	0	1	5	4
Eventos culturais urbanos	0	0	0	6	5	1	1	7	36	26	0	1	2	9	13	0	0	1	4	6
Infraestruturas culturais	0	0	1	4	5	1	3	17	31	21	0	0	3	13	8	0	0	0	5	4
Existência de atrações diversificadas	0	0	0	5	6	1	3	10	32	27	0	0	1	10	14	0	0	1	2	8

CM	Câmaras municipais	JF	Juntas de freguesia	AG	Agentes turísticos	ADL	Associações de desenvolvimento local
SI	Sem importância	PI	Pouco importante	M	Médio	I	Importante
						MI	Muito importante

Tabela XIV.4 - Distribuição do número de respostas por entidade referente aos apoios recebidos e à interação entre entidades.

Apoios															
Entidades	AT					AV					ADL				
Nº respondentes	28					17					11				
Questões	I	PP	I	P	MP	I	PP	I	P	MP	I	PP	I	P	MP
Como classifica o apoio recebido por parte da autarquia?	7	6	7	4	1	7	2	4	0	0	3	2	4	2	0
Como classifica o apoio recebido por parte do Turismo de Portugal?	7	6	7	4	1	7	2	4	0	0	3	2	4	2	0
Como classifica o apoio recebido por parte da DGADR?											6	2	3	1	0
Interação entre entidades															
Como classifica a interação com agentes turísticos?	7	6	5	6	1	5	2	4	3	0	2	2	2	3	1
Como classifica a interação com associações de desenvolvimento locais a nacionais?	6	9	7	3	0	5	2	6	1	0	1	1	3	3	3
Como classifica a interação com agricultores e vitivinicultores?	6	9	4	4	2	5	2	2	3	1	2	2	3	3	0

AV	Agricultores e vitivinicultores		AG	Agentes turísticos		ADL	Associações de desenvolvimento local		
I	Inexistente	PP	Pouco presente	I	Indiferente	P	Presente	MP	Muito presente

